



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO/ PPGE

FÁBIO SOUZA CORREA LIMA  
TESE DE DOUTORADO



# *As Normalistas do Rio de Janeiro*



O ENSINO NORMAL PÚBLICO CARIOCA (1920 – 1970):  
DAS TENSÕES POLÍTICAS NA CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES  
À PRODUÇÃO DAS DIFERENTES IDENTIDADES DE SUAS ALUNAS

**VOLUME 2 (DO TOTAL DE 2 VOLUMES)**

Rio de Janeiro, RJ  
Dezembro de 2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO/ PPGE

FÁBIO SOUZA CORREA LIMA  
TESE DE DOUTORADO

*As Normalistas do Rio de Janeiro*



O ENSINO NORMAL PÚBLICO CARIOCA (1920 – 1970):  
DAS TENSÕES POLÍTICAS NA CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES  
À PRODUÇÃO DAS DIFERENTES IDENTIDADES DE SUAS ALUNAS

**VOLUME 2 (DO TOTAL DE 2 VOLUMES)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sonia de Castro Lopes

Fábio Souza C. Lima  
[fabiosouzaclima@gmail.com](mailto:fabiosouzaclima@gmail.com)

Rio de Janeiro, RJ  
Dezembro de 2017

### CIP - Catalogação na Publicação

L732n      Lima, Fábio Souza  
              As Normalistas do Rio de Janeiro - O Ensino  
Normal Público Carioca (1920 - 1970): das tensões  
políticas na criação de instituições à produção das  
diferentes identidades de suas alunas / Fábio Souza  
Lima. -- Rio de Janeiro, 2017.  
              383 f.

              Orientadora: Sonia de Castro Lopes.  
              Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio  
de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós  
Graduação em Educação, 2017.

              1. História da Educação. 2. Formação de  
Professores. 3. Escola Normal. 4. Normalistas. 5.  
Rio de Janeiro. I. Lopes, Sonia de Castro, orient.  
II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

FÁBIO SOUZA CORREA LIMA

TESE DE DOUTORADO

*As Normalistas do Rio de Janeiro*

---



O ENSINO NORMAL PÚBLICO CARIOCA (1920 – 1970):  
DAS TENSÕES POLÍTICAS NA CRIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES  
À PRODUÇÃO DAS DIFERENTES IDENTIDADES DE SUAS ALUNAS

Aprovada em: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Orientadora: Profª Drª Sonia de Castro Lopes (UFRJ)

\_\_\_\_\_  
Profª Drª Lia Ciomar Faria (UERJ)

\_\_\_\_\_  
Profª Drª Libania Xavier (UFRJ)

\_\_\_\_\_  
Profª Drª Marly da Silva Motta (CPDOC/FGV)

\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Victor de Andrade Melo (UFRJ)

Rio de Janeiro, RJ  
Dezembro de 2017

### PARTE III

## *E os 'anos de chumbo' das Normalistas do Rio de Janeiro*

---

Pela maneira que tratamos o tema de cristalização de imagens e expressões nas páginas anteriores é fácil deduzir que realizaremos o mesmo com relação ao termo “Anos de Chumbo”. De fato, com base nas nossas pesquisas, podemos adiantar que da mesma forma que os “Anos Dourados” não foram tão reluzentes, os “Anos de Chumbo” das Normalistas do Rio de Janeiro não foram totalmente opacos, duros e pesados para as seis Escolas Normais e suas Normalistas. Afinal, será durante a ditadura civil-militar que quase todas essas unidades ganharão suas sedes definitivas, depois de muitas promessas feitas em tempos de democracia (ENCD em 1967; ENSK em 1974; ENHL em 1968; ENIAA em 1974 e ENJK em 1978).

A expressão “Anos de Chumbo” atinge o Brasil na década de 1980, com o lançamento do filme *Die Bleierne Zeit*, da cineasta alemã Margarethe von Trotta (1981). Embora uma tradução mais literal da expressão seja melhor descrita por “Tempos de Chumbo”, o lançamento do filme no mesmo ano na Itália proporcionou uma melhor

adaptação para a língua latina do título, ficando como: *Anni di Piombo* (Anos de Chumbo) (ATENCIO, 2014). Lançado em Portugal e no Brasil também com esse título, o filme, que conta história de duas irmãs que viveram as dificuldades dos anos pós-segunda guerra mundial, tornando-se ativistas políticas contra a ação do governo alemão, principalmente após o ano de 1968. O roteiro, a direção e a produção de Margarethe von Trotta foram amplamente premiadas, ganhando, inclusive o Leão de Ouro no festival de Veneza, de 1981<sup>1</sup>.

Contudo, a própria expressão que deu título ao filme também não havia sido criado por Margarethe von Trotta. A cineasta se inspirou no poema original *Der Gang aufs Land* (Passeio no Campo, de 1800), do poeta Friedrich Hölderlin (1770 – 1843), onde é narrado um passeio que o personagem principal realiza com o amigo em um dia sombrio, ambos esperando que suas realidades se tornassem mais iluminadas com a elevação de seus pensamentos<sup>2</sup>.

No Brasil, os “Anos de Chumbo” parecem, num primeiro momento uma expressão exclusivamente ligada ao período de ditadura civil-militar, entre os anos de 1964 e 1985. Entretanto, o economista e professor da UFES, Frederico Mazzucchelli, em sua obra *Os anos de chumbo: economia e política internacional no entre guerras* (2009), que tem por base grandes eventos históricos, concentra sua análise entre os anos de 1918 e 1939, período que, por sua vez, está contido no que o historiador Eric Hobsbawm chamou de Era da Catástrofe, entre 1914 e 1945 (HOBSBAWM, 2002).

Voltando à poesia, onde está a origem da expressão, como vimos nos parágrafos anteriores, Arlindo Machado, professor do Departamento de Cinema, Rádio e televisão da USP, ao escrever *Os Anos de chumbo: Mídia, poética e ideologia no período de resistência ao autoritarismo militar (1968-1985)*, estreita sua análise sobre um período menor, justificando-o como era de radicalização das posições políticas. Por outro lado, na saúde, Carlos Fidelis Pontes e Dilene Raimundo do Nascimento, ambos pesquisadores da Fiocruz, em um conjunto de artigos publicados sobre o título *Os anos de chumbo: a saúde sob ditadura* (2010), adotam a periodização mais larga, tendo início em 1964, ano do golpe militar até 1985, quando as eleições diretas voltaram a fazer parte da República brasileira.

<sup>1</sup> Margarethe von Trotta é considerada uma cineasta de engajamento, graças ao conteúdo político de suas produções. Disponível em: [http://www.cinequanon.art.br/entrevistas\\_detalhe.php?id=6](http://www.cinequanon.art.br/entrevistas_detalhe.php?id=6). Acessado dia 18.07.17.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/friedrich-h-262/146>. Acessado dia 18.07.17.

Neste período de 21 anos, contudo, os autores aproveitam para aprofundar as questões de saúde a partir do final da década de 1960.

Esse mesmo modelo de análise, dando conta do período de 1964 a 1985, foi adotado pelos jornalistas Márcio Godinho e Sérgio Aspahan ao escreverem suas experiências pessoais em *Mochileiros nos anos de chumbo - Diário de viagem de dois estudantes de jornalismo no Brasil da ditadura militar* (2013). Outro jornalista, Celso Lungaretti, por outro lado, ao descrever a atuação de periódicos e repórteres durante na ditadura, com o artigo *A imprensa nos anos de Chumbo* (2017), sequer se preocupa em fechar os anos que considera “de chumbo”, no regime de exceção no Brasil.

Procedimento semelhante de deixar desamarrada a datação para análise pode ser constatada na obra *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão* (1994), dos cientistas políticos Celso Castro, Gláucio Ary Dillon Soares e Maria Celina D'Araujo. Neste trabalho, os autores apontam como referenciais o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, embora entre seus tópicos esteja uma Cronologia Política, que vai de 1967 a apenas 1974.

Na historiografia, também não há consenso nas datações que corresponderiam aos “Anos de Chumbo”. Alguns escritores desse campo apontam a imposição do Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968 (BRASIL, 1968), que entre outras normas, estabeleceu o poder ao presidente de fechar o Congresso Nacional, o poder de realizar censura prévia aos meios de comunicação e a suspensão do *habeas corpus* no caso do que fosse considerado crime político. Outros historiadores ainda apontam o início do governo de Emílio Garrastazu Médici, em 30 de outubro de 1969, como momento em que os dias se tornaram mais cinzentos no cenário nacional. Contudo, embora a maior parte dos trabalhos historiográficos concorde em terminar esse período sombrio em 1974, quando em 15 de março Médici saiu do poder, há aqueles que preferem estendê-lo até 1985.

Para nós, conforme descrevemos anteriormente, a problematização das duas expressões, “Anos Dourados” e “Anos de Chumbo”, submetem-se por força do exercício de um campo específico da história, o campo da educação. Assim, com base na argumentação que realizamos sobre as diferentes datações e as perspectivas do que seriam os “Anos de Chumbo”, respeitando a especificidade do campo da história da educação e, considerando ainda, mais especificamente, a área da formação de professores Normalistas

do Rio de Janeiro, identificamos que esse período tem início com o ano de 1962, quando podemos verificar os primeiros efeitos das Leis e acordos realizados em 1961.

A partir de 1962 – e por toda década de 1960, o Ensino Normal, embora tenha uma relativa melhora em sua estrutura física de ensino, foi atingido profundamente em sua filosofia institucional, bem como foram impactadas as vantagens que cercavam os professores desde a época de Ruy Barbosa e o *status* social e econômico que até então mantinham, mas que se desfizeram, fruto de um contexto específico que cercou a categoria docente.

Com isso, convidamos o leitor a entrar na Parte final de nosso trabalho retomando as palavras do poeta Friedrich Hölderlin, em *Der Gang aufs Land* (1800), quando, em nossa tradução, entendemos que ele escreve:

*Parece-me que atravessamos Tempos de Chumbo*<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Tradução nossa de “Mir es scheinen, es sei, als in der bleiernen Zeit”, sexto verso do poema *Der Gang aufs Land*, de 1800. Disponível em <http://gutenberg.spiegel.de/buch/friedrich-h-262/146>. Acessado dia 20.07.17.



## CAPÍTULO 5

### ‘LÁ VÃO AS MULHERES DO LACERDA!’

---

O ambicioso Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, composto de 30 pontos, havia organizado seus itens da seguinte forma: Energia (1 a 5); Transportes (2 a 12); Alimentação (13 a 18); Indústrias de Base (19 a 29) e Educação (30). Enumerados sem intenção de respeitar uma ordem alfabética, os itens do Plano de Metas não foram tratados da mesma maneira. A Educação, ilustrando a estruturação das prioridades do Governo, ficou na última posição na composição geral do lema que dizia: *50 anos em 5*. Para piorar, além de receber menor atenção pública, a Educação ainda seria obscurecida pela chamada “meta síntese”, que como diz o nome, sendo levada a cabo, seria a realização que encobriria ‘as falhas’ das demais metas. A “meta síntese” era a construção de Brasília (31), que foi proposta de última hora, apesar de ter entrado para história como principal realização do Governo JK.

As metas ligadas à Energia, Transportes e Indústrias de Base foram amplamente atendidas, chegando a receber 93% dos recursos alocados para a realização do Plano, mas as partes do projeto ligadas às realizações sociais não receberam a mesma atenção. No caso da Educação, a estratégia não versava sobre novos grandes investimentos, posto que recebeu apenas 3,4% dos valores inicialmente planejados (LAFER, 1975). Sua ideia principal consistia em conceber técnicos com formação voltada para o desenvolvimento industrial. Dessa maneira, apesar de não receber a mesma atenção dos outros setores, a Educação sofreu uma transformação no que diz respeito a sua pedra fundamental, isto é, uma mudança de sua filosofia na prática do ensino. Como essa proposição não se desenvolveu dentro do governo JK por conta das suas limitações quanto à atenção aos setores sociais, embora tenha se mantido disfarçada entre as propostas do principal órgão que apoiou a presidência, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), podemos dizer que nesse período foram plantadas as sementes do tecnicismo que vieram a crescer durante o regime de exceção.

A ideologia que padronizou o comportamento das massas no pós-segunda guerra mundial apontava a escola como meio de ascensão social dos indivíduos (CANÁRIO,

2008). Dessa mesma forma, a ideia de desenvolvimentismo industrial também passava a figurar nas décadas de 1950/1960 – principalmente no governo de Juscelino Kubitschek – como requisito para a prosperidade do país. Em síntese, uma ideologia, como que apontava a Escola como caminho do desenvolvimento, da igualdade e da mobilidade social ou a do *desenvolvimentismo* no governo de JK, pode ser definida da forma colocada pela filósofa Marilena Chauí (1980):

1. Embora a sociedade esteja dividida em classes, a dominação de uma classe sobre a outra, faz com que só as ideias da primeira sejam consideradas válidas, verdadeiras e racionais;
  2. Para que isto ocorra, é preciso que os membros da sociedade não se percebam divididos em classes, mas se vejam como tendo certas características comuns a todos e que tornam as diferenças sociais algo derivado ou de menor importância;
  3. Para que todos os membros se identifiquem com essas características supostamente comuns a todos, é preciso que sejam convertidas em *ideias comuns* a todos. Para que isso ocorra é preciso que a classe dominante, além de produzir suas próprias ideias, também possa distribuí-las, o que é feito, por exemplo, através da educação, da religião, dos costumes, dos meios de comunicação disponíveis;
  4. Como tais ideias não exprimem a realidade real, mas representam a aparência social, as imagens das coisas e dos homens, é possível passar a considerá-las como independentes da realidade e, mais do que isto, inverter a relação fazendo com que a realidade concreta seja tida como a realização dessas ideias.
- (...) Assim, a classe dominante (e sua aliada, a classe média) se divide em pensadores e não pensadores, ou em produtores ativos e consumidores passivos de ideias (CHAUÍ, 1980, p. 94-95).

Porém, qualquer ideologia a ser inculcada depende do controle de um espaço institucional, responsável por divulgar as ideias que deveriam ser incutidas em determinados indivíduos e/ou grupos sociais. Neste período, o ISEB atuou junto ao governo para propalar tal pensamento. Fundado em 1955, mostrando grande afinidade com os princípios do governo de JK, foi responsável, em grande parte, por divulgar a ideologia desenvolvimentista, reproduzida largamente pelos periódicos da capital brasileira. O ISEB buscou conjugar setores da sociedade como a burguesia, o proletariado, o campesinato e a classe média contra o que apontava serem os interesses arcaicos dos setores agrário-exportadores e anti-industriais. “A instituição defendeu muito abertamente a plataforma nacional-desenvolvimentista de JK. O presidente apoiou, por sua vez, as atividades do ISEB, que teve sua ‘idade de ouro’ justamente no quinquênio juscelinista [1956 – 1961]” (MOREIRA, 2013, p. 162). Vale ressaltar por mais uma vez aqui a problematização que

estamos realizando durante todo o nosso trabalho no uso desses termos “idade” ou “anos” de ouro ou de chumbo, posto que a “idade de ouro” do ISEB corresponde, em parte, aos “Anos de Chumbo” das Normalistas do Rio de Janeiro.

De toda forma, a proposta da ideologia do ISEB e de JK do *desenvolvimentismo* visava solidificar as alianças entre as “classes dinâmicas” contra os seguimentos políticos “arcaicos”, dirimindo assim as incertezas presentes no frágil sistema democrático brasileiro (MOREIRA, 2013). Decorria daí o distanciamento político em que consistia a construção de Brasília, longe dos vícios presentes na antiga capital. Afinal, o Brasil acabara de sair da ditadura do Estado Novo, terminada em 1945, mas já sofria com uma nova movimentação militar no sentido de implementar outro regime de exceção desde antes do início do mandato do próprio Juscelino Kubitschek, em 1955 (MOREIRA, 2013), e antes mesmo da morte de Getúlio Vargas, em 1954 (BARBOSA, 2000).

No que tange à educação, a expectativa dos governantes era colocar o sistema escolar à serviço do desenvolvimento da indústria e dos setores de serviços (...) No caso brasileiro, destaca-se a atuação do Estado como instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento econômico por meio do qual se elevaria o padrão de vida da maioria da população. Seja pela geração de novos empregos, seja em nível mais geral, pelo maior índice de produtividade alcançado pela nação. A adoção de um novo estilo de vida – urbano industrial – justificou a ampliação pela demanda pela ampliação das oportunidades escolares e, como consequência dessa demanda, a adoção de medidas mais diretas não só de ampliação das vagas na escola pública, como também mobilização de ações no sentido de orientar o planejamento desse crescimento e, a mesmo tempo, garantir a eficácia pedagógica da escola (XAVIER, 2003, p. 489).

Como dissemos – e também apontou a historiadora Libânia Xavier (2003), a estratégia adotada na educação vinha ao encontro da ideologia de *desenvolvimentismo*. Contudo, essa ideologia, ao mesmo passo, confrontava os ideais de Anísio Teixeira e dos educadores da Escola Nova, embora isso não estivesse, de forma alguma, claro no início do Governo JK. Essa era apenas uma etapa do capitalismo nacional que se dedica a realizar específicos investimentos em educação com ideários já pautados no tecnicismo (BREZEZINSKI, 1997). No entanto, por saber que haveria reação dos educadores a uma política de preparação de técnicos para atuar até na área educacional, JK encobriu sua concepção tecnicista dentro do Plano de Metas.

A função quase exclusiva de preparar técnicos atribuída à educação, certamente, provocaria uma reação dos educadores. Para disfarçar, então, as concepções tecnicistas da meta educacional do Plano de Metas, os seus elaboradores insistiam em afirmar que a educação para o desenvolvimento não deveria ser puramente técnica, mas conter objetivo ético e conteúdo humanístico (BRZEZINSKI, 1997, p. 33).

O receio de como seria a recepção dessa nova filosofia educacional vinha da intenção de JK em lançar as suas bases para que voltasse candidato à presidência cinco anos mais tarde. Neste sentido, vale ressaltar a importância da Cidade do Rio de Janeiro que se tornava em 1960 um Estado independente, com grande concentração populacional e maior ainda concentração de eleitores, que poderiam definir uma votação até para Presidência da República.

Com pouco mais de 3,3 milhões de habitantes, a Guanabara apresentava o mais elevado índice de participação eleitoral do país, representado por um contingente de quase 1 milhão de votantes, cerca de 34% do total da população. Em oitavo lugar entre os estados mais populosos, possuía, no entanto, o quarto eleitorado o país. O alto índice de urbanização, associado a um elevado coeficiente de alfabetização, estimado em torno de 85%, podem, em boa medida, explicar essa expressiva densidade eleitoral (MOTTA, 2000, p. 35).

Daí a importância de JK em manter o controle da velha Capital, indicando, conforme acordado na Lei San Tiago Dantas (Lei n.º 3.752, de 14 de abril de 1960), um Governo Provisório liderado pelo ex-chefe de seu Gabinete Civil, José Sette Câmara Filho. Nestes conturbados anos, os jornais cariocas passaram a dar destaque sobre o que aconteceria com o Rio de Janeiro em meio à confusão política e jurídica da transferência do Distrito Federal para Brasília. Entre discussões sobre os serviços públicos até então prestados pela União, as dúvidas se a fusão com o Estado do Rio de Janeiro geraria dívidas ou a criação do Estado da Guanabara seria viável, a mudança da Capital tornou-se uma das principais preocupações dos cariocas.

Entre julho e agosto de 1958, o Correio da Manhã publicou um conjunto de 32 reportagens, que, sob o sugestivo título de “Que será do Rio?”, reuniram opiniões de expressivas figuras do Distrito Federal e do estado do Rio – ex-prefeitos, deputados cariocas e fluminenses, empresários, técnicos em planejamento urbano, geógrafos, sociólogos, historiadores – acerca do destino da cidade após a mudança da capital para Brasília. O

Jornal do Brasil e a Tribuna de Imprensa, nesse mesmo período, também dedicaram várias matérias ao tema, numa clara indicação de que esse era o assunto que então monopolizava o povo e a imprensa cariocas (MOTTA, 2000, p. 31).

Conforme colocamos anteriormente, o Rio de Janeiro (DF) estava vivendo alguns anos de incerteza política e jurídica que aumentava cada vez mais com a chegada do dia de inauguração de Brasília, em 21 de abril de 1960. Enquanto os jornais tentavam refletir as ansiedades da população carioca, a Câmara dos Vereadores do Distrito Federal relativizava a importância dos assuntos em pauta na casa e terminava por discutir tão somente os assuntos do interesse dos Vereadores. O Executivo e o Legislativo Federal continuavam a influir sobre os assuntos da municipalidade, tal como reclamavam os defensores de maior autonomia para a Cidade, quando descrevemos a questão da criação da UDF na gestão de Pedro Ernesto, nos anos 1930. Enfim, o sentimento do carioca passou do sufocamento por conta do excesso de intervenções federais para o abandono, devido à perda do *status* de capital do Brasil e o ‘salve-se quem puder’ dos Vereadores, preocupados com seus próprios mandatos.

Ainda antes das reportagens, “Que será do Rio?”, citadas por Marly Motta (2000), o uso da expressão *Belacap*, formulada na mesma década como uma representação idílica de uma Capital à beira-mar (COSTA, 2013) já era usada em oposição a ideia de *Velhacap* que poderia ser vinculada à Cidade do Rio de Janeiro. Assim, como escrevemos anteriormente, o termo *Velhacap* começava a aparecer nos jornais como uma contraposição à alcunha da *Novacap*, isto é, Brasília. A *Novacap* era – e ainda é, originalmente, nome da empresa Companhia Urbanizadora da Nova Capital criada por força de lei pelo próprio JK em 1956, uma jogada política que ajudou a sedimentar a ideia de *novo, desenvolvido e moderno* para a Cidade que estava sendo construída para abrigar a capital do país.

Diante desses fatos, como ilustração do sentimento vivido pela população na *Belacap* devido à proximidade da mudança da capital, o grupo de samba *Os Cariocas* lançou a música *Não vou para Brasília* (1957), com a seguinte letra:

Eu não sou índio nem nada,/Não tenho orelha furada,/Nem uso argola  
pendurada no nariz./Não uso tanga de pena,/E a minha pele é morena/Do  
sol da praia onde nasci,/E me criei feliz./Não vou, não vou pra  
Brasília,/Nem eu, nem minha família,/Mesmo que seja pra ficar cheio da

grana./A vida não se compara,/Mesmo difícil e tão cara,/Quero ser pobre/Sem deixar Copacabana./Não! Não vooooooo!...<sup>4</sup>

Quanto às reportagens realizadas nos periódicos cariocas, o jornal *Correio da Manhã*, criou um quadro chamado “Que será do Rio?”, que desenvolveu matérias durante todo mês de julho de 1958, buscando ouvir ex-prefeitos, empresários, deputados, técnicos, geógrafos, sociólogos, historiadores (MOTTA, 2000). No mês seguinte, em agosto, os noticiários também abriram espaço para opiniões de psicólogos, que buscaram abordar aspectos de pensamento e comportamento do carioca, enfatizadas em manchetes como: “ANEXAÇÃO FERE SENSIBILIDADE DOS CARIOCAS”<sup>5</sup>, “NUM PLEBISCITO, FATORES PSICOLÓGICOS atuariam contra união com o Estado do Rio”<sup>6</sup> ou “SERÁ A MESMA COISA SEM UMA REFORMA TOTAL DE ESTRUTURA E DE MENTALIDADE”<sup>7</sup>. Nesta última reportagem o entrevistado José Arthur Rios afirmou:

PSICOLOGIA QUE OUTROS NÃO TEM

“Quer queiram que não os mineiros que agora (opressivamente) nos governam, e os fluminenses que hospedamos cordialmente mas que ainda não nos governam, o Rio de Janeiro, através de sua história, graças a seu desenvolvimento social, por ter sido a Côrte e depois a Capital republicana, possui características psicológicas que devem ser preservadas, que enriquecem a cultura nacional, e que perderia se fossem diluídas numa coisa que não existe, a mentalidade fluminense”<sup>8</sup>.

Diante da “sensibilidade dos cariocas” em perder o posto de eixo político, o governo JK se calçou, sobretudo, com muita propaganda governamental e promessas de desenvolvimento econômico e integração social (FERREIRA; DIAS, 2001). Foram “vários casos de apadrinhamento e nepotismo, como a indicação de parentes da primeira-dama para assumir cargos públicos ou a titularidade de rendosos cartórios em Minas e no Rio de Janeiro” (COSTA, 2013, p. 311) e algumas concessões como anistias a militares

<sup>4</sup> OS CARIOCAS. Não vou pra Brasília [Samba]. Billy Blanco [compositor]. Recife: Mocambo, 1957. 1 disco sonoro, 78 rpm, lado A (2 min 39 s).

<sup>5</sup> *Correio da Manhã*. Anexação fere sensibilidade dos cariocas. 12.08.58. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

<sup>6</sup> *Correio da Manhã*. NUM PLEBISCITO, FATORES PSICOLÓGICOS atuariam contra união com o Estado do Rio. 08.08.58. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

<sup>7</sup> *Correio da Manhã*. SERÁ A MESMA COISA SEM UMA REFORMA TOTAL DE ESTRUTURA E DE MENTALIDADE. 06.08.58. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 6.8.16.

<sup>8</sup> Idem.

envolvidos nas rebeliões contra o seu governo em Jacareacanga e Aragarças<sup>9</sup> (BENEVIDES, 1991). Bem como também foram intermináveis os acordos e benfeitorias em seu nome, as quais acrescentamos a criação, com intervenção direta da presidência, conforme apontamos nos capítulos anteriores, de mais uma prestigiada Escola Normal, que pode ter servido como um bálsamo ao combalido espírito do povo carioca.

Contudo, apesar dessa movimentação, JK e a aliança PSD-PTB, no tocante as próximas eleições para governadores e presidente da República, enfrentariam o crescimento de político do jornalista Carlos Lacerda e da UDN. À vista disso, Kubitschek não conseguiu fazer seu sucessor para a presidência da República, bem como não conseguiu eleger seu candidato como primeiro governador eleito da novíssima unidade da federação, o Estado da Guanabara.

Estabelecido o Estado da Guanabara por meio da Lei San Tiago Dantas (Lei n.º 3.752, de 14 de abril de 1960), a eleição para o primeiro Governador trouxe uma forte disputa. Durante a campanha houve muitos choques entre os principais candidatos Carlos Lacerda (UDN) e Sérgio Magalhães (PTB). A eleição foi apertada e Lacerda saiu vitorioso com apenas 2,3% a mais de votos que o segundo colocado, Sérgio Magalhães. Segundo Marly Motta (2000), a vitória do candidato udenista deveu-se à estratégia de campanha que focou justamente no que apontamos ser o sentimento de abandono da população carioca. Dessa forma, durante essa corrida eleitoral, foi necessário para a vitória de Lacerda tocar em ao menos dois pontos nevrálgicos da história e da psicologia dos cariocas: a autonomia e a perda do *status* de eixo político do país.

Durante a campanha, Carlos Lacerda inseriu em seu discurso elementos que contestavam a ideia de que a autonomia da Guanabara deveria ser realizada pelas leis promulgadas pela esfera federal, mas que, segundo dizia, deveria depender exclusivamente da ativa atuação política dos cariocas para que isso acontecesse. Continuamente, Lacerda denunciava intervenções federais e de outros estados nos assuntos do novo Estado da Guanabara (MOTTA, 2000), tal como o fizera o secretário de educação Américo Jacobino Lacombe ao pedir demissão do cargo ao se referir à atuação do Governo Federal sobre as alunas excedentes do concurso para as Escolas Normais de 1960. Lacerda ainda se aproveitou dos debates durante o pleito eleitoral para afirmar em discurso que

---

<sup>9</sup> As revoltas de Jacareacanga (1955 – 1956) e Aragarças (1959) tiveram alvo direto o governo e Juscelino Kubitschek, incluindo o bombardeio dos Palácios das Laranjeiras e do Catete, mas foram prontamente reprimidos por forças do governo.



Não somos uma capital decaída, mas uma cidade libertada. Os que daqui saíram com saudades sabem que o Rio é uma cidade insubstituível, uma cidade em que todos os brasileiros, ontem, hoje, sempre, estarão como em sua casa. Sabem esses brasileiros que somos uma região sem regionalismos, Pensamos os nossos problemas em termos mundiais, além de continentais, e continentais, além de nacionais (...). Nossos heróis são nacionais (...). Pensaram que nos abandonando interiorizavam a civilização, mas foi aqui que a eixaram. Porque somos a síntese do Brasil, porque somos a porta do Brasil com o mundo, e somos do mundo a vera imagem que ele faz de nós (LACERDA *apud* MOTTA, 2000, p. 44-45).

Os debates e as eleições para o Estado da Guanabara, ao qual estavam submetidas as Escolas Normais do antigo Distrito Federal, foram tão importantes no país que realmente influenciaram as eleições para presidente no mesmo 3 de outubro de 1960. Enquanto Lacerda (UDN) vencia no novo Estado da Guanabara, Jânio Quadros (UDN) tornava-se presidente da República eleito, vencendo o candidato do PSD, Henrique Teixeira Lott.

Do mesmo modo pode-se analisar o peso da vitória e Jânio Quadros sobre o resultado da eleição estadual. Embora se possa alegar que a votação para presidente da República tenha sido bem maior que a de Lacerda para o governo da Guanabara – 418 mil votos contra 357 mil –, não há como negar, no entanto, o impulso positivo que a avalanche janista teve sobre a candidatura de Lacerda. Denunciando a tradicional “perseguição” do governo federal ao Rio de Janeiro, Lacerda, insistentemente, procurou vender ao eleitorado carioca a ideia de que a eleição do presidente e do governador do mesmo partido seria garantia segura de mais atenção e recursos para o novo estado (MOTTA, 2000, p. 53).

A derrota afetou a coligação PSD e PTB, enquanto a UDN saiu fortalecida para os próximos pleitos, o que alimentava o sonho de Carlos Lacerda de chegar a presidência da República na próxima eleição. Porém, da mesma forma, Juscelino Kubitschek planejava o seu retorno para o mesmo pleito, o que colocaria novamente a UDN e o PSD em uma nova disputa presidencial pelo poder em Brasília (MOTTA, 2000). Tal disputa, imaginada entre Lacerda e Kubitschek para o ano de 1965 colocaria também frente a frente a *Belacap*, com o discurso incisivo e emotivo do Governador Carlos Lacerda e a *Novacap*, provavelmente com mais doses da ideologia de *desenvolvimentismo*, presentes no que seria o discurso do ex-presidente Juscelino Kubitschek.



## **A quebra da Pedra Fundamental: do Humanismo ao Tecnicismo**

Álvaro Borges Vieira Pinto, Chefe do Departamento de Filosofia do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) desde 1955 e Diretor deste Instituto a partir de 1962, publicou em seu estudo *Consciência e Realidade Social* que

Educar para o desenvolvimento não é tanto transmitir conteúdos particulares de conhecimento, reduzir o ensino a determinadas matérias, nem restringir o saber exclusivamente a assuntos de natureza técnica; é muito mais do que isto, despertar no educando novo modo de pensar e de sentir a existência, em face das condições nacionais com que se defronta; é dar-lhe a consciência de sua constante relação a um país que precisa de seu trabalho pessoal para modificar o estado de atraso; fazê-lo receber tudo quanto lhe é ensinado por um novo ângulo de percepção, o de que todo o seu saber deve contribuir para o empenho coletivo de transformação da realidade (PINTO, 1960 *apud* FÁVERO, 2006)

Os objetivos humanísticos de formação sólida apenas sobre autores clássicos estavam ultrapassados e já haviam sido substituídos – pelo menos nos planos de Anísio – pela formação que ponderava *Ciência e Humanismo*<sup>10</sup>. Porém, o tecnicismo embutido no Plano de Metas como catalisador da ideologia desenvolvimentista, aos poucos, passou a não admitir mais nem o tradicionalismo escolástico, nem o *Humanismo Técnico*<sup>11</sup> escolanovista, sendo os objetivos da escola substituídos pelo uso excessivo da técnica na condução do trabalho pedagógico e na objetivação semelhante ao trabalho na fábrica (BRZEZINSKI, 1997). O tecnicismo enquanto novo modelo educacional que se tornaria oficial nos próximos anos estava engatinhando no cenário político-educacional brasileiro. Em síntese, ele preconizava um pensamento como o de organização racional do trabalho, típico do modelo industrial fordista e taylorista. Prescrevia também um enfoque sistêmico e controle comportamental, prática característica do behaviorismo. Contudo, o ambiente para a oficial mudança desse paradigma educacional no Brasil só se tornaria completamente propício após 1964.

Anísio Teixeira havia assumido a reitoria da UnB em 19 de junho de 1963 com planos de levar a cabo a utopia da formação no ensino superior para os professores primários focada em conteúdo ético e humanístico. Contudo, o golpe militar iria frustrar

---

<sup>10</sup> TEIXEIRA, Anísio. *Ciência e humanismo*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.24, n.60, 1955. p. 30-44.

<sup>11</sup> TEIXEIRA, Anísio. “O humanismo técnico”. Boletim CBAI. Rio de Janeiro, v.8, n.º 2, 1954. p. 1186-1187.

seu projeto, pois em 19 de abril de 1964, isto é, dezenove dias após sua implementação, Teixeira fora afastado do cargo. Com isso, o disfarce pretendido pelos intelectuais do ISEB que elaboraram o Plano de Metas de JK não era mais necessário (BREZEZINSKI, 1997). O tecnicismo enquanto modelo educacional adotado sorrateiramente pela União em tempos de democracia, agora era imposto oficialmente aos Estados e Municípios por meio da concentração de poderes nas mãos do Executivo Federal, em tempos de ditadura.

Inicialmente, poderíamos achar que a Escola Normal ganharia com isso uma nova sobrevida, talvez até se fortalecesse dado o apoio de setores tradicionais da sociedade ao golpe, contudo, não foi isso que aconteceu. A balança a qual Anísio Teixeira pretendia ponderar *Ciência e Humanismo* durante as três últimas décadas antes do golpe de 1964 se desequilibrou permanentemente para o lado do cientificismo. E mais do isso, não apenas no que diz respeito à formação e professores, mas também no tocante à formação dos alunos de nível primário e secundário, houve prevalecimento da prática sobre a teoria. Assim, as bases do tecnicismo, implementado de forma dissimulada e tímida no governo democrático de JK ganhava cada vez mais terreno como modelo educacional manifesto do que veio a se tornar um golpe contra o Estado de direito em um regime de exceção de 20 anos de duração.

Antes que isso acontecesse, porém, duas instituições surgiram com o intuito de incentivar as atividades liberais dentro do Congresso brasileiro. Em maio de 1959 havia surgido uma associação de empresários com fins de facilitar a elocução com os políticos chamada Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD). Sua operação sobre o Congresso Nacional e nas eleições de 1962 fora tão forte – o que incluiu até o aluguel do jornal carioca *A Noite* – que levou os deputados da oposição a abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a entrada de dinheiro estrangeiro na Instituição, algo que para a época, era proibido. Apesar de aberta a CPI, as investigações não se desenvolveram por que os Deputados Federais que fizeram parte das investigações era os mesmos acusados de receberem dinheiro da IBAD (PAULA, s/d). Anos mais tarde, descobriu-se que os valores que circulavam no Brasil para campanhas anti-Goulart, vinham de empresas como Texaco, Esso, Coca-Cola, Bayer e IBM, em articulações feitas pela *Central Intelligence Agency* – CIA (GOMBATA, 2014 a; 2014 b).

Com um ambiente francamente liberal, ainda mais depois da eleição de Carlos Lacerda (UDN) para o Governo do Estado da Guanabara (1960 a 1965), empresários do

Rio de Janeiro aliados aos de São Paulo, em 29 de novembro de 1961, fundaram também o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), que por sua vez passou a realizar doutrinação por meio e guerra psicológica no uso dos meios de comunicação de massa, tais quais, os jornais, o rádio e a televisão, agindo também dentro de sindicatos, de órgãos de representação feminina, no meio estudantil e entre trabalhadores do campo. O IBAD e o IPES ainda se aliaram a Escola Superior e Guerra (ESG), uma das principais articuladoras do Golpe de 1964, desenvolvendo propostas educacionais que giravam em torno da produção técnica, da racionalização dos investimentos e do aumento de produtividade (SAVIANI, 2011).

No mesmo ano de 1964, um simpósio sobre reforma na educação articulado por esses grupos produziu um documento básico em que se considerava que a escola primária deveria capacitar para a realização e determinadas atividades práticas, enquanto a escola secundária deveria preparar os profissionais considerados necessários para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Já o ensino superior, como era também no início do século XX, deveria, além de formar mão de obra especializada, formar os quadros dirigentes do país. No ano de 1968 o IPES organizou um Fórum chamado “A educação que nos convém” que apresentava, entre outras conferências, *Objetivos e métodos da educação brasileira* – padre Fernando Bastos de Ávila, *Educação e desenvolvimento econômico* – Ministro Roberto de Oliveira Campos e *Vinculação da universidade e da empresa* – professor Theophilo de Azeredo Santos (SAVIANI, 2011).

A Escola/ Ensino Normal enquanto Instituição estava diante de mudanças que haviam se iniciado antes mesmo do golpe de 1964, mas que, na prática, se aprofundavam na transformação dos que seriam os “Anos Dourados” em “Anos de Chumbo”.

Paradoxalmente, na medida em que o desenvolvimento mobilizava camadas sociais cada vez mais reivindicatórias – porém sem condições de serem absorvidas institucionalmente pelo sistema – contribuía para o declínio das virtualidades dos “anos dourados” que significaram, com todas as contradições e ambiguidades, a experiência mais brilhante de nossa democracia liberal-burguesa. Num país como o Brasil marcado por desigualdades sociais tão absurdas e desequilíbrios econômicos crescentes, essa democracia – sempre para “os de cima” – pode “dar certo”, mas apenas durante um certo tempo (BENEVIDES, 1991, p 19. Grifos da autora).

A grande questão dessa transmutação da escola pública, portanto, aparece quanto ao seu modelo pedagógico, pois a Escola Normal, instituição essencialmente humanística, enfrentou claras dificuldades de adequação ao novo modelo. Uma instituição, conforme discorre François Dubet (2006), é essencialmente engessada em seus valores e princípios, o que a torna forte dentro da concepção de modernidade de que uma sociedade é construída pela força da sua atuação modelação de indivíduos. Entretanto, diante de uma mudança, uma instituição como a Escola Normal, forte, porém, engessada, teve confrontada a sua pedra fundamental, qual seja, o Humanismo, resultando disso uma desarmonia da sua lógica de agir e a sua forma de estar dentro do modelo de sociedade que ela própria havia erigido durante décadas, mas que, agora, estava em transformação. O contraste entre a filosofia da instituição Escola Normal e o novo modelo educacional advindo de um ambiente liberal com concentração de poderes no executivo federal podem ser percebidos nas mudanças de *status* cultural, econômico e social das Normalistas no final dos anos 1960, início dos anos 1970.

Desta forma, a ação do Governo JK no tocante aos princípios do tecnicismo e à inculcação da ideologia desenvolvimentista na população com auxílio de órgãos como o ISEB, mais tarde aprofundada com a atuação do IBAD e do IPES, além do Golpe de 1964, das legislações específicas e dos acordos bilaterais como os do Ministério da Educação e a *United States Agency for International Development* (MEC/USAID), trouxeram uma nova proposta de socialização de indivíduos que destoava da tradicional formação de origem humanística característica das Escolas Normais.

Esse, portanto, era o contexto que “quebrou a pedra fundamental” das Escolas Normais e implementou um novo modelo educacional, colocando em descompasso a formação de professores em nível médio das instituições cariocas e a cultura política dentro do cenário de ditadura em que o modelo adotado fazia prevalecer a prática sobre a teoria em uma racionalização voltada para o mundo do trabalho na indústria. Dessa maneira, a tendência desse período que convencionamos chamar de ‘Anos de Chumbo das Normalistas’ era de aprofundamento do tecnicismo até o seu coroamento, com a Lei 5.692 em 1971 e as normatizações decorrentes dela nos anos seguintes. Para Leonor Tanuri, ao escrever sobre a história da formação de professores, após a publicação dessa Lei, houve:

(...) o “esvaziamento”, a “desmontagem”, a “desestruturação”, a “perda de identidade” ou a “descaracterização” sofrida pela escola normal no

período, tendo-se vislumbrado inclusive sua “desativação” nos anos imediatamente posteriores à reforma, devido à queda considerável da procura, ao fechamento de inúmeros cursos, paralelamente ao descaso de políticas nacionais e estaduais (TANURI, 2000, p. 81).

Nesse âmbito, em 1973, o Plano Estadual de Educação, que visava implementar a Reforma na Guanabara, submeteu a Divisão de Ensino Normal ao Centro de Educação Técnica da Guanabara. O Plano se referia ao tradicional Curso Normal da seguinte forma:

Os antigos cursos normais, que formavam professores para o ensino primário, não levavam suficientemente em conta que, além de concorrerem para a cultura geral e a formação do professorando, deveriam ter caráter profissionalizante.

Esse procedimento, além de prejudicar o ensino, formando de maneira inadequada o professor; permitia a má aplicação dos recursos, tendo em vista que muitos dos formandos não ingressavam na força de trabalho, pois buscavam a escola normal, apenas, como um curso de formação acadêmica que lhes garantia a elevação do “status” social e o prosseguimento dos estudos em nível universitário<sup>12</sup>.

Empossada naquele ano, a nova diretora da Divisão de Ensino Normal, a professora Maria Lúcia Mascarenhas de Moraes, chegou a apontar as transformações do currículo do Curso Normal após a Lei n.º 5.692/71 como positivas para as turmas que se iniciariam no ano seguinte.

Segundo a professora Lúcia Mascarenhas, diretora da Divisão de Ensino Normal da Secretaria de Educação, as perspectivas, embora sombrias sob alguns aspectos, apresentam possibilidades otimistas. Com a Reforma, o currículo das escolas normais oficiais da Guanabara tornou-se mais real às necessidades de alunos e professores, mais flexível às características típicas de cada escola e mais substancial. As matérias supérfluas (línguas, por exemplo) deixaram de ser obrigatórias, entrando em seu lugar matérias mais de acordo com as necessidades profissionais<sup>13</sup>.

“Disciplinas estanques como Filosofia da Educação, Psicologia da Educação” e outras, que proporcionavam cultura geral, mas não eram específicas para a formação de professores, foram substituídas por Fundamentos Biológicos e Sociológicos da Educação<sup>14</sup>.

<sup>12</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. CEF dita normas para aperfeiçoar magistério. 15.04.72. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

<sup>13</sup> JORNAL DO BRASIL. Ausência de vocação faz com que professores abandonem o magistério. 03.02.74. p. 25. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

<sup>14</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Nível do Magistério. 09.05.74. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

Contudo, conforme já descrevemos em pontos anteriores – e também veremos nesta última Parte de nosso trabalho, a Lei 5.592/71, que consideramos uma espécie de coroamento do tecnicismo no Brasil, veio precedida de um contexto social, político e econômico que já havia realizado tal ‘esvaziamento’, ‘desmontagem’, ‘desestruturação’ e ‘descaracterização’ do Curso Normal, principalmente no tocante à instituição, que tece alterada a nomenclatura da ‘Escola Normal’ (NÓVOA, 1995; DUBET, 2006). Quanto à identidade das Normalistas, não concordamos com a ideia de ‘perda’, mas, sim, com a perspectiva que temos adotado desde o início de nosso estudo, em que o contexto de transformação e adaptação frente à realidade social influenciaram na construção de novas identidades das Normalistas (DUBAR, 20005).

Ou seja, é ponto pacífico a importância dessa Lei quanto ao tecnicismo no ensino nacional. No entanto, ao contrário do que foi proposto por Tanuri (2000), não acreditamos ser essa Lei a responsável por inaugurar uma nova era em que o humanismo característico do Curso Normal foi substituído pelo tecnicismo. Como veremos, o contexto que recortamos como os ‘anos de chumbo’, de 1962 até 1973, terá um ambiente específico em que todos esses pontos colocados pela autora já estão em prática no Estado da Guanabara.

Nos próximos pontos, trataremos mais especificamente dessa conjuntura, dando foco à produção de leis nacionais e estaduais surgidas desse ambiente político, bem como os seus impactos nas Escolas Normais e nas Normalistas do Rio de Janeiro.

### **O Ginásial com acesso automático, mas sem ‘futuro garantido’**

A Lei n.º 1, de 26 de abril de 1960, do Estado da Guanabara, criou em seu primeiro artigo a ENJK. Enquanto o primeiro parágrafo desse artigo mandava matricular na unidade as excedentes do último concurso para o Curso Normal, atendendo a movimentação da comissão de pais (*cf.* Capítulo 4), o segundo parágrafo trouxe um componente novo e muito interessante. Tratava-se de um dispositivo fruto de uma evidente barganha política entre os diversos interesses envolvidos na criação de Escolas Normais e na expansão das Escolas Particulares no Rio de Janeiro.

Para que não tenhamos dúvidas de que esse segundo parágrafo foi resultado de uma manobra política, basta seguirmos a Lei e conhecermos o terceiro parágrafo do mesmo

artigo, que negocia a chamada de excedentes do concurso anterior para compor a primeira turma da unidade (cf. Capítulo 4). Assim, a cabeça do artigo, o primeiro e o terceiro parágrafos, ao tratarem da criação da ENJK e do aproveitamento de candidatas excedentes, estão evidentemente ligados, mas o segundo parágrafo, como podemos ler, destoa completamente ao fugir do tema do *caput* do artigo e dos parágrafos que estão a sua volta.

Parágrafo 2º – Para os alunos que se matricularem a partir de 1961 nos cursos ginasiais do Instituto de Educação e nos das demais Escolas Normais mantidas pela PDF, fica extinta a prerrogativa do acesso automático aos respectivos cursos de formação de professores primários (Cursos Normais)<sup>15</sup>.

Embora os jornais não tenham dado destaque no ano em que a lei foi aprovada (1960), eles o fizeram no ano seguinte. Com isso, os periódicos avisaram aos pais da aplicação dos ‘acordos’ firmados no ano anterior enquanto os donos de escolas particulares comemoraram as novas oportunidades no ensino com o discurso de moralização das oportunidades de acesso ao emprego público.

Pela Lei nº1 do Estado da Guanabara, de abril de 1960, a conclusão do curso ginásial no Instituto não confere mais direito de acesso automático ao curso normal. A ideia do emprego garantido, aos 11 anos de idade, com o simples ingresso ao curso ginásial, está, portanto, desaparecida<sup>16</sup>.

A Lei n.º 1 do Estado da Guanabara havia sido especialmente costurada por meio de barganhas que envolviam todo contexto que descrevemos sobre a mudança de Capital, deixando claros os interesses privatistas das Escolas Particulares, tanto quanto os interesses das famílias que ansiavam pelo acesso ao prestigiado Curso Normal do Rio de Janeiro. Tratava-se de uma manobra tão engenhosa quanto a que garantiu a Lei de criação da ENSK, uma atuação da mídia tão forte quanto a que ocorreu com a criação da ENIAA, uma necessidade tão evidente de atender a falta de profissionais e a apreensão das massas quanto a que garantiu a criação da ENHL e uma disputa pelos signos de prestígio e *status* das Escolas Normais tão feroz quanto a que ocorreu por ocasião da criação da ENCD, além

<sup>15</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Câmara aprova projeto que aproveita as excedentes. 09.04.60. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

<sup>16</sup> CORREIO DA MANHÃ. Instituto de Educação. 06.04.61. 1º Caderno, p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.



de uma desnecessária proximidade geográfica com o IE, que, apenas fazia denunciar que o sonho de ser Normalista, para aquelas candidatas, ainda não havia terminado.

O fim da vantagem que garantia o acesso automático do Ginásial para os Cursos Normais parecia estar decretado em abril de 1960. Mas o jogo político se transmuta de acordo com as mudanças dos atores que entram em cena ano após ano, a fim de realizar novas negociações e pressões sobre os setores públicos que tinham influência sobre o acesso ao Curso Normal. Afinal, a sensibilidade por votos dos Deputados Estaduais da ALEG visava atender à pressão dos pais pelo acesso ao curso, tanto quanto os interesses das escolas particulares por abertura dessa área de negócios. A Lei n.º 1 do Estado da Guanabara, dessa maneira, foi apenas o primeiro movimento de contestação desse privilégio histórico.

Nos anos posteriores, o Diário de Notícias e o Correio da Manhã, divulgaram seus posicionamentos pelo fim do privilégio e enquanto uma comissão de pais tentava retomá-lo. O primeiro periódico desqualificava o movimento dos pais pela recriação do acesso automático, relembrando a Lei de abril de 1960 e argumentando que o encaminhamento de uma criança de dez ou onze anos no ensino ginásial com vistas à admissão automática ao Curso Normal não constitui vocação para o magistério primário<sup>17</sup>. Já o segundo periódico, no ano de 1961, havia sido mais agressivo quando escreveu:

Afinal de contas o Instituto de Educação não é uma agência de empregos. Nele fizeram-se dois concursos em que as condições de aprovação estavam, de antemão, fixadas em instruções de conhecimento de todos os interessados.

Só há um critério a adotar: manter a fidelidade às instruções baixadas e denunciar, com franqueza, as pressões que se exercem sobre o Instituto, com fruto da voracidade do empreguismo em torno do nosso maior estabelecimento de ensino normal<sup>18</sup>.

Mas o movimento seguinte era da comissão de pais. E assim, conquistando o apoio do deputado Naldir Laranjeiras (PR), em 27 de abril de 1964<sup>19</sup>, ainda alimentados pelo

<sup>17</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Acesso ao Normal. 16.07.64. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 01.08.17.

<sup>18</sup> CORREIO DA MANHÃ. Instituto de Educação. 06.04.61. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 01.08.17.

<sup>19</sup> CORREIO DA MANHÃ. Educação. 28.04.64. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.



sonho de fazerem suas filhas alunas das Escolas Normais, reiniciaram a pressão sobre os deputados da ALEG com a proposta de retomada do acesso automático ao Curso Normal.

Uma comissão de pais de alunas do Instituto de Educação esteve ontem no JORNAL DO BRASIL, a fim de fazer um apelo aos deputados para que aprovem o projeto de lei n.º 795, ora em tramitação na Assembléia, assegurando o acesso automático ao curso normal das alunas que tiverem complementado o curso ginasial no mesmo estabelecimento.

– A aprovação do projeto – afirmam os pais das alunas – seria a regulamentação de uma coisa justa e não de um privilégio. Além do mais, sempre foi uma tradição no Instituto de Educação o acesso automático e todos os colégio da Guanabara, oficiais ou particulares, dão a seus alunos o direito de acesso automático ao segundo ciclo colegial<sup>20</sup>.

A reportagem do Jornal do Brasil tratava do Projeto de Lei do Deputado Naldir Laranjeiras (PR), que em 1964 buscava assegurar novamente o acesso automático das ginasianas ao Ensino Normal das unidades que tivessem esses dois cursos. Desta forma, relatando os argumentos dos pais das alunas, o periódico pretendeu escrever um histórico em que valorizava a tradição da Escola Normal e colocava em suspeição o processo que gerou o fim do acesso automático.

#### A HISTÓRIA

(...) No apagar das luzes da Legislatura da antiga Câmara dos Vereadores – afirmaram –, justamente para amparar as muitas excedentes que a forma antiga de ingresso ao Ginásio possibilitava existir, foi apresentado, votado e aprovado um projeto de lei em cujo bojo existia um dispositivo que derrubava anos de tradição e justiça, especialização e preparo didático do curso Ginasial do Instituto de Educação e acabava com um direito que nenhum outro colégio do Brasil tirou a seus alunos – o acesso automático ao 2º Ciclo<sup>21</sup>.

Embora o projeto do Deputado Naldir Laranjeiras em algum momento pudesse ser confundido com um ‘retorno às tradições’, de fato, ele buscava garantir apenas o privilégio de duas Escolas Normais, quais sejam, o IE e a ENCD.

<sup>20</sup> JORNAL DO BRASIL. Pais de moças do Instituto de Educação pedem mudança automática para o 2º ciclo. 12.07.64. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

<sup>21</sup> JORNAL DO BRASIL. Pais de moças do Instituto de Educação pedem mudança automática para o 2º ciclo. 12.07.64. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.16.

Artigo 19 – Os alunos que obtiverem aprovação do I. de Educação e Escola Carmela Dutra, e se colocarem, computadas as médias de todo o curso, até o septuagésimo lugar, serão automaticamente matriculados no curso de formação de professores primários (Curso Normal)<sup>22</sup>.

Enquanto o Jornal Tribuna da Imprensa, dizia que “foi aprovada ontem, em primeira discussão, um projeto demagógico que visa a restabelecer um privilégio odioso, qual seja o de garantir o acesso automático dos alunos (...) ao curso normal<sup>23</sup>”, os pais das ginásianas comemoravam a sua aprovação na ALEG no dia 5 de novembro de 1964 e o consequente encaminhamento do projeto de Lei para sanção do chefe do Executivo do Estado da Guanabara.

Quando o projeto chegou até o Governador do Estado da Guanabara, o Sr. Carlos Lacerda (UDN), mesmo criador do substitutivo que se tornou a LDBEN/61, repleta de dispositivos a favor das escolas particulares, ele foi vetado integralmente. Naldir Laranjeira não perdeu tempo na ALEG e denunciou que Lacerda estava favorecendo os donos de estabelecimentos de ensino particulares.

O deputado Naldir Laranjeira disse, ontem, que o seu projeto visava a assegurar acesso automático ao currículo normal para as alunas que concluíssem o curso ginásial no Instituto de Educação e na Escola Carmela Dutra foi vetado pelo governador [Carlos Lacerda] devido à influência de proprietários de estabelecimentos de ensino particular. O argumento usado para justificar o veto, acrescentou, que é o de não conceder privilégio a um grupo de estudantes prejudicando os que fizeram seus cursos em colégios particulares, é falso (...)<sup>24</sup>.

No dia 11 de dezembro de 1964, contudo, a ALEG, tão sensível aos interesses dos pais dos ginásianos quanto aos estabelecimentos particulares de ensino, rejeitou o veto do Governador Carlos Lacerda (05.12.60 – 11.10.65) e manteve a Lei que havia anteriormente havia criado. Dessa forma, foi garantido por mais tempo o acesso do ginásial do IE e da ENCD aos seus próprios Cursos Normais<sup>25</sup>, ficando as demais unidades com a

<sup>22</sup> CORREIO DA MANHÃ. Ensino Normal. 06.11.64. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>23</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Normalistas. 30.10.64. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>24</sup> CORREIO DA MANHÃ. Donos de colégios contra Normalistas. 01.12.64. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>25</sup> CORREIO DA MANHÃ. Ensino Normal. 12.12.64. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

incumbência de manter concursos para todas as suas vagas nos seus respectivos Cursos Normais.

Como apontamos anteriormente, o governo Lacerda havia garantido um ambiente liberal no Estado da Guanabara. Em 1962, por exemplo, o professor Amaral Fontoura, que desenvolveu o programa para o Curso Primário do novo Estado, chegando a chamá-lo de “Revolução pacífica e construtiva” (FONTOURA, 1962, p. 13), escreveu:

A finalidade da educação é desenvolver a personalidade do aluno, mas evidentemente dentro dos limites impostos pela própria natureza de cada um. Se determinado estudante tem menos capacidade que seus colegas, então vamos prendê-lo vários anos na mesma série? Castigá-lo porque a natureza o fez diferente?

(...) A igualdade de oportunidade (princípio básico da Democracia) significa que todas as crianças terão o mesmo direito de passar o mesmo tempo na escola – 6 anos, por exemplo – mas ninguém poderá passar além desse limite, pois quebraria a igualdade.

(...) a reprovação em massa é também uma injustiça social, porque permite que um aluno fique 8 anos desfrutando de um lugar na escola, enquanto outros lá não conseguem entrar, pois os repetentes estão ocupando os lugares que já deviam caber a outros (FONTOURA, 1962, p. 14–16).

Instituindo assim o que é atualmente conhecido como “aprovação automática” no ensino fundamental, o programa também argumentava que “Não existindo mais alunos *promovidos* nem alunos reprovados, também não há mais necessidade dos exames de fim do ano” (FONTOURA, 1962, p. 20). Por fim, o responsável pelo programa do curso primário ainda realizava um argumento que se tornaria uma prática nos meios educacionais nas próximas décadas, isto é, o argumento de responsabilização do docente:

O êxito ou o fracasso de todo esse sistema dependerá exclusivamente de quem vai aplicá-lo, isto é, do *professor*. Se houvesse algum mau professor que dissesse assim “bom, agora eu não preciso me esforçar pela turma, porque a promoção é automática, pronto, estaria tudo perdido. Mas, felizmente, o magistério primário da Guanabara possui alto grau de cultura, de responsabilidade, de senso do dever (FONTOURA, 1962, p. 22).

Tal magistério primário ao qual se referia o criador do projeto era composto, em sua totalidade, de Normalistas vindas das seis Escolas Normais do Estado da Guanabara. No entanto, a formação completa, vinda desde os primeiros anos do ginásio, entre 1964 e

1967, ficou apenas no IE e na ENCD. A formação com acesso garantido ao Normal apenas nessas duas unidades já demonstrava diminuição da pressão que as comissões de pais, ao longo desses anos, exerceram sobre o Legislativo e o Executivo do Estado da Guanabara. Comparado aos anos anteriores, portanto, inferimos que pode ter havido: a) diminuição de interesse pelo Curso Normal já no início dos anos 1960; b) aumento da influência dos donos de escolas particulares; ou ainda, as duas motivações ao mesmo tempo.

De toda forma, as oportunidades de acesso automático ao Curso Normal ficaram concentradas nas duas unidades mais antigas da rede por quatro anos. A partir de 1967, porém, com a sanção da Lei Estadual n.º 1.286, de 5 de maio<sup>26</sup>, ficou estabelecido que as seis Escolas Normais do Estado da Guanabara deveriam reservar 30% das suas vagas para os alunos dos seus ginásios que atingissem as melhores pontuações no decorrer deste curso. Desta forma, o acesso automático que havia ficado restrito ao IE e a ENCD voltava a toda rede, porém, com um número limitado para atender aos ginásianos.

Por mais que seja válido questionar agora: *Para onde estavam indo os 70% que aceitaram ceder as suas vagas para as escolas particulares?* E, por mais que a resposta óbvia esteja no crescimento dos cursos técnicos, por hora, precisamos saber de três coisas: em primeiro lugar, essa condição pareceu satisfazer tanto os pais dos alunos, quanto os donos de estabelecimentos particulares de ensino, que agora poderiam preparar os seus alunos para a admissão ao sonhado Curso Normal. Em segundo lugar, em consonância com tudo que escrevemos sobre a semente plantada do tecnicismo, começava a florescer antes no Estado da Guanabara do que nas demais Unidades da Federação. Além disso, em terceiro lugar, como veremos em um ponto específico do próximo capítulo, as condições salariais dos professores vinham se degradando desde 1962, chegando em 1967 próximo ao salário mínimo, o que estimulou as famílias que tinham condições financeiras de preparar os seus filhos a procurar outras carreiras.

O que aconteceu foi que a Lei 1.286, que garantia 30% de vagas do ginásial para o Curso Normal, fora assinada dentro de um pacote de mudanças na educação Estadual. Pois o então Governador Negrão de Lima, três meses antes, havia assinado também um Decreto de n.º 798 (de 27 de fevereiro de 1967<sup>27</sup>), que dava aos jovens estudantes da Guanabara novas possibilidades de formação especializada. Com o discurso de garantir uma formação

<sup>26</sup> JORNAL DO BRASIL. Normalistas particulares ganham emenda na Carta estadual que as beneficia. 03.05.67. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>27</sup> O CRUZEIRO. A Educação Total. 22.12.70. p. 120-121. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

para o mundo do trabalho àquele mesmo adolescente que antes buscava ter o “futuro garantido” nos ginásiais das Escolas Normais e, ao mesmo tempo, conter a pressão pelas matrículas nos últimos anos de estudo da rede estadual de ensino, a nova lei assegurou que agora seria possível frequentar uma das Unidades Integradas, que desde então passaram a se chamar Ginásios Polivalentes ou Ginásios Orientados para o Trabalho (GOT).

O assédio às matrículas nos estabelecimentos públicos é cada vez maior. (...) A ideia nasceu da necessidade premente de desenvolvimento industrial do País. (...) O Ginásio Polivalente visa, em primeiro plano, a dar aos adolescentes, os recursos para uma iniciação prematura, àqueles que, jovens ainda, se vêem na contingência de trocar o aprendizado, mesmo gratuito, pelo trabalho (...). Para os rapazes a matéria de Artes Industriais ensina Artes Gráficas. Trabalhos em Madeira, Metal, Cerâmica e Eletricidade. A Economia Doméstica é curso específico para as moças, descobrindo-lhes os segredos da costura, bordado, orçamento familiar, etiqueta e culinária. Indiferente para ambos, situa-se o ensino de técnicas Comerciais, onde aprendem pesquisas de mercado, tomadas de preços, lançamentos em livros fiscais, folhas de pagamento, etc<sup>28</sup>.



Figura 49 – O CRUZEIRO. A Educação Total. 22.12.70. p. 120-121. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>28</sup> Idem.

Na matéria da revista *O Cruzeiro*, o Governo da Guanabara gabava-se de estar na ‘vanguarda’ do novo modelo educacional que, aos poucos, passava a interessar o governo federal. De fato, a partir de abril de 1969 os Ginásios Orientados para o Trabalho tornaram-se também projeto federal quando o Ministro da Educação Tarso Dutra determinou a sua implantação em nível nacional (LIRA, 2010). Cerca de 600 ginásios foram construídos pelo Brasil, financiados e assessorados pelos acordos MEC/ USAID (CUNHA; GÓES, 1985). Contudo, o sucesso dessas unidades no Estado da Guanabara não teria sido tão grande se não fosse o contexto específico dos Ginásios das Escolas Normais, que perdia gradativamente o poder de sedução sobre as famílias cariocas.

No final do ano de 1969, por exemplo, considerando três das seis Escolas Normais, as inscrições para os seus ginásiais apresentou números que denotavam mudanças na procura pela carreira do magistério. Dizia o *Jornal do Brasil*: “A escola que apresentou maior número de candidatos foi a Carmela Dutra, em Madureira, com 2.576 inscritos, seguindo-se a Heitor Lira, na Penha, com 1.294, e o Instituto de Educação, na Tijuca, com 1.222”<sup>29</sup>. Assim, o disputado concurso de admissão ao ginásial das Escolas Normais, unidades em que os pais buscavam tornar seus filhos crianças de “futuro garantido” aos 11 ou 13 anos de idade, apresentava mudanças no público que ainda enxergava no magistério uma possibilidade de mobilidade social.

O desinteresse fora tamanho que, para a formação dessas turmas do ano letivo de 1970, se apresentou uma situação impensável para os anos anteriores: a desistência de acesso ao Ensino Normal de pessoas que estavam asseguradas pela Lei N.º 1.286/67.

O diretor da Divisão de Ensino Normal comunica que tenho em vista o cancelamento de 187 vagas resultantes da desistência dos beneficiados pela Lei 1.286/67 e de acordo com Ordem de Serviço <<E>> n.º 12/1969/EEM (item 10.3) os candidatos classificados nas Provas de Classificação à matrícula na primeira série do Curso Normal do Instituto de Educação e demais Escolas Normais Oficiais, em 1970, com totais 39 e 38 pontos deverão comparecer para exame médico no Instituto de Educação a partir das 7 horas de acordo com a seguinte escala:

- candidatos de 39 pontos, dia 4 e março;
- candidatos de 38 pontos, dia 5 de março; (...).

Outrossim, comunica que os candidatos que não obtiverem vagas na primeira opção (Escola em que se inscreverem) serão redistribuídos tendo em vista o aproveitamento das vagas acima citadas.

<sup>29</sup> JORNAL DO BRASIL. O Concurso. 24.12.69. p. 12. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.



Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1970.  
Altamir Paes – Diretor da Divisão de Ensino Normal<sup>30</sup>.

Nesse contexto de desinteresse crescente pelo Normal e aumento da oferta de vagas na rede, Negrão de Lima e o Secretário de Educação Gonzaga da Gama decretaram o fim do famoso ‘exame de admissão ao ginásial’<sup>31</sup> ainda em 1969, possibilitando que os alunos primários ingressassem nos ginásiais públicos sem a necessidade de prestar uma prova que os habilitassem<sup>32</sup>. Embora tal Decreto fosse mais um exemplo de que o Estado da Guanabara estava na vanguarda de um movimento que só iria se efetivar em todo o país três anos mais tarde com Lei n.º 5.692/71, as Escolas Normais mantiveram o processo de seleção, que recorrentemente realizava reclassificações para chegar ao número de alunos necessários para iniciar as aulas.

Com seleção para um curso que já não oferecia acesso direto ao Curso Normal, que por sua vez, a partir de 1969, também não tinha acesso ao serviço público garantido, serviço esse que tinha condições de trabalho ruins e salários considerados baixíssimos, as famílias cariocas passaram a procurar no ensino técnico um futuro melhor para os seus filhos. Afinal,

Antes, o aluno era obrigado a se submeter aos exames de admissão, na passagem do primário para o ginásio. Na Unidade Integrada, isso deixa de existir. O acesso é automático, tanto do primário ao ginásio como deste colegial. Como se o aluno passasse de ano, do nível seis para o primeiro ginásial. Entretanto, recebe um certificado e conclusão do primário. Assim é, no Colégio Estadual Professor Lourenço Filho, na Tijuca. Uma concepção atualizada de instrução, que está sendo experimentada neste Estado. Com pouco menos e três anos, o sucesso obtido foi tal que interessou o Governo Federal na sua aplicação em todo o país<sup>33</sup>.

Assim, o desinteresse pelos ginásiais das Escolas Normais já era crescente desde 1964, quando o acesso automático ficou restrito ao IE e a ENCD, passando pela

---

<sup>30</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Quem tem 38 ou 39 pontos será matriculado nas Escolas Normais. 03.03.70. p. 10. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>31</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. DN mostra para onde vão os alunos do primário no acesso automático Aos ginásios do Estado. 19.10.69. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>32</sup> Diário de Notícias. CONFIRMADO O ACESSO AO GINASIAL SEM CONCURSO. 10.10.69. p. 10. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>33</sup> O CRUZEIRO. A Educação Total. 22.12.70. p. 120-121. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

pulverização das vagas por meio da Lei n.º 1.286, que garantia apenas 30% das vagas a todas as seis Escolas Normais. Em 1969, o Curso já mostrava desistências de famílias que buscavam outras formações, sendo a ‘admissão ao Curso Ginásial das Escolas Normais’ definitivamente extinta pela Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971.

### **Os Normalistas da Guanabara e ‘o trem das professoras’**

O Estado da Guanabara, que existiu entre os anos de 1960 e 1975, teve cinco governantes. Contudo, como é possível perceber pelo período que tratamos nesse trabalho, três deles tem um papel especial no tocante à formação de professores primários dentro do período que estudamos, a saber: Carlos Lacerda, governador entre 5 de dezembro de 1960 até 11 de outubro de 1965, Francisco Negrão de Lima, que antes havia sido prefeito do Distrito Federal de 11 de março de 1956 até 8 de julho de 1958 e governou a Guanabara de 5 de dezembro de 1965 e 15 de março de 1970 e Chagas Freitas, que governou a Guanabara entre 15 de março de 1970 e 15 de março de 1975 (FARIA, 2011).

Uma grande novidade trazida no segundo ano do Governo Lacerda, em 1962, foi o retorno dos rapazes para formação de professores Normalistas. Antes mesmo da LDBEN de 20 de dezembro de 1961, o Governador Carlos Lacerda e o Secretário de Educação Flexa Ribeiro, por meio do Decreto n.º 729, de 7 de dezembro de 1961<sup>34</sup>, já haviam autorizado que homens voltassem a se candidatar a vagas de Normalistas na rede de ensino da Guanabara para o concurso do ano seguinte.

Tal evento trouxe um sentimento de surpresa para as alunas, para as comissões e para os círculos de pais, mas, como sabemos, não era uma novidade para as Escolas Normais. Os periódicos da época, afim de atender aos seus leitores, reagiram com curiosidade diante da notícia do governo. Enquanto o jornal Diário de Notícias divulgava em letras maiúsculas sua contagem preliminar de inscritos no concurso para as turmas de 1962, “500 HOMENS VERSUS 4400 MOÇAS”<sup>35</sup>, a revista O Cruzeiro, apesar de mostrar a quadra do IE completamente lotada de candidatos, preferiu dar ênfase no que chamou de ‘ganho social das jovens Normalistas’, pesando, mais brevemente, o aumento da concorrência.

<sup>34</sup> CORREIO DA MANHÃ. Governo do Estado. 14.12.61. p. 8. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>35</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. 500 HOMENS VERSUS 4400 MOÇAS. 23.12.61. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.



Na opinião das antigas normalistas, entre os vários benefícios que daí advirão está a diminuição do índice de professoras solteironas, pois as alunas terão três anos de convivência com rapazes, e só não resolverá seu problema aquele que não se sentir com vocação para o matrimônio. As candidatas, por sua vez, não gostaram da medida, pois veio aumentar o número de pretendentes. Ao lado das 4.979 candidatas, inscreveram-se 703 rapazes, inclusive alunos de escolas superiores e colégios militares<sup>36</sup>.



Figura 50 – O CRUZEIRO. Os normalistas. 03.02.62. p. 18-19. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

Segundo o Professor Gama Lima, diretor do Ensino Primário do Estado, em entrevista para a revista O Cruzeiro, o retorno dos homens às salas de aulas do Curso Normal, atendia à necessidade de estender a rede escolar às regiões de difícil acesso, onde as Normalistas teriam dificuldade de chegar. Para ele, o professor Normalista também teria maior facilidade de lidar com o público de jovens e adultos. Sendo assim, para o diretor, a coeducação só traria vantagens à formação de professores primários do Estado. A reportagem, desta vez entrevistando o professor catedrático França Campos, terminava sublinhando o caráter sacerdotal da profissão, construído através de décadas no Brasil,

<sup>36</sup> O CRUZEIRO. Os normalistas. 03.02.62. p. 18-19. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17. p. 18.

como abordamos em capítulos anteriores. Disse o professor: “Da mesma forma que as crianças veem na professora outra mãe, encontrarão no professor outro pai”<sup>37</sup>.

Apesar dos jornais noticiarem que homens nas Escolas Normais não era uma novidade, as mais de duas décadas em que foi construída uma tradição de curso voltado para a formação da mulher para o magistério ou para o casamento, os seus signos de prestígio, as músicas e todas as demais produções culturais, além da atuação na rede de ensino Municipal/ Estadual das Normalistas, terminaram por desenvolver uma forte representação de que professores primários seriam, sempre, mulheres. Contudo, a partir de 1962, essa identificação sofreu superficiais mudanças.

Mesmo com a procura inicial de homens que girava em torno de 14%, em 1962, esse índice não se manteve dentro das salas de aula, mostrando que a colonização feminina dessa área do mercado de trabalho havia sido muito bem realizada durante toda primeira metade do século XX. De modo geral, o percentual de professoras no magistério primário do Brasil continuou aumentado de 88,4% em 1960, para 93,6% em 1970, e chegando em 1980 a 95,4% (COUTINHO, 2007). Dessa maneira, a área do magistério, mesmo com o retorno legal dos homens à formação de Normalistas, já estava absolutamente identificada com o sexo feminino, como ainda é nos dias atuais.

Seguindo esse pensamento, durante o concurso de 1962, o jornal *Diário Carioca*, além de divulgar como seria o uniforme dos Normalistas daquele ano, publicou também entrevistas com meninos que declaram fazer o Curso Normal apenas para ajudar a custear estudos futuros, informação que corroborava o contínuo aumento do índice de mulheres nas salas de aula primárias do país.

O uniforme dos futuros normalistas já está pronto, calça azul, camisa branca, gravata com o emblema do Instituto e a tradicional “estrela” do curso normal. A maioria dos rapazes vai fazer o curso para custear seus estudos posteriores, não pretendendo fixar carreira no magistério primário.

Um dos meninos é Newton Machado de Oliveira e sua opinião reflete a da maioria dos rapazes. Newton estuda no Colégio Brigadeiro Schortch e gosta de estudar, por isso vai fazer o normal, porque “em três anos eu terei um bom emprego que me facilitará a continuação de meus estudos”<sup>38</sup>.

<sup>37</sup> Idem. p. 18.

<sup>38</sup> DIÁRIO CARIOCA. Moço fez prova final para ser normalista. 01.02.62. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17. p. 18.

Aliás, o apreço ao uniforme das Normalistas nos anos 1960 já não era o mesmo daquele empregado entre os anos 1930 a 1950. Em 1962, as alunas do Instituto de Educação do último ano, que já faziam estágio nas escolas suburbanas do Estado, abriram mão do prestigiado uniforme escola em nome de outro, comum às professoras e considerado dentro da moda.

As alunas do terceiro ano Normal do Instituto de Educação usarão uniforme de trabalho, “chemisier” azul-claro, sapatos e bolsa pretos e fita azul-claro no cabelo. Antes usavam o próprio uniforme de aula: sala pregueada azul-marinho e blusa branca. (...) Só será usado pelas alunas do terceiro ano que já dão aulas nas escolas primárias de subúrbio. Tem como finalidade principal o fator psicológico (as crianças respeitam mais a professora que não usa uniforme igual a elas).

O chemisier tem sido bem recebido pelas alunas do terceiro ano. Sentem-se na situação de verdadeiras professoras (o novo uniforme e trabalho é igual ao das professoras primárias).

Não foi escolhida a cor amarelo (como queriam no princípio) para o novo uniforme porque “as normalistas não eixariam nunca de usar o azul e branco, orgulho do Instituto de Educação” diz a professora dona Irna, assessora do diretor<sup>39</sup>.



Figura 51 – JORNAL DO BRASIL. Modelo da Semana – Uniforme Escolar. 25-26.02.62. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>39</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Nôvo uniforme para as normalistas do 3º ano. 11.04.62. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

Os Normalistas, com a ‘missão’ de atender aos adultos e as populações mais ermas e, As Normalistas, convocadas a partir do último ano de estudo com um novo uniforme que as promovia a professoras, vinham a atender a instalação de 231 novas escolas, com um total de 1.885 salas de aula. Número oriundo de um programa escolar que aliava os projetos públicos estaduais do Governo Lacerda ao aporte financeiro do Governo Federal de Jânio Quadros da ordem de 31 milhões e quinhentos mil cruzeiros (KELLER, s/d.), além da doação de recursos financeiros feita por particulares por meio da Fundação Otávio Mangabeira, o que, por si só, resultou na construção de quarenta e duas unidades<sup>40</sup>. Havia também, a concessão de bolsas com o dinheiro público para que os alunos estudassem em unidades particulares, visando a atender o que Lacerda apontou ser um déficit para resolver em seu mandato de 100 mil crianças em idade escolar, mas ainda sem escolas (ASSUMPÇÃO, 2007).

De fato, o Governo Lacerda ampliou o número de matrículas na rede do Estado, saltando de 232.2269 para 421.593 as crianças atendidas pelas escolas primárias. Ao mesmo passo, ampliou o número de professores da rede de 8.893 para 14.936 (MOTTA, 2000). Assim, o atendimento ao crescente número de unidades escolares primárias, em grande parte construídas no subúrbio, não poderia se dar de forma diferente se não por meio das linhas férreas que levavam ao interior do Estado. O título da música “Trem das Professoras”, dos anos 1950 (*cf.* Capítulo 2), passou a fazer ainda mais sentido nas diversas reportagens realizadas nos anos 1960 sobre as condições de trabalho das Normalistas. “No trem, facilmente reconhecidas pelas suas enormes bolsas a tiracolo, não faltam piadas de mau gosto, entre as quais a mais frequente: “Lá vão as mulheres do Lacerda!” ”<sup>41</sup>.

Dentre as muitas reportagens que encontramos havia variados relatos que enfatizavam o trajeto até chegar à unidade onde as Normalistas trabalhavam. Com o título “Problemas das Normalistas começam com a formatura”, de julho de 1962, o jornal Tribuna da Imprensa, enfatizava a dificuldade das Normalistas, pois afirmava que 60% das professoras vinham da Zona Sul da cidade, sendo elas obrigadas a realizarem dois anos de estágio no subúrbio<sup>42</sup>.

<sup>40</sup> Disponível em [http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas\\_fom/escolas\\_fom.htm](http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_fom/escolas_fom.htm). Acessado dia 03.08.17.

<sup>41</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Problemas da normalista chegam com a formatura. 12.07.62. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.07.17.

<sup>42</sup> Idem.



Figura 52 – CORREIO DA MANHÃ. A carona das professoras humilha o trem sem volta. 01.11.61. p. 1.  
Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.07.17.

Literalmente, o local de encontro dessas profissionais era a estação Central do Brasil, às 5 horas da manhã, com vistas a pegar o trem lotado, como podemos ver na foto acima, do jornal *Correio da Manhã*, datada de novembro de 1961.

Nos próximos anos, notadamente no ano de 1968, embora a moda da minissaia tivesse, dominado a aparência das professoras – o que ilustra maior liberdade e independência da mulher nessa década, o ‘Trem das Normalistas’ continuava sendo o principal meio de locomoção para os subúrbios, como podemos ver na reportagem e nas imagens abaixo.

O relógio da Central do Brasil marcava 5 horas quando SCMB transpôs a roleta em direção ao ponto de embarque. A [ilegível] estava praticamente vazia e no céu as estrelas ainda era visíveis. Trazia em uma das mãos um bloco de cadernos e na outra uma bolsa.

Ia tomar o trem das 5h45m, que a levaria até Campo grande, onde leciona em um grupo escolar do Estado. Era uma das centenas de professoras e professorandas que diariamente se dirigem à Zona Rural, onde chegam cansadas e com um único desejo> voltar para casa e mudar de profissão.

– Essa é minha primeira experiência (...) Souza casada, sabe? Tenho uma filha de três anos e estou grávida de outro. (...) Tenho 19 anos (bocejo) e moro no Méier, foi logo dizendo, antes mesmo que lhe perguntasse.



De repente um alvoroço sacode a estação de embarque. Elas vêm de todos os lados, do Méier, da Tijuca, de Olaria, do Flamengo, das Laranjeiras e até do Leblon. A maioria descabelada, carregada de embrulhos onde sanduíches de presunto se misturavam com lápis, borracha e uma infinidade de cadernos e livros. (...) De repente vem os solavancos. Como o trem não está cheio, atrepidação dos trilhos se acentua. As novatas dão gritinhos entremeados com risos acanhados. (...) SCMB segura a pasta com uma das mãos e o ventre com a outra. A gravidez é uma eterna preocupação e tem medo de perder o filho com os solavancos. Da Central até Campo grande o percurso do trem leva uma hora e meia.

– Além disso, nós temos à nossa espera, em campo grande, uma frota de Kombis que nos leva até a escola. O que nós precisávamos era de uma outra que nos apanhasse em casa. (...) O medo que SCMB tem de perder o filho com os solavancos farão com que as outras SCMB deixem de lecionar e passem a outra profissão<sup>43</sup>.



Figura 53 – JORNAL DO BRASIL. Professoras da Zona Rural só pensam em mudar de profissão. 06.03.68. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.07.17.

<sup>43</sup> JORNAL DO BRASIL. Professoras da Zona Rural só pensam em mudar de profissão. 06.03.68. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.07.17.

A gravidez de ‘SCMB’ do segundo filho era uma problema a se enfrentar com relação aos trens do Rio de Janeiro. Por outro lado, por conta da experiência de apenas dois anos e o filho de três, percebemos que essa Normalista, como muitas outras, teve o seu primeiro filho ainda como estudante das Escolas Normais, algo que parecia ser impensável nas décadas passadas.

O professor Augusto Cunha Rodrigues, então catedrático de Higiene do Instituto de Educação, narrou a situação da seguinte forma já no ano de 1962, aproveitando sua experiência ainda do tempo em que a Normalista não podia casar, muito menos ter filho enquanto estudava.

“Desde que o Regimento Interno do Instituto de Educação autorizou o casamento das alunas do Curso Normal” continua o professor Cunha Rodrigues, “começaram a aparecer, nas salas de aula, normalistas em estado interessante, vestindo trajes mais adequados à sua nova situação, exaustas pelas viagens penosas em coletivos superlotados, sujeitas a toda sorte de traumatismos, aumentado as varizes por viajarem em pé, sobraçando, ainda, os petrechos escolares. Tudo isso, sem poderem faltar às aulas”. Prosseguindo: “Mal terminando o puerpério, vulgarmente chamado resguardo, eis a infeliz mãe-aluna também locomovendo-se precocemente às vezes com o filho ao colo, exposta novamente a outra ordem de acidentes<sup>44</sup>.”

O discurso do professor foi continuado nos meses seguintes de pedidos públicos para que as autoridades resguardassem essas “mães-normalistas” com abono para as suas faltas nas Escolas Normais e no Instituto de Educação<sup>45</sup>. A reportagem abaixo, de 1966, destacava a formação de 900 Normalistas no IE, apontado a participação dos filhos das jovens professoras no evento do pátio da unidade.

<sup>44</sup> CORREIO DA MANHÃ. “Mãe-normalista merece amparo das autoridades”. 26.02.62. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 05.08.17.

<sup>45</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Amparo À Mãe Aluna. 14.05.62. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 05.08.17.



Figura 54 – JORNAL DO BRASIL. Professoras, enfim. 18.12.66. p. 12. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 05.08.17.

Os casos considerados excepcionais de alunas grávidas se tornaram comuns nas seis Escolas Normais ao mesmo passo que a sociedade mudava. Sem intenção de fazer história sobre o tema, o feminismo, que, no Brasil se desenvolveu mais fortemente após o golpe militar de 1964, crescendo em contestação nos anos 1970, em movimentos principalmente organizados por mulheres burguesas e de classes médias (COSTA, 2005), atingiu as Normalistas de forma a trazer para elas maior controle sobre o próprio corpo e sobre o seu modo de ser, pensar e agir na sociedade. Não apenas o feminismo ou a minissaia, mas também a revolução sexual, que desafiava os antigos códigos morais de comportamento, além da pílula anticoncepcional que dava à mulher a decisão de engravidar, todos desse período dos anos 1960, transformavam, por mais uma vez, a identidade da Normalista

Como efeito de uma crescente da liberdade e da independência feminina, o salário de Normalista que então poderia ser arrimo de família e que poderia não mais estar esperando casar ao final de sua formação, começava a se tornar um problema, como veremos no próximo tópico.



As mudanças aconteceram tão rapidamente até o final dos anos 1960 e início dos anos 1970 que a estrutura da instituição Escola Normal sentiu determinado abalo. Como a característica de instituição e o trabalho de um sujeito de modo a inculcar valores sobre outros sujeitos, muitas Normalistas formadas nos anos 1960 não se identificavam com as Normalistas formadas nos anos 1970. Isso porque, embora a instituição tenha atuado sobre o indivíduo dos dois períodos com a mesma rigidez, posta a condição engessada da instituição (NÓVOA, 1995; DUBET, 2006), fatores externos às Escolas Normais como os que citamos, colocaram a nova identidade da mulher em descompasso com a identidade que as instituições ainda buscavam formar.

Contudo, junto às mudanças sociais que atingiram a mulher brasileira, e, certamente, as Normalistas, os interesses de Carlos Lacerda de lançar as suas bases para uma futura eleição presidencial, se tornaram evidentes a partir de suas metas. Uma dessas metas, a ampliação da rede escolar, precisava vir acompanhada do crescimento do número de professores formados pelas redes oficiais (MOTTA, 2000). Considerando que a ocupação das vagas de docente primário da rede da Guanabara era uma exclusividade das Normalistas formadas pelas seis Escolas Normais oficiais e que essas unidades já estavam com suas capacidades físicas no limite quanto ao quantitativo de alunos, a saída adotada por Lacerda foi oferecer novos prédios que viessem a aumentar a formação de professores, como veremos no próximo ponto.

### **As sedes das seis Escolas Normais: promessas, dívidas e descontinuidades**

Aberta a possibilidade da entrada de rapazes no Curso Normal para o ano letivo de 1962, foi natural, para aquele ano, que o quantitativo de candidatos tivesse aumentado. O governador Lacerda aproveitou o momento e procurou ampliar quantitativo de Normalistas formadas uma mudança de prédios que dariam espaço para a abertura de mais turmas em cada unidade do Estado. Vale ressaltar que o quadro até então era de que as sedes definitivas das Escolas Normais, com a exceção do IE, ainda não tinham sido entregues.

Nessa situação, embora todas as unidades provisórias apresentassem reclamações quanto à conservação e à estrutura, o caso mais grave e que se tornou imperioso resolver rapidamente no novo governo eleito do Estado da Guanabara, foi o da Escola Normal Heitor Lira, que havia sido instalada, “digamos assim, na Raça”. Isso, pois, pelo que dependesse dos pais dos alunos primários na qual a ENHL foi domiciliada, a Escola

Normal da Penha seria fechada, o que diminuiria o quantitativo de Normalistas formadas e prejudicaria a meta de Lacerda de abrir mais escolas primárias.

A reclamação do Círculo de Pais da Escola Primária Conde de Agrolongo de que seus filhos tiveram os estudos prejudicados pela criação de mais um turno para seus filhos, da diminuição do tempo de estudos das crianças, além, claro, da perda de espaço dentro da unidade para a instalação da ENHL, foi publicada pelo jornal rival à Tribuna da Imprensa, isto é, o Última Hora (*cf.* Capítulo 3). Dessa maneira, em junho de 1962 o jornal Última Hora denunciou também que a Penha não tinha nem uma escola primária, nem uma Escola Normal, pois, enquanto as crianças estavam sendo deslocadas para receberem bolsas de estudos em unidades particulares, as Normalistas tinham que se sentar em cadeiras de alunos primários para assistir aulas<sup>46</sup>.

Nessa altura, por conta de dívidas, o jornal Tribuna da Imprensa havia sido vendido e não apresentava, legalmente, qualquer ligação com Carlos Lacerda, embora a afinidade de pensamento e apoio político ao Governador continuasse evidente em suas páginas. De toda forma, com uma administração sensível às pressões das comissões de pais e com vistas a uma futura eleição para a Presidência da República se empenhou para primeiro resolver o caso da Penha. Foi então que o seu Secretário de Educação, Flexa Riberiro, anunciou poucos dias depois da reportagem do jornal Última Hora que a ENHL se mudaria para um prédio novo, construído na esquina da Rua Engenheiro Moreira Lia, n.º 54, com a Rua Guarará. Desta forma, seria duplicado o número de vagas na Escola Normal, enquanto que as crianças voltariam para sua unidade de origem, estando o Círculo de Pais novamente satisfeito<sup>47</sup>.

O jornal Última Hora, por sua vez, não deixou de se gabar da pressão que exerceu sobre o Governador, colocando-se como responsável pelo aumento de vagas no ensino do subúrbio da Cidade.

“Rio, 14 de junho de 1962

Prezado jornalista IB Teixeira

Nós, pais de alunos da Escola 1-17 (Conde de Agrolongo) vimos pela presente tornar pública a nossa gratidão por ter V.S. advogado a causa pela qual tanto nos batemos, qual seja, a de defender os interesses infantis prejudicados pela inépcia dos governantes.

<sup>46</sup> ÚLTIMA HORA. Como Flexa Ribeiro resolveu o problema do Ensino na GB. 09.06.62. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

<sup>47</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Escola Normal Heitor Lira tem novo prédio. 13.06.62. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

Felizmente a sua reportagem de 9/6/62 foi o brado de alerta ao qual responderam muitos outros, formando uma cadeia tão forte, que levou as autoridades a uma decisão.

A Escola Normal Heitor Lira será transferida para um prédio próximo, resolvendo assim o nosso e o problema das normalistas, ambos mal acomodados.

No dia 12/6/62, portanto, três dias após a publicação da sua coluna a Escola recebeu a visita dos senhores Governador Carlos Lacerda, Professor Flexa Ribeiro e Professor Antônio Carlos do Amaral e alguns deputados. Tivemos, então, a notícia que tanto nos alegrou.(...) Poderiam ser 10 assinaturas, e a nossa gratidão seria a mesma. Mas foram 107 os pais das crianças da Escola Conde de Agrolongo que confiaram em nosso Rio Aflito [coluna do jornal Última Hora]<sup>48</sup>.

Durante a transferência para as novas instalações da ENHL, em 25 de junho de 1962, Lacerda destacou estar aumentando as vagas para Normalistas na unidade, apesar de dizer que aquele não seria ainda o prédio definitivo da Escola Normal da Penha. Embora ainda não fosse a sede definitiva da unidade, Lacerda não deixou passar a oportunidade de fazer do evento um palco para se destacar politicamente.



<sup>48</sup> ÚLTIMA HORA. Escola 1-17. 19.06.62. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.



Figura 55 – Governador Carlos Lacerda em inauguração da ENHL, em 25 de junho 1962. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Dando o tom de sua gestão educacional, o Governador falou ainda das pretensões para ENCD e para a ENIAA, fazendo também uma referência indireta àquela que seria uma conquista da oposição, o grandioso projeto de Miécimo da Silva (afilhado político do casal presidencial Dutra) para a construção da Escola Normal Sarah Kubitschek.

– Não queremos nenhuma Brasília educacional, mas um prédio com instalações condignas para a Escola Normal Carmela Dutra. Pretendemos também, dentro de 1 ou 2 anos, dar à Escola Normal Heitor Lira outras instalações, pois sabemos que estas não são definitivas. A Escola Normal Azevedo do Amaral, na Zona Sul, também precisa de melhores instalações, mas temos tido o problema de encontrar um bom local – afirmou<sup>49</sup>.

<sup>49</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Escola Normal Carmela Dutra vai ter prédio novo. 26.06.62. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.





Figura 56 – Governador Carlos Lacerda. Discurso em inauguração da ENHL, em 25 de junho 1962. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Lacerda tinha um modo de gestão personalista, tão concentrador de atenções à sua própria imagem, que não convidou nomes conhecidos para compor as secretarias do seu governo. Por conta desse perfil, Lacerda se envolveu diretamente com as Escolas Normais. Ele esteve presente em cada grande evento de mudança ou festa, aproveitando sempre para especular sobre melhorias futuras, apesar de nem sempre conseguir inaugurá-las.

Apesar da promessa de Lacerda, a unidade da ENHL não foi inaugurada em seu governo. O candidato que apoiou para lhe sucedê-lo no Governo do Estado da Guanabara nas eleições de 1965, o Secretário de Educação Flexa Ribeiro, foi derrotado nas urnas por Francisco Negrão de Lima (05.12.1965 – 15.03.1970), do Partido Social Democrático (PSD). Um evento interessante desse pleito – e que também ilustra a importância da eleição para a Guanabara – foi que a eleição de Negrão de Lima, tanto quanto a eleição de Israel Pinheiro Filho para o Governo de Minas Gerais, ambos do PSD, irritou tanto os militares que foi baixado por conta disso o Ato Institucional número 2, que, dentre outras

medidas, acabou com o pluripartidarismo e estabeleceu, a partir daquela data, o bipartidarismo: o partido da situação, a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e a oposição consentida, o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Assim, de fato, foi apenas em 26 de dezembro de 1968, ao lado da diretora Lizete Vanderlei, que o Governador Negrão de Lima inaugurou o prédio definitivo da Escola Normal Heitor Lira, na Rua Cuba, número 320.



Figura 57 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Penha ganha nova Escola Normal. 27.12.68. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 08.02.17.

A Escola Normal Carmela Dutra, por outro lado, recebeu anúncio do governo Lacerda de que teria liberado o crédito para a construção de sua unidade na ordem de 90 milhões de cruzeiros, ainda em 1962. A unidade, referência de Madureira, seria mudada

para o bairro de Piedade, entre as Ruas Padre Manuel de Nóbrega<sup>50</sup> e Amália<sup>51</sup>, ao lado da Escola Primária França. Entretanto, apesar da grandiosa promessa de que o novo prédio teria arquitetura idêntica ao do Instituto de Educação<sup>52</sup>, os valores só foram realmente liberados em outubro de 1964, reta final do mandato de Lacerda.

O atraso na liberação da verba contou para que a obra não iniciasse, mas o fator principal foi que Lacerda, em 4 de novembro de 1965, abandonou o governo da Guanabara. Isso aconteceu por que o Ato Institucional n.º 2, de 27 de outubro de 1965, tal como já havia feito o AI-1, estabeleceu que as eleições para a Presidência da República seriam realizadas de forma indireta, isto é, pelo Congresso Nacional. Dessa forma, o AI-2 frustrou os sonhos de Carlos Lacerda chegar à presidência, que decidiu abandonar o cargo de Governador e se aproximar dos que faziam oposição à ditadura.

Com nova interferência da esfera federal, que teve que indicar um nome para terminar o mandato de Lacerda, assumiu o cargo o jornalista e advogado Raphael Hermeto de Almeida Magalhães (UDN). Sob essa conjuntura, a mudança da ENCD para Piedade jamais foi realizada. Ao invés disso, em 1966, com o novo governador Negrão de Lima, depois de uma manifestação pelos 20 anos de criação da ENCD<sup>53</sup>, foi decidido que a unidade permaneceria em Madureira. A escola de Negrão de Lima, contudo, foi um prédio distante da zona comercial, da agitação do centro do bairro e das buzinas do perigoso trânsito que já havia vitimado algumas alunas da unidade.

O que seria o novo prédio da unidade era, em verdade, da Escola Primária Ministro Edgard Romero, número 491, que ocupava um edifício que ainda tinha aspecto de esqueleto e que fora erguido originalmente em 1950<sup>54</sup>. Depois de uma longa reforma, a unidade foi entregue ainda em obras para que fosse iniciado o ano letivo de 1967. A Escola Primária Ministro Edgard Romero, porém, apenas trocou de lugar com a ENCD, transferindo-se para a Av. Edgard Romero, n.º 31.

<sup>50</sup> CORREIO DA MANHÃ. Normal. 03.01.64. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>51</sup> CORREIO DA MANHÃ. Futura Escola Normal Carmela Dutra. 04.01.64. p. 8. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>52</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Nova Escola Normal começará a ser construída já. 05.01.64. p. 10. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>53</sup> JORNAL DO BRASIL. Alunas da Carmela temem mudança. 17.02.67. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>54</sup> A NOITE. Trezentas crianças estão sem escola em Madureira. 04.04.62. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.



A legenda da imagem abaixo, “Do prédio remodelado para onde será transferida a Carmela Dutra vê-se a favela vizinha que causa temores às alunas”, demonstra que mesmo as Escolas Normais sendo instaladas em bairros suburbanos da Cidade, o perfil social das alunas que frequentavam esses cursos não era o de mais pobres de suas regiões. Pelo contrário, o perfil das alunas, mesmo as residentes em bairros suburbanos era de pertencentes a famílias de classe média baixa que residiam nas cercanias atendidas unidades. Essas famílias eram atendidas pelas linhas férreas, como as famílias mais pobres, mas podiam se dar ao luxo de pagar por cursinhos pré-normais para preparar suas filhas para as difíceis provas que aconteciam na ENCD, na ENHL ou na ENSK.

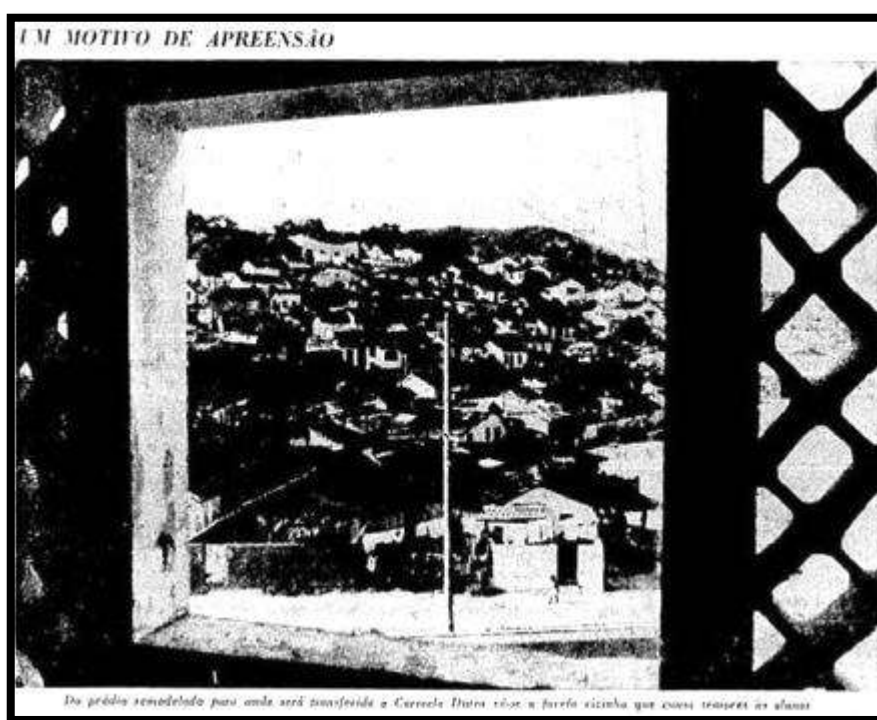


Figura 58 – JORNAL DO BRASIL. Alunas da Carmela temem mudança. 17.02.67. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

As alunas da escola Normal Carmela Dutra estão apreensivas em relação ao prédio para onde serão transferidas, por desconhecerem suas acomodações, temerem a proximidade de uma favela e acharem a condução mais difícil. (...) – A sugestão de transferência da escola para o prédio em que funcionava a Escola Pública Mnistro Edgard Romero – disse o Diretor da Divisão de Ensino Normal, Professor Vitório Bergo – partiu do Secretário Benjamim de Moraes. Com a remodelação, 20 salas de aula estarão prontas no começo de março, o que significa um acréscimo de sete salas. Apesar de ser na mesma rua, o novo prédio está afastado da zona comercial de Maureira, que com seus alto-falantes e camelôs perturba o bom funcionamento dos cursos.

– A mudança é o começo dos meus sonhos – acrescentou – pois podemos começar com o curso ginásial (primeiro ano) e futuramente conseguirmos

um terreno para que um verdadeiro Instituto de Educação (com primário, ginásial, normal e creche) seja construído. A mudança beneficiará a professores e alunos<sup>55</sup>.

Em primeiro de março de 1967, Negrão de Lima, discursando para a diretora Léa Lemgruber e outras autoridades, também inaugurou, descontraidamente ao som das marchas de carnaval Máscara Negra e Colombina Iê-Iê-Iê<sup>56</sup>, a Escola Normal de Madureira, em plena ditadura civil-militar, sem se preocupar com as reclamações das alunas com relação à localidade da nova sede da ENCD.



Figura 59 – DIÁRIO CARIOCA. Lugar para 200 excedentes. 07.03.67. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>55</sup> JORNAL DO BRASIL. Alunas da Carmela temem mudança. 17.02.67. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>56</sup> JORNAL DO BRASIL. Negrão abre prédio com “Máscara”. 07.03.67. p. 11. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

Contudo, mesmo depois de 20 anos de espera, o prédio, originalmente dos anos 1950, não foi entregue finalizado.

Depois de ter funcionado provisoriamente durante 20 anos, em pleno centro comercial de Madureira, a Escola Normal Carmela Dutra mudou-se para um prédio novo, ainda em obras e vizinho de uma quase favela, com barulho e muita poeira sujando o azul e branco do uniforme de seus alunos, mas com a diretora afirmando que, muito em breve “a Carmela Dutra será uma escola normal”. (...) Para explicar a mudança rápida para o novo prédio, antes de sua conclusão, dona Léa Lemgruber afirmou: “Não poderíamos continuar para sempre no prédio antigo. Se fossemos esperar a conclusão das obras, não daríamos os 180 dias de aula obrigatórios por ano ou seríamos obrigatórios por ano ou seríamos obrigados a tirar as férias das alunas. Tanto em julho como no fim do ano. As próprias alunas preferiram a solução adotada”<sup>57</sup>.

Já para a Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral, havia o anúncio de uma nova unidade, em breve, depois da transferência da ENHL em junho de 1962. No final do mesmo mês, o jornal *Tribuna da Imprensa* destacou com letras maiúsculas: “ESCOLA NORMAL SAI DA LAGOA PARA COPACABANA”. Essa era a manchete do jornal que apoiava Lacerda, que introduzia uma notícia paradoxal de mudança ‘definitiva’ de algo temporário para algo provisório: “Está definitivamente decidida a mudança – em caráter provisório – da Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral”<sup>58</sup>.

De fato, apesar do alardeado, a escola não se mudou para Copacabana, mas ficou no Jardim Botânico, na unidade em que funcionava o Ginásio Camilo Castelo Branco, na Rua Pacheco Leão, número 1004. Assim, no dia 26 de agosto de 1965, Lacerda por mais uma vez anunciava o aumento da formação de professores na Guanabara, graças ao aumento do número de salas e, consequentemente, do número de Normalistas. Afinal, em agosto o AI-2 ainda não tinha sido baixado e as suas pretensões à presidência ainda continuavam a mover seu governo.

<sup>57</sup> CORREIO DA MANHÃ. Carmela Dutra espera obras para ser uma escola normal. 28.03.67. p. 13. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

<sup>58</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Escola normal sai da Lagoa para Copacabana. 30.06.62. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.





Figura 60 – JORNAL DO BRASIL. Escola Azevedo do Amaral inaugurada no prédio do Ginásio Camilo C. Branco. 27.08.65. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

Foi apenas no último ano de existência do Estado da Guanabara, em 1974, que a ENIAA recebeu sua sede definitiva. Mas, também, não foi tão fácil sua inauguração. As aulas na unidade já haviam atrasado por um mês dentro do início do ano letivo. Dentro dessa incerteza, a diretora Nilza Andrade decidiu ocupar o prédio mesmo em obras, estando o pátio, o refeitório, a dispensa e a cantina em construção. No novo endereço, na Rua Jardim Botânico, n.º 563, faltavam também vidros nas portas, acabamento no piso, acabamento na entrada, entre outras coisas. Contudo, apesar dos problemas referentes às obras serem relatados, a preocupação maior da diretora se mostrava ser o trânsito de operários em meio às jovens Normalistas<sup>59</sup>.

A sede da ENIAA, infelizmente, chegou tarde. E a evidência maior foi de que o Curso Normal, desde 1971, deixara de existir, e que, agora, aquela unidade fora inaugurada com o nome de Centro Interescolar Ignácio Azevedo do Amaral, como diz a placa comemorativa ainda hoje posicionada bem em sua entrada.

<sup>59</sup> JORNAL DO BRASIL. Centro abre aulas ainda em obras. 01.04.74. p. 11. JORNAL DO BRASIL. Centro Interescolar começa a funcionar com seus 800 alunos no Jardim Botânico. 02.04.74. p. 17. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

Neste período de Centro Interescolar, o Governador do Estado da Guanabara era Antônio de Pádua Chagas Freitas (15.03.1970 – 14.03.1975) e o Secretário de Educação era Celso Kelly. Com o fim das obras, depois de “muitos embaraços”, o prédio seria inaugurado em 8 de agosto, mas a sua entrega foi atrasada por mais uma vez. Finalmente, depois de mais de seis meses de aulas já iniciadas, em 8 de novembro de 1974, em uma sexta-feira, a sede da unidade foi definitivamente inaugurada.



Figura 61 – Faixa de inauguração da ENIAA. Acervo do CEIAA. 1974.

A viúva do professor Ignácio Azevedo do Amaral desamarrou a fita inaugural do primeiro prédio de ensino carioca a ter cinco andares, acompanhada pela diretora Nilza Andrade e pelo Governador Chagas Freitas. Sob o som de Leilão de Jardim, com versos de Cecília Meireles, a placa comemorativa foi inaugurada no saguão do prédio<sup>60</sup>.

<sup>60</sup> JORNAL DO BRASIL. Centro Interescolar deixa sede provisória e passa para prédio de 5 andares. 09.11.74. p. 20. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.



Figura 62 – Inauguração de placa da ENIAA. Acervo do CEIAA. 1974.

A Escola Normal Sarah Kubitschek recebeu um tratamento diferenciado, como comentamos, pelo Governo Lacerda. Apesar de a unidade ter sido criada por lei em 1957 e de ter iniciado seus trabalhos em 1959 sob a promessa de que seu grande prédio seria inaugurado logo, a ENSK esperou por mais de uma década pela que ele ficasse realmente pronto. Lacerda pareceu não querer investir em uma grandiosa obra que poderia ficar pronta apenas no mandato de seu sucessor, enquanto que, com os recursos para Escola Normal de Campo Grande, ele poderia abrir uma série de unidades primárias espalhadas pela Guanabara.

Assim, a ENSK funcionou em seu primeiro ano, provisoriamente, no prédio na Escola Venezuela, na Rua Amaral Costa, n.º 37. Em 1960, enquanto suas obras eram iniciadas, como podemos ver nas imagens logo abaixo, a unidade alugou galpões que na era dourada da citricultura em Campo Grande, serviam às grandes fazendas da região. Os barracões alugados foram compartimentados e revestidos por Eucatex, enquanto as

promessas de políticos de aquele complexo de prédios, maior em tamanho até do que o IE da Tijuca, um dia seria inaugurado<sup>61</sup>.

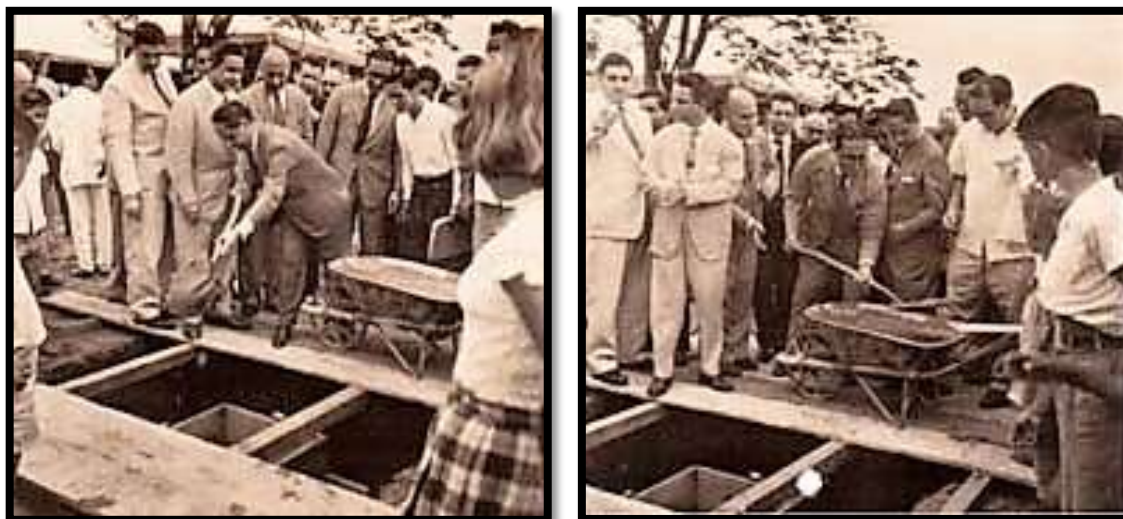


Figura 63 – Inauguração das obras da ENSK. Referência: início dos anos 1960. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Apesar das promessas, a “Brasília de Miécimo” foi politicamente embargada pelo Governo Carlos Lacerda. Depois do discurso que realizou na inauguração da nova sede do ENHL, em 1962, dizendo que não queria nenhuma “Brasília educacional”, o Governador não apenas suspendeu as verbas para a continuação da construção, como suspendeu as concorrências públicas para os acabamentos da Escola Normal de Campo Grande, cortando qualquer possibilidade de finalização das obras, segundo relatou o deputado Miécimo da Silva<sup>62</sup>.

De fato, segundo aferimos, a unidade ficou abandonada por mais de seis anos, acumulando histórias de mal uso do dinheiro público, invasões e até mortes no local. Os prédios permaneceram esquecidos até que, em 1966, os responsáveis pelos galpões de laranjas entram com uma ordem de despejo contra a Escola Normal Sarah Kubitschek<sup>63</sup>. O Deputado Miécimo da Silva e o diretor da unidade, professor José Bezerra Norões Filho,

<sup>61</sup> JORNAL DO BRASIL. Campo Grande progride mas serviços públicos não ajudam. 15.05.66. p. 16. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

<sup>62</sup> CORREIO DA MANHÃ. Escola Normal pode parar depois de seis anos abandonada. 24.06.66. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

<sup>63</sup> Idem.



diante disso visitaram as obras do que seria a nova sede da ENSK e constatarem o abandono, como podemos ver nas imagens abaixo de dois periódicos diferentes.

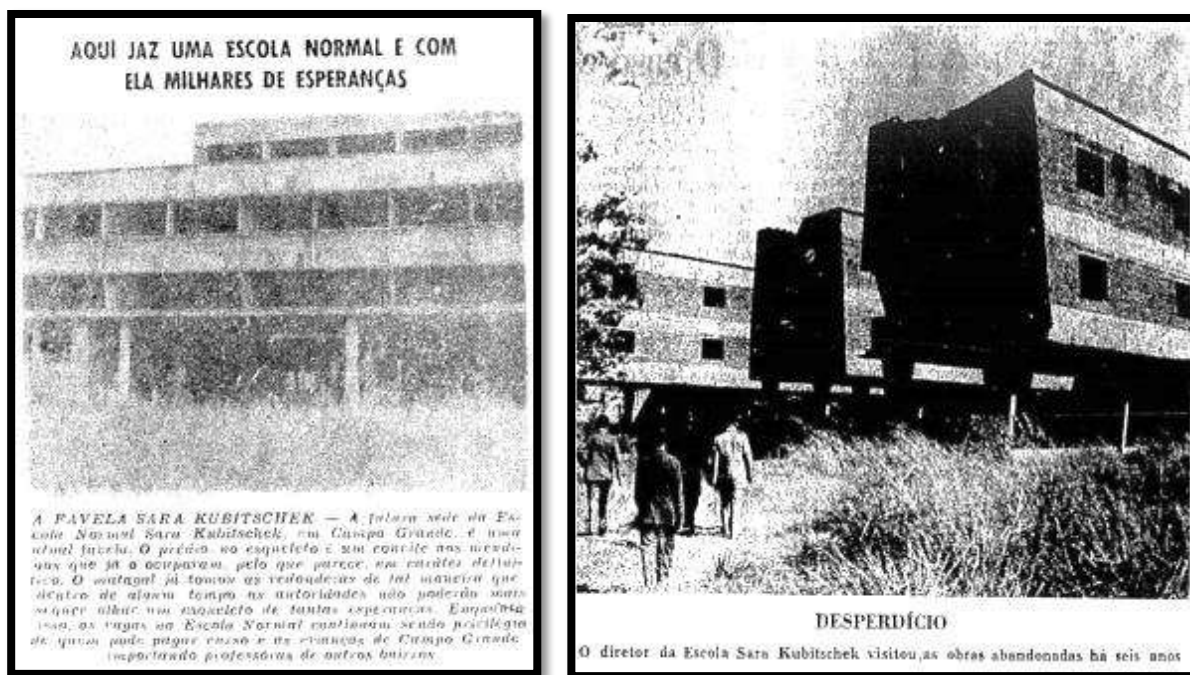


Figura 64 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Aqui jaz uma Escola Normal e com ela milhares de esperanças. 17.12.66. p.6. CORREIO DA MANHÃ. Escola Normal pode parar depois de seis anos abandonada. 24.06.66. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

Segundo o jornal Correio da Manhã, a unidade, com 74 mil metros quadrados, contava apenas com um vigia, que ainda relatava ter medo de realizar seu trabalho por conta do assassinato a facadas que teria vitimado seu colega no local<sup>64</sup>. Houve ainda outra morte no terreno. Desta vez, um bandido que caiu ao se desequilibrar durante o roubo de canos de chumbo nos últimos andares de um dos prédios.

(...) as salas de aulas depredadas; as paredes com os tijolos arrancados; centenas de vasos sanitários roubados; bebedouros desaparecidos, portas arrancadas; pisos com os tacos, também, roubados; cerca de mil quilos de fios e cobre surrupiados; todas as vidraças partidas; as escadas que dão acesso ao andares superiores, estão sendo destruídas a pé e cabra. Tem-se a impressão de que terrível terremoto assolou aquele local. O ginásio já concluído é uma beleza, porém, agora transformaram em campo de pelada e o seu assoalho, que é um primor, está sendo arrancado. O refeitório devia ter sido uma maravilha, porém, pouco resta das mesas de

<sup>64</sup> Idem.

mármore e outros utensílios, tudo danificado. O jardim de infância transformou-se em vasta sentina, com fezes humanas por todos os lados. É uma tristeza! Até os para-raios foram roubados. Para se penetrar nos edifícios que estão sendo demolidos, em plena luz do dia, por mãos criminosas, é preciso atravessar espesso matagal, onde se escondem marginais, maconheiros e toda espécie de malfeitores.

Duas mortes violentas já foram registradas; um vigia e um ladrão, que despencou do 3º andar, quando afanava canos e chumbo das instalações e outro assassinado. (...) os canos d'água arrebitados ou furtados, formaram piscinas sob as marquises de cimento armado. Nos recantos mais bucólicos vacas e bezerros pastam pachorrentamente<sup>65</sup>.

Todo complexo que viraria uma grande referência educacional estava pronto para se tornar mais um exemplo histórico do que é conhecido popularmente como “Elefante Branco” da administração pública. As obras para uma possível recuperação da unidade estavam orçadas em um bilhão de cruzeiros<sup>66</sup>, o que tornava quase proibitiva a sua inauguração para o Governo do Estado da Guanabara.

Em 1968, um grupo que ainda brigava pelas excedentes e pelos privilégios das Normalistas chegou a viajar em caravana para a casa de verão da presidência da República, em Petrópolis, com o intuito de se encontrar com Costa e Silva. Estando o chefe do executivo fora do Palácio Rio Negro, o encontro se deu com a primeira dama, D. Iolanda da Costa e Silva, que disse entender a apreensão das famílias manifestantes e que afirmou que resolveria as questões “nem que tivesse que conseguir uma verba especial da LBA”<sup>67</sup>.

Com a notícia de que seria retirada verba da Legião Brasileira de Assistência para a Secretaria de Educação da Guanabara com vistas à reconstrução da ENSK<sup>68</sup> – o que, por si só já atenderia as excedentes, pois o número de vagas para normalistas seria aumentado – o Secretário tratou de se responder rapidamente por carta à Primeira Dama “para prestar-lhe, com o respeito que merece, alguns esclarecimentos”<sup>69</sup>.

O Sr. Gonzaga da Gama, ao ser indagado sobre a decisão da Sra. Iolanda Costa e Silva de desviar verbas da LBA para a Secretaria de Educação, respondeu que não se trata de um problema de verbas, mas sim “de atender à demanda e professores do Estado e aos aspectos pedagógicos”,

<sup>65</sup> LUTA DEMOCRÁTICA. Cadeia para o secretário de educação. 03.03.63. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>66</sup> CORREIO DA MANHÃ. Escola Normal pode parar depois de seis anos abandonada. 24.06.66. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

<sup>67</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Dona Iolanda às excedentes: Vou resolver isso. 21.01.68. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

<sup>68</sup> JORNAL DO BRASIL. D. Iolanda dará verba a excedentes. 21.01.65. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

<sup>69</sup> JORNAL DO BRASIL. Secretário afirma que nem “jeitinho” matricula quem não passou no Normal”. 23.01.68. p. 16. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

acrescentando que enviaria carta à Primeira Dama, “narrando-lhe todas as circunstâncias do problema”.

– Para a construção de uma nova escola ou término da Escola Heitor Lira e do pavilhão da Sara Kubitschek, seriam necessários 10 meses, e agora mesmo abrirei concurso para 830 professores destinados aos ginásios do Estado que lecionarão nas escolas que estarão prontas até março, e cujos alunos já foram aprovados no exame de admissão” (...)

#### LBA NÃO CONFIRMA

Nenhum funcionário da Legião brasileira de Assistência quis dar detalhes sobre a promessa da Sra. Iolanda Costa e Silva, presidente da entidade, no sentido de retirar parte da sua verba para entregá-la à Secretaria e Educação do Estado (...) <sup>70</sup>.

Em meados daquele mesmo ano, o bairro de Campo Grande foi agraciado com o título honorífico de Cidade pela Lei n.º 1.627, de 14 de junho de 1968. No ano seguinte, em comemoração ao aniversário do título recebido, Negrão de Lima foi inaugurar uma série de obras e vistoriar algumas outras em andamento, sendo recebido pelo conjunto folclórico de alunas da ENSK <sup>71</sup>, que claramente aproveitou o momento para pressioná-lo.

A unidade, mesmo antes de terminada, foi ocupada no ano seguinte, em 7 de agosto de 1970, introduzindo, aos poucos as turmas no novo prédio (CARDOSO, 2015). Em março de 1973, a unidade perdeu o nome de Escola Normal, tornando-se Colégio Estadual Sarah Kubitschek <sup>72</sup> e em 30 de setembro do ano seguinte, por meio do Decreto n.º 7.384, o Governador Chagas Freitas ressuscitou uma Lei enumerada de 303, de 14 de janeiro de 1963, que dizia em seu Artigo 8º: “A Escola Normal Sarah Kubitschek, ao transferir-se para sua sede definitiva, na Avenida Manuel Caldeira Alvarenga s/n, passa a denominar de Instituto de Educação de Campo Grande”.

Assim, segundo o Jornal do Brasil, o Instituto de Educação de Campo Grande (IECG) foi estabelecido no dia 12 de outubro de 1974, conjugando o Colégio Estadual e Escola Normal Sarah Kubitschek, a Escola de 1º grau Professora Deolinda Caldeira, o Jardim de Infância Waldemar Marques Pires e o Ginásio Esportivo Helton Veloso Filho. O Governador Carlos Chagas ainda se comprometia em construir antes do final de seu mandato, uma piscina olímpica <sup>73</sup>. Somente por meio do Decreto n.º 2.027, de 10 de agosto de 1978, o IECG foi, finalmente, transformado em Instituto de Educação Sarah Kubitschek, mantendo essa nomenclatura até os dias atuais.

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> JORNAL DO BRASIL. Campo Grande comemorará 1º aniversário do título que o reconhece como cidade. 06.06.69. p. 16. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17

<sup>72</sup> Acervo do Instituto de Educação Sarah Kubitschek.

<sup>73</sup> JORNAL DO BRASIL. Chagas inaugurou em Campo Grande Instituto de Educação par 4 mil alunos. 13.10.74. p. 38. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17



Figura 65 – JORNAL DO BRASIL. Chagas inaugurou em Campo Grande Instituto de Educação para 4 mil alunos. 13.10.74. p. 38. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17



Figura 66 – Governador Carlos Chagas em inauguração do IECG, dia 12.10.74. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.



As longas jornadas das Escolas Normais Heitor Lira, Carmela Dutra, Ignácio Azevedo do Amaral e Sarah Kubitschek, comparam-se apenas aos anos de espera da primeira unidade, originalmente batizada como Escola Normal da Corte, transformada em Escola Normal do Distrito Federal e, depois em Instituto de Educação. Apesar da sede desta unidade ter sido definida em 1930, enquanto ainda era ENDF, o majestoso prédio construído na Tijuca, erguido para ser exemplo do modelo educacional moderno, só seria tombado pelo patrimônio cultural em 1965, pouco antes de Lacerda sair do governo.

No ano final de seu mandato, Carlos Lacerda acreditava ter vencido completamente as resistências de eleitores que ainda pudessem culpá-lo pela morte de Getúlio Vargas. Ainda com esperanças de que o governo militar pudesse durar pouco e com vistas a uma possível candidatura à presidência, Lacerda comemorou a Semana das Normalistas de 1965 no Instituto de Educação, fazendo alguns anúncios que eram importantes à comunidade escolar da unidade. Depois de ser recebido com rosas vermelhas e assistir apresentações no pátio e na piscina da unidade, o governador do Estado da Guanabara, na sacada do segundo andar do prédio-monumento anunciou que a Ilha de Brocoió, casa de veraneio do Governo do Estado, além da Gávea Pequena, outra sede de reuniões do Governo, se tornariam colônias de férias para as alunas do IE<sup>74</sup>.

Depois de todo discurso, como podemos ver nas imagens abaixo, “enquanto as crianças pareciam mais preocupadas com o bolo do que com os aplausos das normalistas ao governador”<sup>75</sup>, Carlos Lacerda anunciou o tombamento do prédio-monumento do Instituto de Educação, iniciado pelo Processo número 03/300.462/65, Decreto “E” 875, de 20 de outubro de 1965<sup>76</sup>. O Governador aproveitou também aquela data para discursar sobre sua intenção de realizar um aumento dos níveis de vencimentos do professorado da Guanabara para o ano seguinte, imaginando que o regime de exceção voltaria a abrir eleições diretas para a Presidência da República.

<sup>74</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Moças de azul e branco festejam dia com rosa vermelha. 13.10.65. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 09.08.17.

<sup>75</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lacerda mais calmo: normalistas tem Brocoió. 13.10.65. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>76</sup> INEPAC. Disponível em [http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens\\_tombados/detalhar/352](http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/352). Acessado dia 08.08.17.



Figura 67 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Lacerda mais calmo: normalistas tem Brocoió. 13.10.65. p. 2; JORNAL DO BRASIL. Governador aplaudido por 4 mil estudantes prega revolução pelas escolas. 03.10.65. p. 11. Disponíveis em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

Tombado em 1965, o prédio do IE veria reformas em suas estruturas apenas entre 1977 e 1979, período em que também foi entregue a unidade da Escola Normal Júlia Kubitschek. A ENJK, a única das seis Escolas Normais a ser criada durante o Estado da Guanabara, e também a única que não recebeu sua sede nesse período, teve seu prédio entregue nos primeiros anos em que o Estado da Guanabara se fundiu com o Estado do Rio de Janeiro, tornando-se cidade-Capital deste último.

No dia 15 de junho de 1960, reunidos os grupos que “participaram da campanha vitoriosa pela matrícula das excedentes”, o jornal Diário Carioca publicou os pormenores de toda Instalação Solene da Escola Normal Júlia Kubitschek, que aconteceu nas dependências da Escola Paulo de Frontin, Rua Barão de Ubá, número 399.

“Eu as considero incorporadas a este estabelecimento” – com estas palavras proferidas pela Sr.<sup>a</sup> Marilda Cavalcante, diretora do Colégio Paulo de Frontin, foi iniciada a solenidade de instalação, na manhã de ontem, da Escola Normal Júlia Kubitschek, destinada a abrigar cerca e 800 alunas excedentes do Instituto de Educação e demais estabelecimentos de Ensino Normal do Rio de Janeiro<sup>77</sup>.

Durante a incorporação/ inauguração da Escola Normal Júlia Kubitschek, houve um grande do discurso do Secretário de Educação Celso Cunha e do advogado Chaloupe Sobrinho, que havia auxiliado as jovens excedentes na obtenção de suas vagas no Curso Normal. Na cerimônia, como também podemos ver na imagem abaixo, ocorreu a condecoração do diretor-secretário do jornal Diário Carioca, o jornalista Pompeu de Souza. Enquanto as Normalistas da ENJK participavam da solenidade, tomou a palavra o Deputado Amando da Fonseca (aquele que teria recebido a ligação do Presidente da República Juscelino Kubitschek, dando ordem para matricular as excedentes). Segundo o deputado, para resolver a questão que envolvia a sede própria para a unidade, a Escola Paulo de Frontin, que até então operava independente, poderia ser absorvida pela ENJK.



Figura 68 – DIÁRIO CARIOCA. Inaugurada Escola “Júlia Kubitschek”. 16.06.60. p. 12. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.07.17.

<sup>77</sup> DIÁRIO CARIOCA. Inaugurada Escola “Júlia Kubitschek”. 16.06.60. p. 12. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.07.17.



A absorção de uma unidade pela outra, no fim, mostrou-se mais uma bravata política, e, de fato, não aconteceu. A ENJK foi transferida no Governo Lacerda para o Liceu de Artes e Ofícios, na Rua Frederico Silva, n.º 86, no dia 8 de abril de 1961. O local fora anunciado como definitivo, mas, não seria o último a ser ocupado pela Escola Normal. De fato, o Liceu oferecia mais salas para que a unidade pudesse aumentar o quantitativo de alunas em seu curso, o que interessava diretamente ao Governo do Estado.



Figura 69 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Normalistas se despedem com lágrimas da Escola. 09.04.61. p. 1.  
Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.07.17.

Assim, entre discursos e lágrimas das Normalistas, além de homenagens ao Governador Carlos Lacerda, ao Deputado Amando Fonseca, ao Secretário de Educação Flexa Ribeiro e à Diretora Marilda Cavalcanti, 450 alunas se despediram da Escola Paulo de Frontin na mudança para o prédio reformado de Liceu de Artes e Ofícios.

No Liceu, a ENJK, continuou, provisoriamente, dividindo espaço. Na imagem abaixo, vemos a biblioteca funcionando no corredor, onde também funcionava a sala dos professores. Em 1979, finalmente, a mudança definitiva. Contudo, conforme já ocorrera com outras unidades, a entrega também chegou tarde e em um contexto específico. Além da escola haver perdido sua nomenclatura, passando a atender pelo nome de Colégio Estadual Júlia Kubitschek – e das Normalistas perdem sua designação, passando a formarem-se por uma habilitação específica, conforme veremos nos próximos itens, a

unidade também contou com verbas oriundas de um investimento específico vindo do governo federal.



Figura 70 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Projeto Escola. 08.11.72. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.07.17.

Cinco anos antes, em 1974, o então Presidente da República Ernesto Geisel havia escolhido para governar o Estado do Rio de Janeiro o militar Floriano Peixoto Faria Lima, sendo ele também responsável por estar à frente da fusão entre o Estado que comandava e o Estado da Guanabara, que foi finalizado em 1975. Realizada burocraticamente a fusão, foi implementado o I Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Rio de Janeiro (I Plan Rio/ 1976 – 1979). Tal plano apresentou metas para o setor da educação que focavam na ampliação da rede escolar e a reformulação do currículo oficial,

adequando a rede de ensino às necessidades que o governo julgava essenciais para o desenvolvimento regional (XAVIER, 2001).

Em seu último ano de mandato e de Plan Rio, o Governo Floriano Peixoto Faria Lima, inaugurou a primeira etapa das obras do Metro Rio, iniciou as obras das Usinas Nucleares de Angra dos Reis e, acompanhado de sua Secretária da Educação Myrtes Wenzel, percorreu uma série de obras voltadas para a educação. Dentre elas, as obras de recuperação do Patrimônio Cultural do Instituto de Educação, que como dissemos, durou três anos. Depois, a comitiva seguiu para o Centro da Cidade, para inaugurar a unidade construída em um terreno originalmente de 5.242 metros quadrados, contando com auditório, quadra de esportes, lago artificial, laboratórios e salas de aulas em quatro andares (CHAVES, 2000).

(...) o novo prédio do Colégio Estadual Júlia Kubitschek, que segundo o diretor, professor Araken de Abreu Silva “era um sonho de onze anos”, foi feito em tempo record – 10 meses – e em sua estrutura ainda se notava sinais de mal acabamento devido a um ritmo apressado de obras. O Colégio funcionava anteriormente em salas do Liceu de Artes e Ofícios. O prédio tem três blocos com cinco pavimentos cada um, e compreende 7.500 metros quadrados de área construída. Tem capacidade para mil alunos e custou Cr\$ 32 milhões, também da receita do 1º Planrio.<sup>78</sup>



Figura 71 – Fachada do prédio da CEJK. Imagem produzida pelo autor. 2017.

<sup>78</sup> JORNAL DOS SPORTS. Faria Lima diz que convocaria aulas para o dia 16. 10.03.79. p. 12. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.07.17.

Contudo, o anúncio da última sede das seis Escolas Normais mais tradicionais da Cidade foi ofuscado por um forte movimento de reivindicação nacional de professores que enfrentou a ditadura no ano de 1979. A greve daquele ano marcou o início de uma forte agitação sindical em diversas áreas que vieram a pressionar o governo militar, que por sua vez, perdia força graças aos últimos resultados ruins da economia e ao crescimento de movimentos sociais que pediam por democracia. Embora este tema não esteja no escopo de nosso estudo, suas origens certamente estão, principalmente quando nos referimos ao arrocho salarial que enfrentaram os professores alguns anos antes.

Seguindo esse pensamento, visando entender quem são essas Professoras Normalistas<sup>79</sup> do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, precisamos estudar a situação econômica da classe neste período, para entendermos o porquê, em realidade, de tratarmos esses anos como os de ‘chumbo’ das Normalistas do Rio de Janeiro.

---

<sup>79</sup> Professoras Normalistas é uma expressão usada pelos jornais para se referir às professoras recém-formadas pelas Escolas Normais Oficiais e Particulares que iniciavam no magistério nos primeiros anos do ensino primário.



## CAPÍTULO 6

### ADEUS, NORMALISTA?

---

Conforme descrevemos na Parte I deste estudo, para a efetivação das reformas educacionais do final dos anos 1920, além de atender aos interesses de donos de imóveis da Cidade, Fernando de Azevedo também satisfez os professores no tocante ao plano de cargos e salários, o que ilustra uma preocupação histórica dessa classe social. Nas décadas seguintes, a profissão docente encarou um processo de feminização mais evidente, pautado sob um conjunto de ideologias que buscavam encaixar as mulheres em uma posição de inferioridade intelectual ao mesmo tempo em que se dirigiam a elas como sujeitos de temperança infantil, adequadas a lidar com crianças, principalmente das primeiras séries de escolarização. Aliado à histórica identificação da figura do professor com uma espécie de missionário, a profissão ganhara poder social quando identificada à sólida e tradicional formação intelectual clássica, oferecida pela Escola Normal.

Assim, por um lado, nesse mesmo período, a profissão docente teve sua importância social insuflada, posta a situação de missão que o professor assumia em ‘colonizar’ e ‘civilizar’ regiões do interior do país, especificamente para o Rio de Janeiro, o chamado Serão Carioca. Embora o professor não contasse por si só com recursos financeiros, ele se tornou no século XX uma espécie de baluarte do conhecimento científico para os governos interessados em modernizar o país. A ‘missão’ desse ‘sacerdote’ seria levar a ‘boa nova’ da fé na ciência, muitas vezes limitada à formação de classes inteiras de trabalhadores que deveriam abandonar os subúrbios mais ermos e o campo, pensando em ocupar os novos postos nas indústrias e em setores ligados ao comércio.

Por outro lado, os profissionais de educação tiveram seus salários diminuídos. Afinal, como se fazia acreditar, uma mulher, com ‘intelecto inferior’, que não poderia ser arrimo econômico de uma casa, visto que sozinha ou apenas com seus filhos não tinha capacidade de cuidar de uma família, então, não precisava ter uma renda que fosse suficiente para torná-la independente. Dessa maneira, essa mulher, quando se dava ao luxo

de trabalhar fora de casa, apenas recebia recursos para gastos pessoais, posto que era tarefa do marido cuidar das contas da casa, sustentando financeiramente toda a família.

Contudo, como descrevemos na Parte II desse estudo, essa sociedade, bem como a Escola Pública, estava em transmutação nos anos finais da década de 1950 e nos anos iniciais da década de 1960. A Instituição Escola Normal, antes uma distinção para as elites sociais, tornava-se um sonho acessível às classes médias, na medida em que o Estado brasileiro precisava de mais escolas primárias para alfabetizar e influenciar a população em meio ao ainda incipiente processo de modernização e industrialização.

Diante de intensas mudanças nos anos 1960, a Escola Normal permaneceu engessada, como é de característica de uma Instituição (DUBET, 2006), o que fez dela um alvo fácil dos interesses dos novos grupos sociais que emergiram do processo de industrialização que ela própria ajudou a erigir. Os donos de estabelecimentos escolares particulares, que desenvolveram seus negócios dentro da mesma ideologia de industrialização e desenvolvimento, agora pleiteavam as mesmas vantagens concedidas às unidades oficiais, o que, em outras palavras, significava dizer: abertura de um mercado antes restrito às seis Escolas Normais. Dessa forma, enquanto as famílias das classes médias buscavam crescimento por meio da educação, a propaganda de acesso livre e democrático ao serviço público correspondia para os grupos que ganhavam dinheiro com o comércio no ensino a mais pessoas procurando escolas, mais cursos preparatórios e mais oportunidades de negócios. No final desse período, a Escola Normal começaria a pagar o preço de seu sucesso enquanto instituição, pois, o mesmo fator a fez forte, isto é, a sua rigidez na formação ideológica das Normalistas e de uma sociedade inteira que acreditou na educação como redentora das suas mazelas sociais, também a tornou inerte diante das mudanças históricas dos anos 1960.

Isto, pois, paralelamente, as mulheres lutavam e conquistavam mais liberdade e controle sobre o próprio corpo. O salário que antes servia bem para gastos pessoais se tornou o sustento da mulher que agora assumia de forma independente a sua família. Além disso, em meio a um quadro específico da economia brasileira de arrocho salarial entre os anos 1960 e 1970, a situação de precarização financeira do professor se agudizou ao ponto de atingir o *status* social que esse profissional mantinha desde o início do século XX.



Nesse capítulo, portanto, vamos tratar de passos decisivos da Escola Normal e das Normalistas do Rio de Janeiro, falando sobre sua situação em meio ao contexto político, econômico e social do período.

### **‘A amarga mistura de idealismo e esperança’: o salário da Professora Normalista**

Nas pesquisas que realizamos, verificamos um número mais intenso de reportagens sobre as condições de vida, de trabalho e de salários dos professores durante os anos de 1967 a 1973. Esse período tem pontos importantes para entendermos essa fase do Curso Normal da ‘Belacap’ e das suas Normalistas. Em primeiro lugar, ele corresponde aos anos que a historiografia convencionou chamar de “milagre econômico brasileiro”, isto é, período em que a economia cresceu a taxas próximas de 10%, mas também são esses os anos em que se acentuou a concentração de renda no país, fazendo com que as pessoas com salários mais baixos sofressem os duros efeitos da carestia. Em segundo lugar, tal escolha corresponde ao período de aprofundamento das mudanças que começamos a tratar na Parte anterior de nosso estudo, o que corresponde a dizer que tivemos na antiga capital do país um ambiente liberal que teve efeitos na formação de professores. Aliado a esses fatores, temos o surgimento de novas legislações educacionais que espelham o espírito e a cultura política da população e dos civis e militares que estavam à frente do regime de exceção. No entanto, um pouco mais objetivamente, precisamos de alguns dados elucidem a situação desse profissional no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Discorrer sobre o salário do professor sempre foi muito difícil. Isso por que há professores leigos (sem formação), professores com formação Normal, de nível superior, e muitos outros que dificultam a construção de apenas um perfil. Há também uma dificuldade de estabelecer qual é o salário do professor por conta das diferenças de carga horária, uns com mais outro com menos, o que, em uma generalização, causa distorções difíceis de prever, o que pode anular os esforços de uma pesquisa. Outro problema é a comparação entre regiões ou esferas de poder as quais esse profissional estaria vinculado. A mudança de moeda usada no país e as decorrentes políticas econômicas que por vezes alcançam determinado grupo de professores e outros não, também dificultam o estabelecimento de uma série para análise.

Assim, diante desses problemas, de forma mais objetiva, acreditamos ser mais produtivo, por meio de uma tabela entre esses anos de 1967 e 1973, comparar o salário da

professora Normalista do Estado da Guanabara com o salário mínimo nacional da época, tentando, com isso, vislumbrar o poder aquisitivo desses profissionais.

Outra tentativa de vislumbre do *status* econômico da Professora Normalista é a comparação com a patente de oficial das forças armadas (2º Tenente), por conta do histórico de relações entre as estudantes das Escolas Normais e dos cursos de formação de Oficiais. O estudo dessa relação tem três motivações iniciais, a primeira, diz respeito a desconstruir uma imagem cristalizada de que Professoras e Oficiais do Exército tinham salários equivalentes. A segunda, no contexto das políticas educacionais federais e do ambiente liberal da Guanabara, descortinar os efeitos de políticas que visavam a tender o maior quantitativo possível de brasileiros com o menor gasto possível na área da educação. A terceira motivação, sem intenções de realizar um estudo aprofundado de gênero, é a de comparar essas duas profissões, uma eminentemente feminina, a outra, eminentemente masculina, além de repensar as relações de casamento que essas ocupações sociais mantiveram desde os anos 1930 (*cf.* Capítulos 1 e 2).

Antes de apresentar os dados dessa nossa pesquisa, devemos considerar que em 1940, o salário inicial da professora primária correspondia a 700 mil réis, sendo o salário mínimo nacional de 240 mil réis, isto é, os vencimentos da Normalista que iniciava a carreira pública era de quase 3 vezes o mínimo<sup>80</sup>. Um valor que certamente não chega a ser de alto padrão, mas que, dentro do contexto que apontamos acima, em que a mulher não se tornava arrimo de família e que deveria ser dependente por toda a vida, sendo preparada na Escola Normal para o casamento dos sonhos, nos ajuda a entender o porquê da Escola Normal ser uma instituição considerada destinada a moças burguesas (NAGLE, 1985). Em 1950, contudo, esse valor de salário docente diminuíra, chegando a apenas duas vezes o salário mínimo nacional (MARTINS, 2000).

Em 1963, as jovens que estudavam em Escolas Particulares e que, fatalmente iriam trabalhar também em escolas particulares, apontavam que o seu salário correspondia exatamente ao mínimo nacional, isto é Cr\$ 21.000,00. Por outro lado, o salário das Normalistas que ingressavam automaticamente na rede estadual da Guanabara era de Cr\$

---

<sup>80</sup> O JORNAL. O reajuste dos vencimentos dos servidores municipais. 23.01.40. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 21.07.17. Mínimo em 1940. Disponível em: <https://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>. Acessado dia 21.08.17.

57.000,00, o que equivalia a 2,7 vezes o salário mínimo nacional<sup>81</sup>. Embora o salário já tivesse sofrido queda com relação aos valores dos anos 1940 e 1950, ainda mostrava-se atraente para muitas famílias das classes mais pobres dos subúrbios cariocas.

Nesse contexto dos anos finais da terceira Parte de nosso estudo, temos logo a baixo o salário da Professora Normalista em comparação ao salário mínimo nacional e em comparação ao salário do oficial das forças armadas recentemente formado, quando ele alcança o cargo de segundo tenente. Devemos observar apenas que há mudança na moeda nacional entre 1970 e 1971, passando de Cruzeiro Novo para Cruzeiro, mas que, na tabela, o percentual em relação ao salário mínimo segue sendo calculado da mesma forma.

**Tabela Salário Mínimo Nacional/****Salário da Prof. Primária (Normalista) da GB/ Soldo do 2º Tenente do Exército**

Ano	\$	Sal. Mínimo Nacional (SMN)	Salário da Professora Normalista	Relação Prof./SMN	Soldo 2º Tenente Exército	Relação 2ºTen./SMN
1967	NCr\$	105,00	195,00	1,86	229,50	2,18
1968	NCr\$	129,60	265,00	2,04	275,40	2,12
1969	NCr\$	156,00	265,00	1,70	660,96	4,23
1970	NCr\$	187,00	365,20	1,95	912,30	4,93
1971	Cr\$	225,60	380,00	1,68	1.095,00	4,85
1972	Cr\$	268,80	525,88	1,95	1.578,00	5,87
1973	Cr\$	312,00	555,00	1,83	1.815,00	5,81

Figura 72 – Salários mínimos 1967 a 1973: Decreto nº 60231, de 1967, Decreto nº 62461, de 1968, Decreto nº 64442, de 1969, Decreto nº 66523, de 1970, Decreto nº 68576, de 1971, Decreto nº 70465, de 1972, Decreto nº 72148, de 1973. Disponível em <https://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>. Acessado dia 05.08.17. Salários do Professor, respectivamente: JORNAL DO BRASIL. Grandeza e decadência de uma profissão. 15.12.67. p. 1; CORREIO DA MANHÃ. Correção das distorções salariais dos mestres primários. 03.11.68. p. 19; CORREIO DA MANHÃ. Todos os dias são longos na vida da professora. 26-27.10.69. p. 14-15; CORREIO DA MANHÃ. Aumento não vai beneficiar a todos. 02.03.70 p. 12; CORREIO DA MANHÃ. Gente que sabe o que faz. 03.05.71. p. 2; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Quinze homens, um destino e 5 mil mulheres. 19.04.72. p. 6; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. A incrível opção de quem ensina. 24.03.74. p. 23. (Salário apontado para final do ano de 1973). Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 05.08.17. Remuneração e previdência de militares. Disponível em <http://www.conint.com.br/livro/tab.htm>. Acessado dia 05.08.17.

Recolhidos os dados de diferentes fontes, a primeira evidência a se verificar é que as professoras primárias, recém-saídas das Escolas Normais, ao menos neste período, tiveram salários aproximados a um Oficial do Exército recém formado. Devemos lembrar

<sup>81</sup> JORNAL DO BRASIL. Professores particulares querem ser admitidas pelo Estado. 22.12.63. p. 16. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 21.07.17. Mínimo em 1963. Disponível em: <https://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>. Acessado dia 21.08.17.

que os Cadetes do Exército, normalmente os pares de dança das estudantes Normalistas em seus famosos bailes, são Oficiais em formação, tornando-se, posteriormente, Tenentes.

Outra evidência dessa comparação é a manutenção da proximidade do salário da professora primária com o salário mínimo, ao mesmo passo que o salário dos militares cresceram durante esse período chamado de “milagre econômico brasileiro”. De fato, o que se evidencia na literatura acadêmica sobre esse período é um processo de proletarização caracterizado pela redução salarial, precarização das condições de trabalho e perda de *status* social (FERREIRA Jr.; BITTAR, 2006). No entanto, só isso não explica a crise que viveu a profissão neste período. Para entender esse problema precisamos entender os efeitos do arrocho salarial e o modelo de crescimento econômico do Brasil nesses anos, compreendendo os efeitos mais funestos nos trabalhadores que tinham rendimentos mais próximos ao salário mínimo.

O “milagre econômico brasileiro” corresponde à fase de maior crescimento do Produto Interno Bruto do país, mas também aos anos de maior arrocho salarial vividos durante o regime de exceção. De 1967 a 1973 o país cresceu a uma taxa média em torno de 10%, porém, não houve distribuição dessa renda, principalmente para as classes mais baixas da sociedade. Segundo Luiz Carlos Prado e Fábio Sá Earp (2003), em artigo intitulado ‘O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973)’, embora o salário mínimo tenha permanecido constante nesses anos, o aumento da demanda de trabalho resultou em um crescimento da renda média do brasileiro, fazendo com que reduzisse o número total de pessoas que eram dependentes de salário mínimo. O governo, por sua vez, segundo descrevem esses autores, apontou que a desigualdade na distribuição da renda resultou da comparação entre os grupos que ganhavam salários próximos ao mínimo diante dos ganhos extremamente elevados nos grupos de renda alta. Quanto às classes médias, todavia, para que a sensação da acumulação de renda não fosse sentida, foram abertas linhas de crédito que deram acesso a bens de consumo duráveis, como automóveis e eletrodomésticos, enquanto a dívida externa do país triplicava de tamanho (US\$ 4,5 bilhões em 1966 para US\$ 12,6 bilhões em 1973) (PRADO; EARP, 2003). Dessa forma, o efeito de arrocho salarial tornava-se mais evidente nas classes com valores salariais mais baixos, pois sem poder consumir as linhas de crédito das classes médias e sem a possibilidade de investir como as classes mais altas, acabavam por sofrer a carestia de produtos e o encarecimento do custo de vida nas grandes cidades.

Segundo uma pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) publicada no Jornal Correio da Manhã em outubro de 1970 sobre as rendas familiares no Estado da Guanabara, podia-se entender melhor a situação da Professora Normalista pelo grupo em que ela se encontrava. O estudo dividiu as rendas familiares em seis grupos. O grupo A, que apresentava renda igual ou superior a Cr\$ 4.500,00 correspondia a apenas 1% da população. O grupo B1, com renda entre Cr\$ 2.500,00 e Cr\$ 3.500,00, correspondia a 2%. Já o grupo B2, com 7,8%, variava a renda entre Cr\$ 1.600,00 a Cr\$ 2.500,00. O grupo B3, com 12%, entre Cr\$ 1.200,00 e Cr\$ 1.600,00. O grupo C, com 34,9%, entre Cr\$ 600,00 e Cr\$ 1.100,00. E o grupo D, onde se encontravam as Professoras Normalistas que, agora, mais independentes, não necessariamente contavam a renda de seus maridos ou ajuda financeira dos seus pais, e onde se encontravam também o restante que somava 41,8% das famílias do Estado da Guanabara, apresentando renda de até Cr\$ 600,00<sup>82</sup>.

Ora, conforme apontamos no quadro comparativo de salários e no estudo apresentado pelo IBOPE, a Professora Normalista, com seus salários próximos ao mínimo nacional, encontrava-se na classe mais baixa do Estado da Guanabara no final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

Segundo os economistas do governo, a má distribuição de renda no Brasil, apesar do período de grande crescimento econômico, seria contornado na medida em que os rendimentos aumentassem proporcionalmente. Ou seja, uma família que estivesse entre as mais pobres cresceria percentualmente o mesmo que uma família rica, fazendo com que a situação de miserabilidade da primeira família se extinguisse aos poucos. Essa história governista, além de, obviamente, não considerar os efeitos inflacionários que fariam o custo de vida do brasileiro também aumentar proporcionalmente, deu origem também a infame metáfora de que as massas deveriam esperar o bolo crescer para dividi-lo (PRADO; EARP, 2003).

Paralelamente, fomentava-se também a ideia de que a desigualdade da distribuição de renda era fruto das diferenças de escolaridade. A história contada pela propaganda militar, que nada mais era do que o aprofundamento da ideia de que quanto mais tempo dentro da escola melhores seria as chances e colocação no mercado de salário e, consequentemente, também seriam melhores as chances e melhores salários, continuava a

---

<sup>82</sup> CORREIO DA MANHÃ. Ao Mestre, com sacrifício. 16.10.62. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 05.08.17.



apontar a educação como redentora e milagrosa dos problemas sociais do país (CUNHA; GÓES, 1985). Assim, os referenciais relacionados à Teoria do Capital Humano se tornaram os mais utilizados nas produções pedagógicas, trazendo a escola para perto da fábrica, no que dizia respeito supervisão e inspetoria do cotidiano escolar presentes no Parecer do Conselho Federal de Educação n.º 252 de 1969 (TANURI, 2000).

No tocante à população brasileira, em discurso da cúpula econômica, a distribuição de renda viria com a ampliação das oportunidades educacionais para todos, mas, no que dizia respeito aos professores e a estrutura das escolas, a atuação política dos militares seguiu outro caminho. Por um lado, como vimos, o Estado da Guanabara havia quase duplicado a quantidade de crianças na rede escolar primária, bem como a quantidade de professoras nas escolas (MOTTA, 2000). Por outro, apesar de a propaganda federal vincular o crescimento individual do brasileiro à educação, a Constituição Federal de 1967 extinguiu a vinculação de recursos exclusivos para a educação que vinha sendo mantida desde a CF de 1934. A receita educacional do governo civil-militar era, em síntese, realizar o máximo possível no tocante a alfabetização e letramento com o mínimo de investimento do erário público.

Assim, em 1967 foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), tendo um resultado pífio nas décadas seguintes em que alcançou apenas 5% de crescimento na alfabetização. Outra iniciativa foi a criação da TV-Educativa, implantada em 1964, mas presente nas salas do Instituto de Educação e das demais Escolas Normais a partir de 1967.

#### SEM ÔNUS PARA O ESTADO

Tal êxito tiveram esses cursos que a firma inglesa EMI solicitou permissão ao Governador do Estado para instalar n Instituto, sem ônus para a administração pública, um equipamento profissional de televisão, a título de empréstimo por um ano, enviando ao Brasil, para montagem, dois engenheiros ingleses: Mr. Willian Rudge e Mr. H. Lurd.

Possuindo dois estúdios completos de televisão, propõe-se o Instituto de Educação, em 1969, a: 1º) realizar um novo concurso e preparação e treinamento do magistério carioca, para ampliação das equipes de produção; (...) 3º) realizar curso de treinamento para professores de outros Estados brasileiros, em convênio com a Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa; (...) 4º) Integrar a televisão como elemento complementar das atividades do Instituto; 5º) Estender as programações às Escolas Normais do Estado, mediante utilização da gravadora e “vídeo-tape” de meia polegada, que interliga o primeiro estúdio, em operação desde 1967; (...)

#### FINALIDADES

- a) preparação e treinamento de pessoal para a televisão educativa, o que vem de encontro às amplas perspectivas abertas pelo Governo do Estado, empenhado na instalação de uma emissora exclusivamente dedicada à Educação e Cultura; (...)
- b) integração da televisão como elemento auxiliar do trabalho dos professores do IE e as Escolas Normais, com aproveitamento e divulgação das atividades de classe, em todos os níveis e modalidades de ensino; (...) <sup>83</sup>.

O uso de tecnologia sempre foi uma proposta da Escola Nova, mas, agora, dentro do modelo tecnicista, não havia apenas uma produção educativa feita pelos profissionais. No ensino do uso da televisão em sala de aula, tornava-se comum a programação comercial, que, em geral, já fazia parte do cotidiano escolar, isto é, filmes e noticiários, mas também passaram a compor esses conteúdos, outros gêneros, como as novelas (CUNHA; GÓES, 1985). O professor–intelectual, luz do conhecimento que dava sentido a metáfora iluminista, transformava-se no modelo tecnicista em um responsável por administrar conteúdos previamente discutidos e findados, muitas vezes, em estúdios de televisão. Neste sentido, a Escola Normal, como sempre fez, foi responsável por divulgar não apenas a tecnologia, mas também todo conteúdo inerente aos interesses dos grupos que financiavam essas tecnologias “Sem ônus para o Estado”.

Como apresentamos anteriormente, a formação clássica-humanística da professora até os anos 1950 – com nuances científicas, graças a visão de Anísio Teixeira – formava um intelectual que jamais teve um relevante *status* econômico, embora tivesse um salário razoável, capaz de subsistir nas condições que citamos, dentro de uma família estruturada, com um “pai provedor”. A profissão apresentava ainda determinado atrativo quanto ao *status* social, que, sem dúvida, permanecia ligado à questão econômica, mas tinha um importante componente que pesava na balança: a estabilidade do serviço público. Contudo, essa relação mudara ao longo dos anos 1960, chegando ao final desta década e início dos anos 1970 com um evidente processo de pauperização do salário da Normalista recém formada <sup>84</sup>.

A inflação durante esse período ficou na média de 58% (CYSNE, 1993), sendo que a corrosão no salário atingiu a todos os funcionários do Estado da Guanabara,

<sup>83</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Instituto de Educação é pioneiro: Circuito de TV. 08.04.69. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

<sup>84</sup> Em tempo, embora não esteja dentro do nosso escopo de estudo, vale também ressaltar que ao pesquisarmos pelas remunerações dessas profissionais, encontramos também muitos dados de outras Unidades da Federação, e que, com bases nas informações que obtivemos, embora os ganhos das professoras fossem evidentemente baixos na Guanabara, ainda estavam entre os maiores do país.

principalmente os salários próximos ao mínimo, como apontamos anteriormente. No entanto, as Professoras Normalistas sofreram mais por conta de uma diferenciação em relação aos outros servidores. Em meio à reorganização da máquina pública para o novo Estado da Guanabara no início dos anos 1960, o Governo Lacerda, por intermédio da Lei n.º 280 de 1962, estabeleceu que o magistério deveria ter um sistema de vencimentos diferenciado dos demais servidores, que até então atendiam pela Lei n.º 72. Conforme a nova regra, as Professoras Normalistas receberiam 2,6 salários mínimos iniciais, acrescidos de 10% de aumentos trienais até o fim da carreira. Nesta perspectiva, o salário, mesmo sendo mediano, continuaria estável frente a inflação dos anos 1960 e 1970. Contudo, o Governo não cumpriu com a própria Lei nem sequer no primeiro ano, ficando o magistério sem uma legislação de serviço público geral que o atendesse ou uma legislação específica que resguardasse os valores básicos de seus vencimentos (VALLE, 2000). Assim, apesar de se encontrar uma situação mais aguda a partir de 1967, como apontamos, as perdas salariais da docência carioca começaram antes mesmo de iniciada a ditadura.

Resultante da cobertura da imprensa sobre a diminuição do poder aquisitivo da profissão, muitas famílias começaram a repensar a carreira de magistério para seus filhos. Enquanto se aprontava o concurso para as turmas do ano letivo de 1968, o *Jornal do Brasil* acendeu um sinal amarelo de atenção às autoridades públicas, escrevendo sobre a diminuição do interesse pelas Escolas Normais e atribuindo tal evento aos evidentes baixos salários da profissão.

Os responsáveis estão preocupados com o reduzido número de inscritos (...) Enquanto alguns educadores acreditam que o pouco interesse pelas Escolas Normais se deve, principalmente, à nova portaria da Secretaria de Educação, que aumentou o curso para quatro anos, outros são unânimes em afirmar que o êxodo se deve exclusivamente ao baixo salário dos professores, que continuam ganhando NCr\$ 195,00 mensais<sup>85</sup>.

Outras matérias desse mesmo ano de 1967 aprofundaram as análises ligando diretamente a carreira aos estudos nas Escolas Normais. As reportagens discorriam sobre as condições salariais e de trabalho das professoras Normalistas que estavam começando a carreira no magistério público. Em uma dessas matérias, no desenvolvimento do cenário da educação no Estado da Guanabara, ela descreve o quanto os concursos para o Curso

<sup>85</sup> JORNAL DO BRASIL. Inscrições para escolas normais se encerram com menos de 7 mil candidatos. 21.10.67. p. 15. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 05.08.17.

Normal já haviam sido concorridos no passado, até que avisa: “a nove dias do término do período de inscrições, apenas 50 candidatas haviam aparecido para preencher as 980 vagas de todo o ensino normal”<sup>86</sup>.

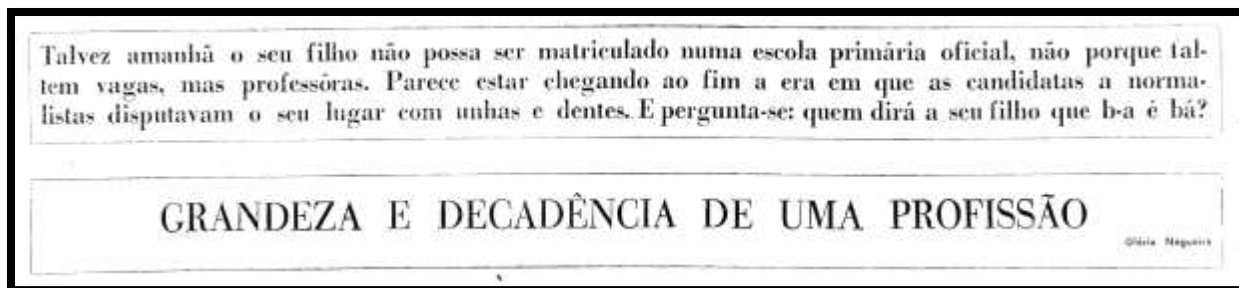


Figura 73 – JORNAL DO BRASIL. Grandeza e decadência de uma profissão. 15.12.67. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 05.08.17.

Antes desse noticiário do JB de 1967, porém, no ano em que a Lei n.º 280 foi estabelecida e também o ano em que convencionamos iniciar essa terceira Parte de nossos estudos (1962), o jornal Tribuna de Imprensa realizou longa reportagem afirmando que

<sup>86</sup> JORNAL DO BRASIL. Grandeza e decadência de uma profissão. 15.12.67. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 05.08.17.

60% das professoras que seguiam para os subúrbios cariocas para lecionar todas as manhãs eram oriundas da Zona Sul<sup>87</sup>.

O dia de uma professora estagiária que mora em Copacabana começa exatamente às 5:30. Levanta-se e prepara o seu próprio almoço, pois não tem permissão para comer a merenda escolar ou usar o fogão da escola. No lotação para a Central do Brasil, segue junto com os últimos frequentadores das boates e os casas retardatários que àquela hora deixam o hotéis do posto seis.

Como dizem as professoras do 30º Distrito Educacional, durante o inverno (em que o dia custa mais a clarear) é preciso que alguém da família nos acompanhe até o ponto do lotação. Copacabana vive em infestada de marginais.

Depois da viagem em que é obrigada a ver cenas que não lhe agradam e ouvir palavras de calão, ela chega à Central e o sacrifício agora é o trem. Uma hora e quinze minutos até Campo Grande. (...) Em Campo Grande fazem baldeação para o ônibus especial que as levará às escolas. Mais de Minutos, as crianças já as esperam para carregar suas bolsas. Só então é que se inicia propriamente o dia de trabalho que vai se estender até às 12:30, quando termina o expediente escolar e começa a longa caminhada de volta. (...) Desta vez, com maior dificuldade, pois já não pode dispor do trem das professoras<sup>88</sup>.

Ainda mais preciso do que o relato daquele jornal, porém, foi o estudo publicado em 1963, realizado pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais<sup>89</sup>, coordenado pela professora Aparecida Joly Gouveia. Na pesquisa, fora feita uma pergunta simples e direta às jovens Normalistas: porque preferiam a Escola Normal? As respostas, em números percentuais, revelaram para época o que tratamos aqui durante toda nossa pesquisa.

- Boa Cultura Geral – 35%
- Preparação para o Casamento – 27%
- Preparação para o Magistério Primário – 24%
- Diploma como meio de acesso a outra profissão – 10%
- Diploma como Segurança Econômica – 3%
- Convivência em “Bom meio social” – 1%

Esses dados mostram que as Escolas Normais desempenham importante papel na escolarização da mulher brasileira das classes médias. Mas se as Escolas Normais foram criadas para a formação do magistério, essa finalidade entra em choque com a aspiração de 76% das moças que

<sup>87</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Problemas da normalista chegam com a formatura. 12.07.62. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.07.17.

<sup>88</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Problemas da normalista chegam com a formatura. 12.07.62. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.07.17.

<sup>89</sup> O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) foi criado em dezembro de 1955, funcionando até 1964 (Ver GOUVEA, 2013).



ingressavam no Curso Normal e que não visam à profissão especificamente<sup>90</sup>.

Como já dissemos, encontramos um crescimento enorme de matérias jornalísticas sobre o tema de desânimo com a docência entre os anos de 1967 e 1973. Dentre as quais, manchetes como estas: “Problemas da normalista chegam com a formatura”; “Ao Mestre, com sacrifício”; “Do desencano de ser professora”; “Quanto custa dar aula”; “Professora perde encanto pela profissão que já lhe deu prestígio e bons salários”; “Professora, uma vida que não é nada doce”; “Quando as professoras abandonam as suas crianças”; “Primeiro dia de aula: a pobreza do subúrbio”; “Já deu errado, mas não há outra saída”; “Normalistas podem sair da profissão por baixo salário”; “A amarga mistura de idealismo e esperança”.

Ainda no ano de 1967, algumas reportagens poderiam causar espanto ao leitor ou pai de família que um dia sonhou em ter sua filha em uma Escola Normal. Tratava-se mais enfaticamente da situação econômica em que as professoras do Estado da Guanabara se apresentavam, chegando ao ponto de terem que escolher uma segunda profissão para poderem se sustentar.

No aterro do Flamengo cinco professoras primárias vem trabalhando há cerca de nove meses nos vários postos e gasolina espalhados pelo local, ocupando o cargo de recepcionistas, das 16 às 20 horas, procurando ganhar um pouco mais que dê para o sustento de suas famílias. (...) Acumulando vários empregos não podemos render tudo aquilo que seria necessário para bem ensinar nossos alunos. Enfrentando um trabalho exaustivo como é o de ensinar, somos obrigadas a trabalhar em outros empregos, quando saímos da escola, aumentar nossos vencimentos. (...) Outra professora que trabalha em um dos postos de gasolina do aterro do Flamengo, Gilda Maira, revelou o seu descontentamento com o salário atual da classe dizendo que “a situação é de verdadeiro pânico, principalmente entre as que são arrimo de família (...)”<sup>91</sup>.

No ano seguinte a Revista O Cruzeiro, que, como mostramos anteriormente, havia representado a Normalista como uma espécie de *socialite* que frequentava o *club* Instituto

<sup>90</sup> TRIBUNA DE IMPRENSA. Brasil forma mestras que não ensinam. 24.10.63. p. 12. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 05.08.17.

<sup>91</sup> TRIBUNA DA IMPRESA. Negrão é insensível a situação aflitiva das professoras. 05.01.67. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 06.08.17.

de Educação para tratar de assuntos nem sempre ligados a educação, agora retratava a vida da jovem professora de uma forma diferente.



Figura 74 – O CRUZEIRO. A professora precisa de escola e a escola precisa de professora. 14.09.68. pp. 21-26. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.08.17.

Rio, sete da manhã. Dona Maria Álvares Campos, de mini-saia amarela, calça as botas vermelhas e cano longo, dá os últimos retoques nos cabelos e no batom, e põe o anel de professora, que ganhou do pai ao diplomar-se no Instituto de Educação. Beija a mãe, que levantou cedo para servir-lhe o café, e sai para o trabalho – de recepcionista num posto de gasolina. (...) Maria Alvares Campos tinha doze anos quando terminou, no Rio, o curso de admissão. Filha de funcionário público, logo sentiu que não poderia continuar os estudos, a menos que fizesse o ginásio por conta do Governo. (...) Decidido que Maria Alvares Campo iria para a Escola Normal, ela, durante um ano inteiro, frequentou um cursinho preparatório para o exame de admissão, com aulas aos sábados, domingos, feriados e até mesmo no Natal. E, em janeiro, com outras dez mil, concorreu a uma das duas mil vagas abertas fazendo um exame quase que de adivinhação. Aprovada e classificada, matriculou-se no primeiro ano do 1º ciclo, que corresponde ao ginásio. A família dá uma festa, para, mais uma vez, tomar a decisão. (...) Aos 18 anos, a última série. Sonha com o vestido e baile, os convites para a formatura, a valsa com o namorado firme, e até mesmo com o salário e NCr\$ 130,00 [Professora Primária Estagiária] mensais que o Estado lhe dará para ir diariamente à zona rural lecionar durante quatro horas e voltar para casa, onde corrigirá provas e trabalhos durante outras quatro e dedicará mais duas à preparação da aula no dia seguinte.

O professor, quanto aceita trabalhar nas zonas rurais, como fase de provação, ambiciona chegar aos centros maiores, fazendo com que os pedidos de remoção atinjam proporções impressionantes. (...) O êxodo

dos professores formados e a ascensão dos leigos se devem, principalmente, ao fato de ser a remuneração do magistério insignificante, levando a profissão a um *status* social baixo.

(...) É exatamente aí, no último ano do curso, que Maria Álvares Campos descobre a realidade: que, para dar formação a uma criança, terá que morrer de fome, pedir carona, tirar do pai o pouco que ele não tem. Por demagogia ou real necessidade, o Estado decide ampliar o número de matrículas. Faltam professoras. E as alunas do último ano do Curso Normal são chamadas a lecionar – “Para que estejam bem preparadas”. (...) Em fevereiro do ano seguinte, chamam-na para “escolher” a escola. Em março, mandam-na para a que menos queria, e só em abril pagam-lhe o primeiro salário – em níveis do ano anterior. E Maria Álvares Campos, com o dinheiro, compra um jornal, lê um anúncio e começa a trabalhar como recepcionista do posto de gasolina em junho<sup>92</sup>.

Em 1974, ano que extrapola a nossa pesquisa e a tabela que construímos sobre os salários das Professoras Normalistas e de Oficiais do Exército, encontramos algumas imagens que também ilustram esses títulos das matérias sobre o desânimo desses profissionais. Na reportagem com o título “A incrível opção salarial de quem ensina”, são mostradas Normalistas – uma delas, segundo o jornal, formada na Escola Normal Heitor Lira – que preferiam ganhar salário de Cr\$ 1.200,00, isto é, mais do que dobro das professoras em início de carreira, distribuindo panfletos nas ruas, com a função remunerada de promotora de vendas.



<sup>92</sup> O CRUZEIRO. A professora precisa de escola e a escola precisa de professora. 14.09.68. pp. 21-26. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.08.17.



Figura 75 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. A incrível opção de quem ensina. 24.03.74. p. 23. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 12.08.17.

Entender a perda do poder aquisitivo da professora por meio de índices de crescimento econômico e de inflação nos ajuda a entender a apreensão dos brasileiros com a situação geral do mercado de trabalho. Contudo, para compreendermos mais especificamente o desencanto que tomou as Professoras nos anos que descrevemos neste tópico, precisamos estudar outras perdas que vão além do que aconteceu na anterior ‘razoável situação financeira das Normalistas’. Isto, pois, como vimos, os *status* cultural e econômico eram evidentemente importantes – mais ainda para as jovens que vinham de famílias mais abastadas da Zona Sul, contudo, o *status* social, que reunia o respeito da sociedade e a segurança do emprego público garantido se apresentava como determinante para jovens de outras regiões. Dessa maneira, mesmo diante da crise econômica, embora Escola Normal deixasse de ser o destino das jovens das classes médias, continuava a ser o sonho da crescente massa de jovens vindas das Zonas Norte e Oeste.

A mesma revista O Cruzeiro, em boa medida ocupada de assuntos mezinhas, trouxe a imagem que reproduzimos abaixo. O seu conteúdo explorou a pergunta: “Vale a pena ser professora no Brasil?”, enquanto que na capa de sua edição de setembro de 1968, trazia o que seria uma estudante da Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral, a se



indagar sobre se essa jovem da Zona Sul, que pegava o trem para Campo grande e vivia sob as condições que descrevemos, ainda deveria “SER OU NÃO SER PROFESSORA”.



Figura 76 – O CRUZEIRO. Imagem de Capa: SER OU NÃO SER PROFESSORA. 14.09.68. pp. 21-26.  
Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.08.17.

No próximo ponto, mais especificamente, trataremos do fim de um privilégio implementado no Império, que venceu diversas fases da política e da economia nacional por mais de 80 anos, caracterizando uma profissão, construindo diferentes identidades para a Normalista, mas que, no fim, não resistiu a ditadura civil-militar.

### **‘O Sol nasce para todas’: O fim do acesso automático ao serviço público**

Sobre o “slogan” que as professoras das escolas particulares estão usando em sua campanha (“O Sol nasce para todas”), as moças do Instituto de



Educação afirmaram: “Sim, o Sol nasce para todas desde que haja igualdade cultural, técnica e profissional”<sup>93</sup>.

O argumento usado pelas Normalistas das unidades oficiais em 1962 contra as pretensões das estudantes de Escolas Particulares de ter acesso ao serviço público não era de todo absurdo. Como escrevemos anteriormente, essas palavras que buscavam diferenciar a qualidade e eficácia da formação dos dois grupos baseava-se para própria justificativa presidencial de João Goulart de barrar o artigo 19 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1961, que reforçava a distinção entre as Normalistas das Escolas Públicas e das Escolas Particulares. Enquanto a proposta inicial desse artigo seria equalizar os direitos das jovens das unidades particulares e públicas, a justificativa do seu veto, que manteve o privilégio apenas as Normalistas das unidades oficiais, reafirmava o orgulho de se estudar em uma Instituição que, em tese, preparava melhor para o magistério.

“A técnica e a prática usada no IE e nas outras cinco escolas estaduais – declararam – são de um teor mais moderno e eficiente e nós temos preparo social para lecionar a todo tipo de criança, desde a rica até aquela que via à escola vestida modestamente e sem alimentação. As moças formadas em escolas extra-oficiais – prosseguem – são, geralmente, afeitas a um ambiente de requinte, nos colégios religiosos e não suportariam (ou teriam dificuldades) em conviver num ambiente adverso ao que se instruíram e para o qual saíram aptas à ensinar. (...) Se as nossas colegas reclamantes – continuam – quisessem ter os mesmos direitos que os nossos, deviam ter feito exame em uma das escolas do governo, onde as provas são feitas com todo o rigor e a classificação tem o máximo de lisura, e não procurar uma escola paga onde há todo tipo de facilidade”<sup>94</sup>.

A história da ‘melhor preparação’ defendida pelas Normalistas das unidades públicas também defendia os melhores salários para as professoras primárias na época. Como apontamos no item passado, as jovens de instituições privadas ganhavam quase três vezes menos do que suas colegas que iniciavam carreira no setor público, em 1963. Por conta disso, as Normalistas formadas nas Escolas Particulares passaram a também usar os argumentos de que tinham a mesma formação intelectual e que, por isso, deveriam ter as mesmas condições de acesso ao serviço público, pois era onde estavam os melhores salários.

<sup>93</sup> DIÁRIO CARIOCA. Igualdade de mestras fere Constituição: GB. 09.06.62. p. 10. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.08.17.

<sup>94</sup> Idem.

A primeira Constituição do Estado da Guanabara, aprovada em 27 de março de 1961, corroborava a força das famílias das jovens das Escolas Normais públicas que mantinham seus interesses no início dos anos 1960, quando, por meio de um dispositivo criado pelo deputado Gonzaga da Gama Filho (PSD) se mantinha a garantia do acesso automático ao serviço público para as Normalistas das seis unidades oficiais<sup>95</sup>. Contudo, no tocante a legislação, quase na virada para o ano de 1962 (ano que convencionamos como início dos “Anos de Chumbo”), a LDBEN de 20 de dezembro de 1961 abria mais brechas legais para que fossem atendidas as Escolas Privadas, Lei sobre a qual atuaram seus interesses nos anos seguintes, principalmente até a Constituição Federal de 1967.

Assim enquanto as disputas entre Normalistas se davam em nível federal com relação a LDBEN de 1961 (*cf.* Capítulo 4), a primeira Constituição do Estado da Guanabara já havia refletido a pressão estudantes das unidades oficiais, afirmando no Artigo 50, da seção “Dos Funcionários Públicos”, em sua alínea “a” que

A primeira investidura em cargos de carreira ou isolados efetuar-se-á mediante concurso público e de provas, asseguradas as mesmas oportunidades para todos e ressalvada a admissão de professores de curso primário habilitados pelos institutos oficiais mantidos pelo Estado (ESTADO DA GUANABARA, 1961).

E no Artigo 59, dispositivo do deputado Gonzaga Gama Filho (PSD), ao anunciar como seria feita a organização do magistério do Estado, a Constituição da Guanabara também rezava que:

§ 1º. Os cargos de magistério oficial de grau médio e superior, só poderão ser preenchidos por concurso de provas e títulos.

§ 2º O cargo de professor de ensino primário será provido, exclusivamente, por professores formados pelos estabelecimentos oficiais de ensino normal mantidos pelo Estado (ESTADO DA GUANABARA, 1961).

Em abril de 1961, isto é, sem que essa Constituição Estadual completasse um mês, uma Comissão de Normalistas de Escolas Particulares, capitaneadas pelo Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, pelo Colégio Santa Dorotéia e por outros colégios, distribuíram aos jornais um manifesto com uma série de pressupostos liberais que lhes serviam de argumentos contra a Constituição do Estado da Guanabara:

<sup>95</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Todas as normalistas farão concurso para o Estado. 15.11.69. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.08.17.

As normalistas das escolas normais particulares vêm, de público, manifestar sua surpresa, decepção e protesto diante da redação do Capítulo sobre Educação da Constituição do Estado da Guanabara.

Considerando que o Brasil é membro das Nações Unidas, e que, portanto assinou a Declaração dos Direitos Humanos, onde se lê, no parágrafo 3 do artigo 26 que “Os pais tem a prioridade na escolha do tipo de educação a dar a seus filhos”;

Considerando que a Constituição do Brasil admite que o ensino “é livre a iniciativa privada”;

Considerando que limitar aos estabelecimentos oficiais o acesso ao magistério primário é um atentado contra os direitos do cidadão comum;

Considerando que em todos os Estados do Brasil as alunas egressas das Escolas Normais particulares tem assegurado o direito de exercer o magistério, mediante concurso;

Considerando que a Constituição Federal declara que os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros;

As normalistas das escolas particulares fazem um veemente apelo aos dignos deputados da Assembléia Constituinte do Estado da Guanabara, para que oportunamente se dignem reconsiderar a injustiça cometida e a ilegalidade da discriminação, ao mesmo tempo que fazem votos para que o Estado da Guanabara que deveria ser o vanguardeiro no nosso país, abandone essa posição antidemocrática e de colaboração totalitária, em desacordo com a tradição brasileira.

A juventude idealista da Guanabara ousa esperar que seu apelo encontre eco em todos aqueles que desejam uma comunidade feliz, alicerçada nos princípios de uma sã democracia<sup>96</sup>.

Embora o ‘eco’ ao qual se referem as Normalistas não tenha reverberado naquele ano, ele certamente encontrou forças em 1962. As palavras do manifesto das estudantes de Escolas Particulares, além de demonstrarem um conteúdo liberal, começaram a trazer à luz nomes de políticos que se mostraram envolvidos com essas ideias nos anos seguintes.

Um dos argumentos ventilados pelas escolas privadas e repetido nas ruas por suas alunas era o problema da falta de professores nas escolas primárias públicas. Ao passo que o Governo de Lacerda aumentava a quantidade de escolas primárias, crescia o argumento de que se as Normalistas das Escolas Particulares fossem contratadas acabaria o problema da carência de professoras nas escolas da Guanabara<sup>97</sup>. Escolas religiosas do subúrbio como a Nossa Senhora da Piedade entraram no movimento, pressionando os jornais e ilustrando a relação de proximidade já eficaz no final dos anos 1950 entre a Igreja Católica e os Estabelecimentos Privados de Ensino. Uma relação que já havia ajudado a aprovar o

<sup>96</sup> JORNAL DO BRASIL. Comissão veio reclamar. 11.04.61. p. 7; DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Normalistas lançam manifesto: equiparar. 11.04.61. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.08.17.

<sup>97</sup> CORREIO DA MANHÃ. Normalistas particulares. 13.05.62. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.08.17.

‘Substitutivo Lacerda’ para a LDBEN de 1961 e agora se engajava em uma nova perspectiva de futuro que envolvia o campo da educação completamente aberto à livre iniciativa e o enfraquecimento do ensino público laico.



Figura 77 – DIÁRIO CARIOCA. Normalistas contra a lei que as prejudica. 13-14.05.62. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.08.17.

A LDBEN de 1961, entre outras novidades, criou os Conselhos Estaduais de Educação. E, sob o título “Da Liberdade de Ensino”, foi reafirmado o envolvimento privado nas decisões que envolviam a prestação de serviços públicos: “Art. 5º – São assegurados aos estabelecimentos de ensino públicos e particulares legalmente autorizados,

adequada representação nos conselhos estaduais de educação, e o reconhecimento, para todos os fins, dos estudos neles realizados” (BRASIL, 1961).

Assegurada a participação das Escolas Particulares no Conselho Estadual de Educação, o primeiro movimento foi justamente o de criação do CEE da Guanabara, que devido à organização do Estado, foi realizado apenas em 1962. Nesse ano, portanto, o Governador Carlos Lacerda sancionou a Lei que criava o CEE em julho, onde 12 membros seriam indicados por ele mesmo e o 13º membro, seria o próprio Secretário de Educação, na época, Flexa Ribeiro<sup>98</sup>.

Em solenidade presidida pelo Governador, em 6 de setembro de 1962, foram instalados os 12 membros da CEE, com o mandato de 4 anos, podendo ser reconduzidos pelos mesmo período. Os nomes foram:

Maria Luiza Larque, Padre Artur Alonso, Haroldo Lisboa da Cunha, Cinira Miranda de Meneses, Luiz Victor D’Arinos Silva, Dom Lourenço de Almeida Prado, Edília Coelho Garcia, Álvaro Gonçalo Americano de Oliveira e Souza, Armando do Hildebrand, Ismael de França Campos, Benhamim Moraes e Leônidas Sobrinho Pôrto<sup>99</sup>.

Embora o Sindicato dos Professores de Ensino Secundário da Guanabara ter tornado pública a sua discordância por conta da entidade não ter sequer um representante entre os membros do Conselho<sup>100</sup>, a formação se manteve, com poucas alterações, como no caso da entrada da Professora Celina Junqueira, vice diretora da Faculdade de Filosofia da PUC<sup>101</sup>.

O CEE, por sua vez, com ‘padre’, ‘dom’ e ‘vice-diretora’ de universidade religiosa, além de nomes ligados a escolas particulares, todos, fruto da indicação do Governador que anteriormente havia realizado um Substitutivo francamente liberal quanto a LDBEN/61, fez exatamente o que se esperava dele já em 1963: distribuiu descontroladamente bolsas de estudo em escolas particulares com verbas públicas sem fiscalização específica. Surgiram

<sup>98</sup> CORREIO DA MANHÃ. Criado o Conselho Estadual de Educação. 18.07.62. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

<sup>99</sup> CORREIO DA MANHÃ. Instala-se o Conselho Estadual e Educação. 06.09.62. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

<sup>100</sup> CORREIO DA MANHÃ. Professores. 26.09.62. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.08.17.

<sup>101</sup> CORREIO DA MANHÃ. Novo membro do CEE. 19.04.62. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.08.17.



tantas denúncias de inscrições de “Alunos Fantasmas” que já em março a Assembleia Legislativa da Guanabara abriu uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar as Escolas Privadas e seus respectivos Diretores<sup>102</sup>.

Nesse período, como não poderia deixar de ser, o CEE também enviou mensagem ao Governador Carlos Lacerda com a proposta de um Sistema de Educação para a Guanabara. Tal proposta, por sua vez, deveria ser enviada a ALEG para que fosse ou não aprovada. Nesse movimento, a então deputada Ligia Lessa Bastos (UDN), presidente da Comissão de Educação da ALEG iniciou uma cruzada no sentido de garantir os direitos das Normalistas, pois o projeto de sistema educacional da CEE, em seu Artigo 98 deixava claro que o acesso aos cargos públicos de professor seria realizado por concursos, o que atendia aos interesses das escolas particulares. O projeto de sistema ficou travado na ALEG nos anos seguintes.

Em primeiro de junho de 1964, num novo contexto nacional onde o país já não vivia em uma democracia, o deputado Luís Correia (PTB) anunciou na ALEG que apresentaria ainda para aquela semana um projeto que acabaria com o privilégio das Escolas Normais<sup>103</sup>. Já em janeiro de 1965, o deputado Zorli Martins (PTB) apresentou proposta semelhante, apontando que as Normalistas de Escolas Particulares e Públicas com notas iguais ou superiores a 80 teriam acesso automático ao magistério Estadual<sup>104</sup>.

Em resposta, entre novembro de 1963 e maio de 1965, a deputada Ligia Lessa Bastos (UDN), historicamente ligada aos interesses, principalmente, do Instituto de Educação (LIMA, 2015) e, por ocasião, presidente da Comissão de Educação na Assembleia, com a ajuda de outros deputados, impediram a votação da matéria que organizava o Sistema de Ensino da Guanabara dentro dos moldes propostos pelo CEE.

#### PONTO DE ATRITO

O principal ponto de atrito da matéria reside no artigo 98 do projeto original, que, incidindo especialmente sobre o ensino normal, embora sem citá-lo nominalmente, sustenta: “Os cargos do magistério oficial de todos os graus só poderão ser preenchidos por concurso de provas e títulos, assegurada igualdade de direitos para os diplomados em estabelecimentos oficiais e de livre iniciativa do ensino, nos termos dos Artigos 19 e 53 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”. Esse artigo recebeu

<sup>102</sup> ÚLTIMA HORA. Aprovado o Inquérito para apurar o escândalo das bolsas de estudo! 28.03.63. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 24.08.17.

<sup>103</sup> JORNAL DO BRASIL. Correia quer que todas as normalistas ingressem no magistério público. 01.06.64. p. 6. Disponível em: <https://www.portalbrasil.net/salariominimo.htm>. Acessado dia 21.08.17.

<sup>104</sup> DIÁRIO CARIOCA. Professores com acesso automático. 18.01.65. p. 6. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

violento parecer contrário da Sra. Ligia Lessa Bastos que acusou o Sr. Carlos Lacerda de violar a Constituição do Estado, além de terminar com o acesso automático das alunas do Instituto de Educação e Escolas Normais ao Magistério primário<sup>105</sup>.

O argumento de Ligia era de que a mensagem vinda do CEE e do Governo feria a Constituição da Guanabara. A matéria acabou votada com 16 emendas apenas de Ligia, se tornando a Lei n.º 812, de 22 de maio de 1965, promulgada no final do mandato de Carlos Lacerda. Se, por um lado, a Lei do novo Sistema de Educação do Estado da Guanabara garantia os interesses das Escolas Normais oficiais por mais algum tempo, por outro, sua ausência durante quase todo Governo Lacerda (1960 – 1965) acabou por dar liberdade de ação ao udenista, que realizou os acordos e as parcerias que melhor lhe convieram.

Em março de 1967, porém, por conta das mudanças da estrutura do poder depois do golpe militar, foi promulgada uma nova Constituição Federal. Assim, as Constituições Estaduais precisaram sofrer alterações para se adaptarem a nova CF/67. O deputado do Estado da Guanabara, Rossini Lopes da Fonte (MDB), ligado aos colégios Particulares, em 28 de março, apesar de estar diante dos protestos de Ligia Bastos, viu uma oportunidade de ressuscitar o caso e anunciou que realizaria uma Emenda a Constitucional Estadual que permitiria o ingresso de alunas particulares nos cargos públicos mediante concurso<sup>106</sup>.

O Sr. Rossini Lopes declarou que “não há Constituição, do Amazonas ao Rio Grande do Sul, que permita ao estudante, ao concluir o curso, ser nomeado para o serviço público. É um privilégio do Estado da Guanabara, uma irregularidade, uma anomalia da nossa Constituição, uma inconstitucionalidade, pois a federal condiciona a concurso o ingresso no Serviço Público”<sup>107</sup>.

Foi montada uma Comissão de 34 Escolas Particulares para basear o movimento nas ruas e para pressionar os Deputados da ALEG a aprovarem um dispositivo à nova Constituição Estadual para que pudessem realizar concurso para assumir as vagas na rede pública<sup>108</sup>. Ao passo que Rossini Lopes da Fonte (MDB) tratava do assunto na ALEG, a Comissão entrou com uma ação no Superior Tribunal Federal por inconstitucionalidade dos artigos que garantiam a exclusividade das Escolas Normais públicas.

<sup>105</sup> CORREIO DA MANHÃ. Sistema De educação dependendo da AL-GB. 16.08.64. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

<sup>106</sup> JORNAL DO BRASIL. Rossini quer aproveitar formados por particulares no magistério primário. 23.03.67. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

<sup>107</sup> JORNAL DO BRASIL. Rossini vê concurso como único critério válido para nomear professor primário. 31.03.67. p. 10. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

<sup>108</sup> CORREIO DA MANHÃ. Protesto. 19.04.67. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

O STF não chegou a um consenso sobre o assunto. Para que fossem vitoriosas, as Escolas Particulares precisavam de nove votos a seu favor, mas contabilizaram apenas oito. Para piorar a situação, dois Ministros que poderiam virar o jogo, Prado Kelly e Lafaiete de Andrade, estavam fora do Brasil, colocando a votação em situação de suspenso<sup>109</sup> pela falta de quórum, deixando as Normalistas dos dois grupos em elevada tensão nos próximos dias. Restava ainda o deputado Rossini e sua proposta de Emenda a Constituição da Guanabara.

Assim, os movimentos de ambos os lados ganharam os corredores da ALEG e as ruas. As Normalistas das Escolas Particulares aplaudiam o discurso do deputado Rossini Fontes. Já as Normalistas Oficiais e alguns outros deputados acusavam Rossini de armar as manifestações das alunas das unidades particulares e de estar legislando em causa própria, já que era considerado dono de colégio. No dia 24 de abril de 1967, a sessão da Assembleia foi interrompida por conta do tumulto envolvendo as duas partes, que saíram da ALEG em direção Cinelândia trocando acusações e ofensas pelas ruas, tendo como principais Normalistas atuantes as alunas da Escola Normal Júlia Kubitschek<sup>110</sup>.



Figura 78 – JORNAL DO BRASIL. Contra a Emenda. 25.04.67. p. 15. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

<sup>109</sup> JORNAL DO BRASIL. Normalistas particulares ganham emenda na Carta estadual que as beneficia. 03.05.67. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

<sup>110</sup> JORNAL DO BRASIL. Contra a Emenda. 25.04.67. p. 15. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

No dia seguinte, uma reunião entre as seis Escolas Normais foi marcada no Instituto de Educação. Entre discussões envolvendo as unidades de ensino e a direção do IE sobre o futuro do movimento, as alunas identificaram na imprensa um inimigo comum contra os seus interesses. O Jornal do Brasil, por sua vez, ao relatar o ocorrido, identificou o movimento das Normalistas ao dos Universitários, isto é, contra o regime militar.

Instruídas não se sabe por quem, algumas alunas do Instituto tentaram prejudicar o trabalho da imprensa, impedindo, através de *casuais* empurrões que os fotógrafos trabalhassem. Os repórteres também eram empurrados *sem querer*, além de lhes ser exigida a identificação. Os que se recusavam a identificar-se eram vaiados e acusados de estarem ali espionando para as alunas os colégios particulares.

Alguns representantes do Grêmio informavam ter sido procurados por elementos da Universidade do Estado da Guanabara, que solicitavam apoio para a deflagração de uma greve geral. Esses mesmos universitários estiveram ontem na porta do Instituto de Educação discriminando panfletos onde afirmavam às alunas de escolas normais oficiais que o movimento deveria ter continuidade, e que se elas não o fizessem acabariam tendo de prestar um outro concurso para ingressar no magistério primário oficial<sup>111</sup>.

O jornal Correio da Manhã, ao seu turno, deu voz as Normalistas das Escolas Particulares e aos donos de escolas quando abordou as discussões na Assembleia.

“Com o concurso, todos saíam ganhando, afirma ainda Maria Lúcia Barbosa Leite, da Escola Nossa Senhora da Piedade, que não compreende o porquê de tanta confusão por parte das normalistas formadas pelas escolas públicas”. O que elas temem, na realidade, continua Maria Lúcia, “é um concurso que já não será aquele feito na época em que estavam ainda sujeitas aos castigos que os pais poderia lhes impor caso não conseguissem boas notas”. (...)

Alegam as normalistas das escolas do Estado que fizeram concurso quando foram admitidas naquelas escolas. Mas as normalistas das escolas particulares, “esse argumento não é válido, porque segundo um professor da mesma escola pública, cujo nome não queremos citar, 80% das jovens que estudam em colégios do governo tem condição para pagar uma escola particular”. (...)

O Colégio Jacobina, que até o momento não havia se pronunciado, fez-se ouvir ainda ontem sobre o assunto, afirmando, através da sua direção, que “já é tempo de o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular manifestar seu apoio à luta das normalistas, que tem tanto direito quanto as outras das escolas públicas<sup>112</sup>”.

<sup>111</sup> Idem.

<sup>112</sup> CORREIO DA MANHÃ. Normalista de Escolas provadas pede concurso. 26.04.67. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.08.17.

Já o jornal Tribuna da Imprensa trouxe a discussão para o âmbito do Executivo, quando focou sua matéria na pressão exercida por Normalistas e pais de Normalistas sobre o Governador Negrão de Lima.

Ao se dirigirem ao governador Negrão de Lima, ontem, à saída de um almoço no restaurante Mesbla, centenas de normalistas das escolas oficiais da Guanabara, na maioria da Escola Normal Júlia Kubitschek, receberam a promessa de que o governo do Estado não permitirá que seja aprovada qualquer emenda que venha a retirar os direitos das jovens que cursaram as suas escolas de curso normal. (...)

Pais de normalistas defendem direito dos filhos

Está marcada para hoje, às 20h30m, na sede social do Clube Municipal, uma reunião dos pais das normalistas do Estado, que acertarão as bases da campanha que pretendem promover em defesa de suas filhas, ameaçadas de não conseguirem vagas. Alegam as normalistas estaduais que o projeto equiparação com as normalistas formadas pelos colégios particulares, mediante um concurso geral para preenchimento das vagas de professoras públicas primárias, foi apresentado e defendido por deputados donos de escolas normais particulares, interessados em nomear ex-alunas e fortalecer seus eleitorados<sup>113</sup>.

Acompanhando o Governador, estava o Presidente da ALEG, o deputado Augusto do Amaral Peixoto (MDB), que teria revelado às Normalistas os interesses em acabar com o seu privilégio: “existem vários deputados na Assembleia que possuem colégios e escolas normais e apoiam a ideia da emenda, fazendo pressão para vê-la aprovada”<sup>114</sup>.

Com isso, estavam envolvidos o Legislativo Estadual, principalmente na figura do deputado Rossini Lopes da Fonte, Executivo Estadual, com pressão sobre o Governador Negrão de Lima e o Judiciário federal, com ação no STF, considerada ainda inconclusiva.

Inevitavelmente, as palavras de ordem, acusações e xingamentos se tornaram também violência física nas ruas da Belacap.

As normalistas das escolas particulares (...) estavam na Cinelândia por volta das 15 horas recolhendo assinatura de populares, quando um grupo de normalistas de escolas oficiais, vindas da Assembleia Legislativa, onde estavam concentradas após uma pequena passeata pelas ruas do Centro, aproximou-se para dizer que o movimento delas não ia valer de nada.

– Diante de nossa indiferença – acrescentaram –, elas passaram a nos empurrar, distribuindo tapas e rasgando os blocos que utilizávamos para colher assinaturas. Éramos 15 e elas quase 100. Mesmo que tentássemos

<sup>113</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Normalistas tiram Negrão do almoço. 27.04.67. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.08.17.

<sup>114</sup> JORNAL DO BRASIL. Protesto oficial. 27.04.67. p. 18. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.08.17.



reagir não iríamos conseguir nada, porque elas ainda contavam com os rapazes que também estudam nas escolas normais. Tivemos que nos refugiar no Teatro Municipal, onde permanecemos até que fossem embora. – Algumas transeuntes ainda tentaram no ajudar, mas elas pareciam tomadas por um acesso de loucura e só nos largaram quando começamos a correr. Mas nós vamos continuar e, apesar de revoltadas coma agressão voltaremos amanhã para a Cinelândia<sup>115</sup>.

O Jornal do Brasil, com a legenda “depois de dar uma “corrida” nas Normalistas de escolas particulares, Normalistas das escolas oficiais fizeram desfile com faixas de protesto” exibiu a imagem abaixo, trazendo no corpo da reportagem mensagens que denotavam certo preconceito: “pela pretensão das normalistas particulares em se igualarem a nós”<sup>116</sup>.

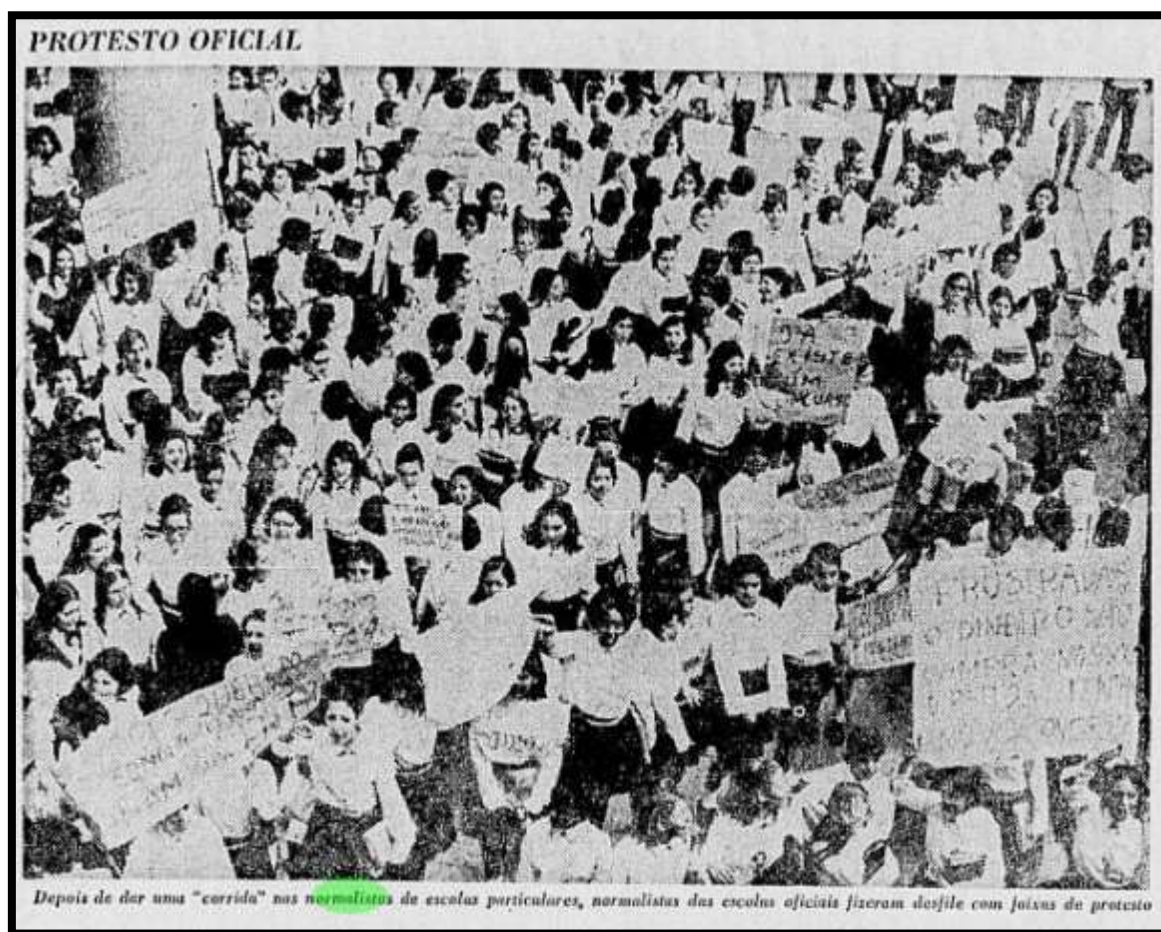


Figura 79 – JORNAL DO BRASIL. Protesto oficial. 27.04.67. p. 18. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.08.17.

<sup>115</sup> Idem.

<sup>116</sup> Idem.

O Jornal do Brasil ainda publicou um desmentido às notícias de que o deputado Rossini “Pinto” seria dono de escolas. Embora não houvesse qualquer deputado com esse nome<sup>117</sup>, o jornal, estranhamente, o repetiu por diversas vezes. Na mesma reportagem, o JB apontava que Rossini trazia para a discussão na ALEG um segundo parecer do assinado pelo então presidente do Conselho Estadual de Educação, Benjamim Morais Filho, datado de março 1964, que orientava a corrigir o que considerava ‘erro’ na Constituição Estadual da Guanabara por não admitir concurso para o preenchimento de vagas de professores primários por meio de concurso público aberto as Escolas Normais Particulares e Oficiais<sup>118</sup>.

No calor da discussão, o deputado Francisco Gama Lima (ARENA) apresentou uma proposta de Emenda Constitucional que buscava agradar os dois grupos e garantir que a Nova Constituição fosse finalmente aprovada. Segundo sua proposta, seria mantido o acesso automático das Normalistas das Escolas Oficiais, mas se ainda houvesse, depois da posse dessas alunas, carência de professores, havia concurso público e provas e títulos aberto a todas as Escolas Particulares<sup>119</sup>.

A despeito dessa proposta, os ânimos continuaram se acirrando. O deputado Gonzaga da Gama Filho (MDB), apesar de se dizer a favor da livre iniciativa, fez um apelo para que as discussões fossem encerradas e que fosse aceito texto que mantinha o artigo que ele próprio havia colocado no Constituição da Guanabara em 1961. De nada adiantou.

Respondendo a denúncia da deputada [Ligia Lessa Bastos], de que o movimento das alunas particulares está sendo dirigido por proprietários interessados em valorizar os seus estabelecimentos, o deputado Rossini Lopes quase foi vaiado quando disse que, como proprietário de colégio particular, objetivava apenas o cumprimento da Constituição, no que concerne à igualdade para todos<sup>120</sup>.

Acusado ainda de ter dito que “esse era o momento oportuno de para conseguiu a derrubada do privilégio que favorece as alunas das escolas oficiais”, Rossini aproximou-se

<sup>117</sup> As quatro Legislaturas da ALEG podem ser consultas em [http://www.rafaelzuma.com.br/cliente/alerj/portal/prototipos/institucional\\_arquivos\\_alegprodutosparlamentares\\_aslegislaturaseosdeputados.htm](http://www.rafaelzuma.com.br/cliente/alerj/portal/prototipos/institucional_arquivos_alegprodutosparlamentares_aslegislaturaseosdeputados.htm). Acessado dia 22.08.17.

<sup>118</sup> JORNAL DO BRASIL. Normalistas fazem mais uma reunião na Assembleia, mas saem logo temendo a polícia. 28.04.67. p. 16. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.08.17.

<sup>119</sup> CORREIO DA MANHÃ. Emenda assegura à normalista escola pública sem prova. 29.04.67. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.08.17.

<sup>120</sup> CORREIO DA MANHÃ. Gonzaga faz apelo por normalistas do Estado. 03.05.67. p. 7. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

de Benjamim de Moraes Filho, que em 1967 era Secretário de Educação, e que quando fora presidente do CEE, havia se colocado favor do aproveitamento das estudantes das escolas privadas<sup>121</sup>. A confusão se tornou tamanha que, diante do posicionamento do Secretário de Educação, o próprio Governador Negrão de Lima, se sentindo pressionado pelos pais das Normalistas Oficiais, declarou que ficaria ao lado delas “pela tradição de ter sido sempre assim”<sup>122</sup>.

Dois dias depois da declaração do chefe do executivo estadual, o legislativo golpeou novamente as intenções das Escolas Particulares. A Comissão de Emendas rejeitou a proposta de Rossini Lopes da Fonte tomando por base o relatório do deputado Sami Jorge (MDB), que pontuava:

“A emenda não merece acatamento, primeiro porque privilégio inconstitucional não há, como acaba de ser decidido pelo Supremo, em julgamento de ação direta de declaração de inconstitucionalidade, quando não logrou quórum para declará-la procedente quanto ao texto semelhante da Constituição de 1961. Em seguida, não havendo paradigma federal na Carta de 1967, é inegável que não se pode atender a supressão como forma de adaptar a nossa Constituição à federal”<sup>123</sup>.

As Escolas Particulares haviam perdido nova batalha, mas aberto uma nova brecha ao redesenhar e adaptar a Constituição do Estado da Guanabara de 1967, pois no artigo 73, alínea “b”, podemos ler: “Equipara-se a concurso de provas e títulos, a conclusão de um curso regular de preparação de professores de nível primário mantido por instituições oficiais do Estado” e na alínea “c”: “A aprovação do concurso público de provas ou de provas e títulos assegura o provimento no cargo, desde que exista vaga, dentro de noventa dias após a homologação do concurso” (ESTADO DA GUANABARA, 1967).

Enquanto isso, o Jornal do Brasil continuou discutindo a importância de se manter ou não o acesso automático ao serviço público, chegando a apontar a Zona Norte – região suburbana – como conservadora ao querer manter um privilégio que havia sido do proveito das elites e das classes médias durante oitenta anos na história o Curso Normal.

<sup>121</sup> TRIBUNA DA IMPENSA. Benjamim diz que professora de escola privada pode ir para magistério público. 05.05.67. p. 5. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

<sup>122</sup> CORREIO DA MANHÃ. Ensino em crise obriga professoras a 2 turnos. 05.05.67. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

<sup>123</sup> JORNAL DO BRASIL. A emenda das professoras. 07.05.67. p. 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

A perspectiva da segurança, do emprego público garantido aos 18 anos, no que se pode classificar de um bom ambiente – argumento que ainda tem forte validade, principalmente na Zona Norte, sempre mais conservadora – é, em geral, o grande incentivo para que muitos pais tentem o possível para colocar suas filhas numa Escola Normal<sup>124</sup>.

Evidentemente, após tantas perdas salariais e falta de estrutura de trabalho, o sonho de ser Normalista não se mantinha tão forte na região carioca mais abastada, daí podemos perceber nas narrativas realizadas pelos jornais da participação mais efetiva das Escolas Normais do subúrbio na manutenção do emprego público garantido.

Por incrível que pareça, o passo seguinte desse tenso jogo político teve o Ato Institucional n.º 5, de 13 de dezembro de 1968, como principal fio condutor que ajudou a escrever capítulo final dessa batalha de décadas que envolveram interesses de diferentes grupos e classes, além das três esferas de poder e os seus poderes legislativo, executivo e judiciário.

O AI-5 conferiu ao Presidente da República o poder de fechar o Congresso (Art. 2º) e de demitir, remover ou aposentar servidores que atentassem contra o regime, por meio do Artigo 5º (BRASIL, 1968). No mesmo dia em que o AI-5 foi outorgado, 13 de dezembro de 1968, Costa e Silva por meio do Ato Complementar nº 38, decretou o ‘recesso’ do Congresso Nacional sem data para retorno, o que, de fato, vigorou por um ano, até o dia 15 de outubro de 1969, quando por meio do ACP n.º 72, o Congresso foi reaberto (BRASIL, 1968; 1969).

Após a derrota na criação de uma Emenda que acabaria com a exclusividade das Escolas Normais do Estado em formar as professoras da rede pública Estadual, restou às Escolas Particulares tentarem novamente o caminho da ação no Supremo Tribunal Federal. Então, em 27 de fevereiro de 1969, o STF se manifestou por maioria de votos julgando procedente o pedido de inconstitucionalidade da alínea “b” do Artigo 73 da Constituição do Estado da Guanabara<sup>125</sup>. No que dizia respeito ao mais alto grau da justiça brasileira, o privilégio das Normalistas cariocas, caso único no país, estaria acabado. Quase

<sup>124</sup> JORNAL DO BRASIL. Grandeza e decadência de uma profissão. 15.12.67. p. 1. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 05.08.17.

<sup>125</sup> Representação 776. Relator Ministro Djaci Falcão. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000109230&base=baseAcordaos>. Acessado dia 22.08.17.

imediatamente, os jornais procuraram na ALEG o deputado Rossini Lopes da Fonte, que naquele momento, respondia interinamente na presidência da casa.

No entender do deputado Rossini Lopes da Fonte, presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Guanabara e diretor de um colégio particular, as alunas das escolas normais particulares não estão em inferioridade nos estudos, perante suas colegas das escolas oficiais, e vão provar isto quando da realização do concurso público de provas e títulos para o ingresso do magistério público primário do Estado.

“Outra coisa que seria bom [que] ficasse bem evidenciada – frisou – é o fato de que muitas das jovens que se inscreveram no concurso para ingressarem nas escolas normais do Estado não o faziam por ideal ou por vocação para ensinar, mas simplesmente porque viam ali a oportunidade de serem funcionárias públicas estaduais, com todas as garantias e regalias que o serviço público concede. A prova maior disso é o grande número de desistências que se verificou este ano, tão logo ficou sendo conhecida a decisão do STF, pois afora não interessa mais a quem não tem vocação ser professora primária<sup>126</sup>.

As palavras de Rossini se provaram nos números que levantamos sobre o concurso para novos alunos de 1969 das Escolas Normais Oficiais do Estado da Guanabara que está logo abaixo. A decisão do STF vinha em um contexto de perdas salariais e de deterioração das condições de trabalho que exploramos nos pontos anteriores. Desenhado esse quadro, pela primeira vez na história das Escolas Normais, o concurso terminou com mais vagas do que candidatos. Não suficiente, foi aberto novo concurso para janeiro de 1969, mas também não alcançaram o número suficiente de aprovados para que se formassem as turmas. Na terceira tentativa, o diretor de Divisão do Ensino Normal da Secretaria de Educação e Cultura, Professor Altamir Paes, decidiu que as turmas iniciariam como elas estivessem, pois um quarto concurso seria dispendioso e de nada adiantaria, “pois quando se examina o nível geral apresentado pelos candidatos verifica-se que foi muito baixo”<sup>127</sup>.

Nestes três concursos para 1969, segundo verificamos, não faltaram apenas candidatos, mas, candidatos com qualificação suficiente para passar nas difíceis provas das seis Escolas Normais. No primeiro concurso, por exemplo, na prova de matemática, dos

<sup>126</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Deputado acha que normalistas são boas. 20.03.69. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

<sup>127</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Concurso. 06.04.69. p. 3. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 16.08.17.



6.551 inscritos, apenas 1.235 conseguiram nota suficiente para passar, ficando os 5.316 restantes reprovados<sup>128</sup>.

As Seis Escolas Normais									
	67	68	69 - 1º	69 - 2º	69 - 3º	70	71	72	73
Candidatos Totais	9928	7925	6551	3600	2075	3061	4548	4266	921
Vagas Totais	1200	980	1302	779	257	1554	924	875	368
Candidato/vaga	8,27	8,09	5,03	4,62	8,07	1,97	4,92	4,88	2,50

Figura 80 – Tabela construída pelo autor com base em reportagens sobre o concurso e a relação de candidatos/ vagas para os certames das Escolas Normais entre os anos de 1967 a 1973. Fontes: CORREIO DA MANHÃ (02.12.66; 12.10.67; 22.10.67; 28.12.67; 14.09.68; 08.01.69; 01.01.70; 27.01.70), DIÁRIO DE NOTÍCIAS (22.12.67; 24.12.67; 11.10.67; 09.11.68; 17.11.68; 26.10.68; 20.11.68; 05.01.69; 06.02.69; 20.03.69; 29.03.69; 06.04.69; 14.12.69; 09.06.70; 04.11.70; 08.10.70; 21.12.70; 12.02.72; 14.02.73; 18.01.73), JORNAL DO BRASIL (16.11.71; 09.01.73; 26.01.73).

Esses números também fazem alusão à preparação daquelas alunas que frequentavam as Escolas Normais, pois, como apontamos, o sonho de ser Normalista deixou de fazer sentido para as famílias mais abastadas, sendo ainda considerado um caminho de ascensão social para as classes mais baixas. Outra evidência de que o perfil socioeconômico dessas Normalistas efetivamente mudou no final dos anos 1960, início dos anos 1970, está nos números de concorrência de vagas para duas Escolas Normais, em específico.

Ao estudarmos uma série com os mesmos anos da série de dados que apontamos sobre as perdas salariais das Professoras Normalistas nos pontos anteriores, temos, no cômputo geral das seis escolas normais, uma evidente diminuição do número de inscritos a partir de 1968. O arrocho salarial, a inflação, a proximidade dos vencimentos da Normalista com o salário mínimo, a concentração de renda, as condições de trabalho e as notícias do fim do acesso automático ao serviço público resultaram em uma diminuição geral na procura pelas Escolas Normais, o que podemos verificar pela relação candidato/vaga na tabela que mostramos.

Embora o salário deixasse de ser um atrativo para as classes médias, considerando o apontamento do jornal Tribuna da Imprensa de que a maior parte das professoras era

<sup>128</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Os ‘massacrados’ esperam nova chance no normal. 17.11.68. s/p. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

oriunda da Zona Sul (cf. capítulo 5), falta ainda, entender a importância do privilégio de acesso automático ao serviço público para esse grupo social. Então, ao realizarmos uma comparação entre a procura pela Escola Normal de Madureira e a Escola Normal da Lagoa comprovamos algumas suspeitas com relação ao perfil da Normalista no pós-1969. O resultado da quantidade de candidatos totais inscritos e da relação candidato/vaga evidencia a maior procura na Zona Norte pelo Curso Normal mesmo após a queda do acesso automático. Mais do que isso, ao considerarmos a posição geográfica dessas duas unidades, conforme trouxemos no mapa que ilustrava sua instalação e a proximidade com as linhas férreas, percebemos que a ENIAA ficou isolada, com poucas opções de transporte de candidatos vindos da Zona Norte e Oeste. Desta forma, com acesso viário quase exclusivo aos candidatos das proximidades da Lagoa, a unidade chegou a ter menos candidatos do que vagas, como é possível verificar no ano de 1971.

ENCD									
	67	68	69 - 1º	69 - 2º	69 - 3º	70	71	72	73
Candidatos Totais	—	2687	2407	1125	583	917	1687	1608	—
Vagas Totais	—	175	238	76	51	280	112	105	—
Candidato/vaga	—	15,35	10,11	14,80	11,43	3,28	15,06	15,31	—

ENIAA									
	67	68	69 - 1º	69 - 2º	69 - 3º	70	71	72	73
Candidatos Totais	—	351	256	411	55	196	111	140	—
Vagas Totais	—	126	119	97	25	92	112	140	—
Candidato/vaga	—	2,79	2,15	4,24	2,20	2,13	0,99	1,00	—

Figura 81 – Tabela construída pelo autor com base em reportagens sobre o concurso e a relação de candidatos/ vagas para os certames das Escolas Normais entre os anos de 1967 a 1973. Foram usados: CORREIO DA MANHÃ (02.12.66; 12.10.67; 22.10.67; 28.12.67; 14.09.68; 08.01.69; 01.01.70; 27.01.70), DIÁRIO DE NOTÍCIAS (22.12.67; 24.12.67; 11.10.67; 09.11.68; 17.11.68; 26.10.68; 20.11.68; 05.01.69; 06.02.69; 20.03.69; 29.03.69; 06.04.69; 14.12.69; 09.06.70; 04.11.70; 08.10.70; 21.12.70; 12.02.72; 14.02.73; 18.01.73), JORNAL DO BRASIL (16.11.71; 09.01.73; 26.01.73).

Para as turmas de 1970, os jornais já destacavam as mudanças na animação dos candidatos a Normalistas:

O final do exame de admissão às Escolas Normais Oficiais não teve, este ano, a alegria dos anos anteriores. As moças que conseguiram classificação acompanharam com interesse o desenrolar do concurso e, com a divulgação dos resultados, o que se viu foram as discretas

manifestações de quem ultrapassa um obstáculo difícil, mas não voltou a se repetir as tradicionais explosões de alegria e contentamento a que já nos habituáramos a assistir e até mesmo a participar. (...) Se antes o ingresso em uma das seis escolas da rede estadual assegurava uma carreira mal remunerada mas perseguida por milhares de jovens idealistas, hoje significa, apenas, que ela será bem preparada para o concurso público que derrubou o acesso automático das normalistas oficiais. Se a medida foi justa ou não, o julgamento fica a critério de cada um. Mas, uma coisa é inegável: as normalistas da rede estadual não são mais aquelas moças que irradiavam alegria. O azul-e-branco do seu tradicional uniforme está mais pálido<sup>129</sup>.



Figura 82 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Azul pálido e normalista mais triste. 08.02.70. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

Parte importante da identidade das Normalistas do Rio de Janeiro se referendava sobre o seu *status* socioeconômico e a mística dos famosos concursos para as Escolas Normais. As perdas do poder aquisitivo da classe se iniciaram mesmo antes da ditadura civil-militar, embora tenham se aprofundando mais nesse período, conforme verificamos. Mas o fim do acesso ao serviço público garantido ao final do curso das Escolas Normais foi o mais duro golpe nesse modelo de ensino. Contudo, o assunto, legalmente, ainda não tinha terminado. As Normalistas que haviam entrado nas seis unidades do Estado nas turmas de 1967 ainda não tinham se formado e estavam na expectativa de que os seus acessos automáticos fossem mantidos. A saída era protestar e pressionar mais uma vez os

<sup>129</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Azul pálido e normalista mais triste. 08.02.70. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

políticos, usando para isso, os jornais. Contudo, como dissemos, o AI-5 teria um papel de condutor desse processo em 1969.

As Normalistas e suas famílias que antes haviam causado tumultos na ALEG, protestos e brigas nas ruas, e até cercado os chefes do executivo e do legislativo estaduais, estavam prontas para reiniciar seu movimento. Porém, os diretores das Escolas Normais, receosos com o artigo 5º do AI-5, decidiram tornar ilegal qualquer manifestação das Normalistas naquele ano, a partir de março. Em 1969, com o Decreto Lei n.º 477, 26 de fevereiro, que definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, tínhamos a seguinte situação:

Art. 1º Comete infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que:

I - Alicie ou incite à deflagração de movimento que tenha por finalidade a paralisação de atividade escolar ou participe nesse movimento;

II - Atente contra pessoas ou bens tanto em prédio ou instalações, de qualquer natureza, dentro de estabelecimentos de ensino, como fora dêle;

III - Pratique atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados, ou dêle participe;

IV - Conduza ou realize, confeccione, imprima, tenha em depósito, distribua material subversivo de qualquer natureza;

V - Seqüestre ou mantenha em cárcere privado diretor, membro de corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino, agente de autoridade ou aluno;

VI - Use dependência ou recinto escolar para fins de subversão ou para praticar ato contrário à moral ou à ordem pública.

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos (...) (BRASIL, 1969).

Mesmo assim, uma comissão de alunas marcou uma audiência com o Governador Negrão de Lima. Porém, quando chegou o momento de se reunirem com o chefe do executivo estadual, foram proibidas de comparecer sob a ameaça de suspensão. Não tardou para a Comissão de Pais silenciarse, advertindo também aos próprios filhos para que não reagissem à ditadura:

**ADVERTÊNCIA**

As alunas que cursam as últimas turmas de terceiro ano normal, já que à partir do ano passado o normal teve acrescentado mais um ano de aperfeiçoamento, vêm recebendo uma série de advertências por parte dos diretores de todas as escolas normais oficiais no sentido de que se abstenham de dar entrevistas à imprensa ou mesmo de participar de reuniões ou movimentos que reivindiquem o ingresso no magistério público primário sem a prestação de concurso público.

Os Círculos de Pais e Mestres das escolas normais do Estado estão distribuindo circulares em todas as turmas do normal “aconselhando” suas alunas a não tomarem medidas precipitadas visando a conseguir aquela reivindicação. Prometeram ainda comunicar às alunas todos os movimentos de três advogados que foram contratados para livrar aquelas que se formam este ano, da prestação do concurso, conforme ficou estipulado depois que o STF considerou “inconstitucional” o inciso “b”, do artigo 73 da Constituição do Estado da Guanabara, que garantia o direito de nomeação para o serviço público a todas àquelas que se formassem pelas escolas normais<sup>130</sup>.

A advertência vinha ao encontro do Regimento das Escolas Normais, que em seu artigo 67, que afirmava: “A falta de bom comportamento social, greve, assuada, disseminação de doutrinas subversivas da ordem legal do país podem importar em exclusão imediata do aluno, penalidade aplicada pelo diretor”<sup>131</sup>.

Enquanto os diretores e as Normalistas estavam sendo ameaçadas veladamente, o Diretor de Ensino Normal da Guanabara, o professor Altamir Paes, ao comentar decisão do STF sobre o fim do acesso automático, acusou o crescimento do número de Escolas Normais Particulares, que no mês de julho já chegava ao número de 64 unidades<sup>132</sup>.

Contudo, o julgamento do STF por si só não anulava o dispositivo da Constituição Estadual de 1967. Os efeitos nas atuações das Normalistas dos dois lados citados são apenas alguns dos que se revelaram nesses primeiros meses após a publicação do julgamento do STF. Porém, a deliberação ainda não estava valendo. A decisão de inconstitucionalidade, para começar a ter efeito, ainda deveria ser respaldada pelo Senado Federal, que estava em ‘recesso’ desde dezembro de 1968. Coube, então, ao Presidente Artur da Costa e Silva, por força do Art. 2º do AI-5, a decisão final sobre o caso.

Costa e Silva não assinou o decreto imediatamente, mas pediu ao consultor-geral da República Adroaldo Mesquita da Costa que estudasse o caso antes. Somente em agosto de

<sup>130</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. Normalistas não podem defender seu movimento. 24.03.69. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.

<sup>131</sup> Regimento das Escolas Normais. Acervo do IECD. Período do 1965 a 1982.

<sup>132</sup> CORREIO DA MANHÃ. Ingresso ao magistério primário pro normalistas dos dois sistemas. 27.07.69. p. 13. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 19.08.17.



1969, Costa e Silva aprovou o parecer do consultor, ficando o Ministério da Educação e Cultura o responsável por redigir a minuta do Decreto que liquidaria a questão para a posterior assinatura presidencial<sup>133</sup>.

Estava tudo pronto para por fim em uma norma que fora assinada pelo Imperador D. Pedro II em 1888 e já durava 81 anos. Mas, Costa e Silva adoeceu ainda em agosto de 1969 e se afastou da presidência no dia 31. Pedro Aleixo (ARENA), o vice-presidente, deveria assumir, mas os ministros da Marinha, do Exército e da Aeronáutica tomaram a presidência por meio do AI-12 (BRASIL, 1969 b), que se justificava no AI-5, formando uma junta militar que governou o país até 30 de outubro de 1969. Nesse ínterim, a Constituição Federal recebeu Emendas e, novamente, foram discutidas as adaptações que deveriam ser realizadas nas Constituições Estaduais, entre elas, a da Guanabara. Os jornais exploraram o caso como mais um capítulo de novela de grande audiência: “PROBLEMA DA NORMALISTA EMPOLGA A TODOS”<sup>134</sup>.

Contudo, mesmo com as tentativas de Ligia Lessa Bastos em manter restrito às Normalistas das Escolas Oficiais o acesso aos cargos públicos, qualquer emenda da nova Constituição da Guanabara que fosse aprovada, ainda assim estaria em contradição com a Constituição Federal que, desde 1967, preconizava o concurso público para cargos do magistério. Assim, sob pressão, a ALEG terminou por aprovar a Emenda Constitucional n.º 4, de 30 de outubro de 1969, cuja nova redação, em seu Artigo 76 reiterava a necessidade de concurso público para cargo efetivo na carreira pública (ESTADO DA GUANABARA, 1969).

A questão foi passada ao procurador-geral do Estado Sr. Lino de Sá Pereira, que se posicionou favoravelmente à realização de concurso de ampla concorrência para o preenchimento das vagas de professores na rede pública, mas, atribuiu a decisão final ao Governador do Estado da Guanabara. Então, em meio à nova agitação entre os grupos, o então Secretário de Educação Gonzaga da Gama, juntamente com o Governador Negrão de Lima, se pronunciaram dizendo que estavam estudando uma maneira de manter o acesso automático exclusivamente às estudantes das Escolas Normais do Estado<sup>135</sup>.

<sup>133</sup> CORREIO DA MANHÃ. Dispositivos da carta da GB são vetados pelo STF. 30.08.69. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.08.17.

<sup>134</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. PROBLEMA DE NORMALISTA EMPOLGA A TODOS. 23.11.96. p. 8. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 22.08.17.

<sup>135</sup> CORREIO DA MANHÃ. Impasse sobre professoras sobe à União. 06.11.69. p. 13. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

**BOMBA**

A notícia causou surpresa no meio educacional do Estado. Vários estudantes correram ontem à Secretaria de Educação para saber se realmente a nova Constituição possibilitará novamente às normalistas formadas pelas escolas oficiais o acesso automático aos estabelecimentos públicos. Segundo fontes da Secretaria de Educação, não há nada ainda decidido. O que existe, por enquanto, são suposições feitas à margem do Artigo 97, que afirma que “a primeira investidura em cargo público dependerá sempre do concurso público, a não ser nos casos em que a lei determina”<sup>136</sup>.

O concurso para as novas turmas das Escolas Normais do ano letivo de 1970 deveria ter sido divulgado em outubro de 1969, mas ainda em novembro, aguardava a definição do Governo do Estado. Por conta desse impasse, como podemos ver nos números do quadro de candidatos e vagas que montamos, o ano de 1969 apresentou baixíssima procura, comparado aos outros. Enquanto as reuniões entre as autoridades estavam sendo realizadas a portas fechadas, os jornais, como dissemos, continuaram explorando a tensão dos dois grupos com dramaticidade.

**DN FURA O BLOQUEIO DO SILÊNCIO E ANTECIPA**

Todas as Normalistas Farão Concurso para o Estado

Embora nada tenha sido divulgado oficialmente, o DN-Escolas pode afirmar, com absoluta segurança, em sensacional furo de reportagem, que todas as normalistas que se formam este ano, tanto as de escolas particulares como as da rede estadual, serão submetidas a um único concurso público, em igualdade de condições, para ingresso no magistério primário estadual<sup>137</sup>.

O pretendido furo de reportagem do Diário de Notícias se mostrou mais como uma intuição. O fato é que o ambiente político, econômico e social estava tão favorável ao grupo de estudantes das Escolas Particulares, que aquelas três Escolas Particulares que haviam reivindicado a Outorga de Mandato no ano de 1947 para instalarem em suas unidades o Curso Normal, em novembro de 1969, já haviam se tornado 72. Com a perspectiva do fim do acesso automático das Escolas Oficiais, a Seção de Ensino Normal Particular da Secretaria de Educação estava recebendo 20 pedidos por dia de estabelecimentos de ensino que desejavam abrir o Curso Normal em suas unidades. O

<sup>136</sup> JORNAL DO BRASIL. Estado vai definir se a normalistas oficial voltará a ter acesso livre. 23.10.69. p. 20. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

<sup>137</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. DN FURA O BLOQUEIO DO SILÊNCIO E ANTECIPA. 15.11.69. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

quantitativo de Escolas Normais Particulares estava para, no mínimo, dobrar até o final daquele ano<sup>138</sup>.

Antes que o Governador do Estado da Guanabara definisse a questão, o Senado Federal, que havia voltado de seu ‘recesso’ no dia 15 de outubro de 1969, se antecipou e publicou a Resolução n.º 29, de 25 de novembro, que “Suspende, por inconstitucionalidade, a execução da alínea “b” do art. 73 da Constituição do Estado da Guanabara, bem como partes dos artigos 7º e 90 da Lei nº 812, de 22 de junho de 1965, do mesmo Estado” (BRASIL, 1969 c).

Por outro lado, Negrão de Lima realizou um anúncio afirmando que as formandas de 1969 seriam contratadas *ex-officio* por todo o ano de 1970. Além disso, segundo o Governador, não seria realizado concurso para professores naquele ano, pois com as indecisões que tomaram parte do ano de 1969, não haveria tempo para realizar os preparativos do exame. A reação dos pais de candidatos das Escolas Particulares foi rápida:

A Associação de Pais e Mestres do Instituto Nossa Senhora Auxiliadora, do Rio, requereu ao Supremo Tribunal Federal que requirite ao Presidente da República a decretação de intervenção federal no Estado da Guanabara.

A intervenção federal seria para dar cumprimento a uma decisão do próprio Supremo Tribunal Federal, que julgando procedente a Representação 776, declarou a inconstitucionalidade do dispositivo da Constituição da Guanabara que reservava todas as vagas do magistério primário aos alunos formados pelos institutos oficiais do Estado.

#### DESCUMPRIMENTO REITERADO

A Associação argumentou que a decisão do Supremo Tribunal Federal vem sendo descumprida reiteradamente, e agora se prepara a nomeação de 1859 professores primários interinamente, para não dar oportunidade, através de concurso público, ao ingresso no magistério primário de normalistas formados por estabelecimentos particulares, reconhecidos e inspecionados pelo Estado<sup>139</sup>.

O caso foi mais uma vez enviado para a esfera Federal, até que o Consultor-geral da República, Romeo de Almeida Ramos, em 29 de dezembro de 1969, por meio do Parecer I-006, apontou a inconstitucionalidade dos dispositivos presentes na Constituição do

<sup>138</sup> JORNAL DO BRASIL. Escolas particulares querem ter cursos normais. 17.11.69. p. 34. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

<sup>139</sup> JORNAL DO BRASIL. Associação pede ao STF que requirite a intervenção federal da Guanabara. 29.11.69. p. 16. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

Estado e na Lei n.º 812, o sistema de ensino da Guanabara<sup>140</sup>. Depois de novamente aprovado pela presidência da República no dia 5, o parecer foi publicado no dia 6 de janeiro de 1970<sup>141</sup>.

Diante disso, o Governador do Estado da Guanabara se viu pressionado o suficiente para convocar, às pressas, um concurso para professores da rede pública estadual, mesmo que a preparação e a homologação de tal concurso tivesse que esperar por seis meses, como rezava a legislação. Assim, por meio do Decreto “E” 3.700, de 26 de janeiro de 1970<sup>142</sup>, foi anunciado que as formandas das Escolas Normais Públicas do ano de 1969, contratadas *ex-officio* permaneceriam nas escolas até o fim do ano de 1970, e que, por volta desse mesmo período seria realizado o primeiro concurso público para o provimento de professores primários do Estado.

Art. 1º – A Secretaria de Administração promoverá, através da Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara, no prazo de 30 dias, a abertura de concurso público para o provimento das vagas da classe de professor primário.

Art. 2º – A Secretaria de Educação e Cultura fica autorizada a contratar os professores formados pelas escolas normais oficiais do Estado, no ano de 1969, sob o regime da legislação trabalhista.

Parágrafo 1º – Os professores contratados na forma deste artigo serão inscritos <<ex-officio>> no concurso público a que se refere o artigo primeiro.

Paragrafo 2º – Os contratos em conformidade com o presente decreto serão celebrados por prazo determinado e considerados extintos no término do corrente ano letivo de 1970<sup>143</sup>.

Estavam terminadas oito décadas de um privilégio que caracterizou a formação de professores Normalistas do Rio de Janeiro. Para o concurso de admissão às Escolas Normais Oficiais daquele dos anos seguintes, o título da reportagem do jornal Diário de Notícias exprime bem o fim desse período e o pensamento dos adolescentes quanto a se

<sup>140</sup> Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/download/34059/32870>. Acessado dia 23.08.17.

<sup>141</sup> Disponível em: [https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2848875/pg-4-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-06-01-1970?ref=previous\\_button](https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2848875/pg-4-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-06-01-1970?ref=previous_button). Acessado dia 23.08.17.

<sup>142</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Professores primários são chamados a escolher escola. 21.02.70. p. 9. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

<sup>143</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Ensino Primário: Concurso. 28.01.70. p. 2. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

tornarem Normalistas. O dois primeiros colocados do ano, sequer fizeram suas matrículas: “Normal ‘já era’: nosso caso mesmo é a Escola Técnica”<sup>144</sup>.



Figura 83 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Normal “já era”: nosso caso mesmo é a Escola Técnica. 28.11.71. p. 8. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

### Os últimos passos: o fim da nomenclatura ‘Escola Normal’

Nesse mesmo ano de 1971 em que os primeiros colocados no concurso para as Escolas Normais passaram, mas optaram por não se matricularem em suas unidades (evento que seria impensável nas décadas anteriores), também foi outorgada a Lei n.º 5.692, em 11 de agosto, específica para o ensino de 1º e 2º Graus. Tal Lei reiterava que a ocupação de cargos públicos deveria ser realizada apenas por meio de concurso público em seu artigo 34, fato que desanimou algumas Normalistas Oficiais que ainda insistiam na justiça por uma vaga da rede estadual de ensino. O argumento desses estudantes era que ao serem aprovados no concurso para as Escolas Normais, assinavam um Termo de Compromisso em que teriam, frente a vaga oferecida na rede pública de ensino, realizar um estágio em sala de aula das escolas primárias estaduais durante dois anos. Contudo, o

<sup>144</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Normal “já era”: nosso caso mesmo é a Escola Técnica. 28.11.71. p. 8. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.



pedido do grupo não foi acolhido pelas autoridades e, mesmo acreditando que a lei não deveria retroagir para retirar o que consideravam direito adquirido, as Normalistas formadas a partir do ano de 1969 foram obrigadas a realizar concurso se quisessem seguir a carreira.

Assim, as formandas daquele ano, contratadas *ex-officio* pelo período de um ano, tentaram a todo custo suspender o primeiro concurso para professores primários e ter o acesso automático garantido, mas foi em vão. Nas imagens abaixo, vemos dois anúncios, um convocando as normalistas formandas de 1969 e dos anos anteriores a entrarem na justiça e o outro de uma Escola Normal particular fazendo propaganda de seu curso.



Figura 84 – DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Anúncios. 14.12.69. p. 5./ 31.01.70. p. 10. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

Também naquele ano, os jornais publicaram pela última vez a contagem de pontos das alunas das seis Escolas Normais Oficiais sob o título: “a melhor Normalista do Estado, em 1969”<sup>145</sup>. Com 25 anos, a aluna da ENJK, uma entre 10 irmãos, era a única que havia se formado e também a única a não estar casada. Contudo, apesar do esforço da jovem entre seus irmãos, estava consolidada a ideia de que haveria concurso daquela data em diante, ação que, como colocamos, foi ratificada pela nova Lei 5.692 de 1971. A primeira colocada entre as Escolas Normais, tanto quanto os milhares de colegas, tiveram que realizar o certame de ampla concorrência, que agora envolvia também mais de uma centena de escolas particulares.

<sup>145</sup> CORREIO DA MANHÃ. Luci é o 1º lugar entre as normalistas. 23-24.11.69. p. 14. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

O primeiro concurso para professores do Estado da Guanabara sofreu acusação de ser um “caça níqueis” quando decidiu aumentar o prazo de inscrição e ampliar a idade mínima de 25 anos para 32 anos, trazendo assim, candidatas formadas há muito mais tempo. No entanto, a medida era muito mais prática do que se pensava: houve menos candidatos do que o esperado<sup>146</sup>. Para além de amadurecer o perfil das candidatas ao concurso, posto que, com 32 anos a Normalista já não era mais uma jovem, mas sim uma mulher madura, muitas já com experiência na profissão, casada e com filhos, o certame também confirmou um argumento das alunas das Escolas Oficiais na campanha contra o fim de seu privilégio. Dos 2.179 candidatos aprovados, 1.570 haviam se formado nas Escolas Normais Públicas. E dentre os aprovados, a primeira colocada das Escolas Particulares havia ficado em septuagésimo sétimo lugar. Já a primeira colocada geral do concurso, aluna da ENCD e moradora de São João de Meriti, apesar de se dizer feliz com a aprovação, já avisava: “abandonará a profissão quando casar”<sup>147</sup>.

Embora a Lei 5.692/71, em nossa avaliação, também fomentasse a precarização da formação e da prática educacional, outro ponto que nos interessa nela é transformação das nomenclaturas de ensino primário, ginásial e médio. A Lei uniu o antigo curso Primário e Ginásial, formando o “1º Grau” de 8 anos seriados, além de transformar o ensino médio de 3 ou 4 anos em “2º Grau”. Nessa perspectiva, a formação de professores Normalistas, de nível médio, fora relacionada na Lei como uma formação de 2º Grau, de cunho profissionalizante.

É interessante sublinhar que a Lei 5.692/71 tem origens na instalação do Grupo de Trabalho instituído pelo Decreto n.º 66.600, de 20 de maio de 1970 (BRASIL, 1970). Apontamos o estabelecimento desse Grupo de Trabalho porque, ao considerarmos que o Estado da Guanabara foi realmente o último a manter o acesso automático das alunas das Escolas Normais Oficiais a Rede Estadual de Ensino e ao considerarmos o tempo da decisão final do STF (Resolução n.º 29, de 25 de novembro de 1969), além de considerarmos o estabelecimento do primeiro concurso para o magistério primário carioca, entre janeiro e fevereiro de 1970, mas realizado em 1971, eles ilustram o ambiente histórico que envolvia a correlação de forças políticas e interesses privatistas que influenciaram na constituição das leis entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970.

<sup>146</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. As normalistas e o concurso público. 09.06.70. p. 11. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

<sup>147</sup> JORNAL DO BRASIL. Norma oficial classifica maioria no exame da Espeg. 31.01 e 01.02.71. s/p. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

Sobre esse ambiente e sobre a Lei 5.692/71, autores como Miriam Jorge Warde (1986), Luiz Antônio Cunha e Moacyr Góes (1985), Leonor Tanuri (2000) e Demerval Saviani (1982) já realizam estudos aprofundados acerca do desenvolvimento do tecnicismo na educação. Em nosso trabalho, avistamos o crescimento dessa tendência desde o final dos anos 1950 e início dos anos 1960, sendo a Lei, no início dos anos 1970, em nossa avaliação, uma espécie de coroamento desse modelo de ensino no Brasil. Essa época, não por acaso, condiz com a extinção da nomenclatura Escolas Normais no Rio de Janeiro, expressão que remetia diretamente ao tradicional ensino humanístico. Assim, ao percebermos o tecnicismo como um processo que se iniciou quase uma década antes da Lei 5.692/71, entendemos, diferentemente dos autores citados, que a Lei é um evento importante de descaracterização da Escola Normal, mas não é o único.

Nos capítulos anteriores, descrevemos os símbolos, o prestígio e o privilégio, em variados momentos, com diferentes espaços e com a participação de diversos grupos sociais, que, embora dissemelhantes compunham as características identitárias das Normalistas. No final dos anos 1960, entretanto, o privilégio do acesso automático ao serviço público fora derrubado, os salários foram achatados, as condições de trabalho se deterioraram e o *status* social do professor, terminou por ruir completamente quando sua formação foi equiparada a habilitações de 2º grau de menor prestígio social. A filosofia do Curso, reconhecidamente fundamentada nas leituras clássicas, se enfraqueceu, como já tratamos anteriormente, ao escrevermos no item ‘A quebra da pedra fundamental: do humanismo ao tecnicismo’ (*cf.* Capítulo 5). Assim, conforme também descrevemos, a ideia de que a Lei 5.692/71 gerou, por si só, um processo de degeneração e extinção no Curso Normal não se confirma diante da investigação que realizamos.

Nesse estudo, abordamos também as mudanças de perfil identitário das Normalistas do Rio de Janeiro com a abertura de unidades no subúrbio, próximas as linhas férreas, das questões que envolveram a introdução velada do tecnicismo já no projeto de governo de JK, das tensões políticas que envolveram o estabelecimento da LDBEN/61, bem como a eleição de Carlos Lacerda para o Governo da Guanabara e sua posterior política de remuneração aos servidores públicos e do crescente desinteresse das classes médias nessa formação. E também falamos do achatamento salarial e da inflação, já na época que se iniciava do regime de exceção, assim como da batalha pela manutenção do privilégio do acesso automático ao serviço público estadual, acontecida no período mais duro da ditadura. Por todos esses fatores que precedem a Lei 5.692/71 e a posterior legislação

estadual da Guanabara de 1973, acreditamos que o estabelecimento dessas normas é o ponto alto de um pensamento político que já vinha sendo desenvolvido há mais de uma década. Por conta disso, escolhemos esse período entre 1971 e 1973, como marco final de nosso estudo, mesmo que tenhamos que superficialmente fazer alguns comentários sobre os anos seguintes.

Precisamos então retomar os estudos sobre a Lei 5.692/71 afirmando que os autores supracitados que a estudaram profundamente são uníssomos ao tratá-la como a norma que extingue as Escolas Normais. Essa afirmação procede. Porém, há algumas considerações que precisamos realizar antes de determinar isso. O artigo 53 da LDBEN de 1961 dizia que: “A formação de docentes para o ensino primário far-se-á: (...) b) em escola normal de grau colegial, de três séries anuais, no mínimo, em prosseguimento ao ~~vetado~~ grau ginásial”. Esse artigo, no tocante ao seu esclarecimento sobre a formação do professor primário, fora substituído pelo artigo 30 da Lei 5.692/71 que rezava que: “Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau”. Assim sendo, como é fácil perceber, na segunda sentença, a nova Lei não menciona a Escola Normal, mas também não diz que ela está extinta desde já, deixando para as normatizações estaduais a responsabilidade de desaparecer com a nomenclatura “Escolas Normais”.

Será em 28 de fevereiro de 1973, que as Escolas Normais da cidade do Rio de Janeiro deixarão oficialmente de existir, dentro de um contexto do novo Plano Estadual de Educação, levado a cabo no início de março daquele mesmo ano. A publicação do Decreto “E” n.º 6.071, na primeira semana de março, adequou a nomenclatura do sistema de ensino estadual à proposta da Lei Federal 5.692/71 e aproveitou para usar a estrutura das Escolas Normais, transformando-as em Centros Interescolares com diversas habilitações. O Decreto diz o seguinte:

TRANSFORMA estabelecimentos de ensino em Centros Interescolares e dá outras providências.

O Governador do Estado da Guanabara, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto nos artigos 3, alínea <<c>>, e 60, da Lei Federal n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, e

CONSIDERANDO a necessidade de se iniciar a formação de uma rede de Centros Interescolares no Estado da Guanabara,

DECRETA:

Art. 1º – Passam a Centros Interescolares, subordinados ao departamento de Ensino de 2º Grau – EE 2, da Secretaria de Educação, os seguintes estabelecimentos de ensino: (...)

5 – Escola Normal Carmela Dutra

6 – Escola Normal Ignácio Azevedo do Amaral

7 – Escola Normal Heitor Lira.

Art. 2º As habilitações de 2º grau ficam atribuídas aos Centros Interescolares por áreas de profissionalização: (...)

III – ÁREA DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Centro Interescolar Carmela Dutra

Centro Interescolar Ignácio Azevedo do Amaral

Centro Interescolar Heitor Lira (GUANABARA, 1973).

Essas três unidades ficaram responsáveis por variadas habilitações que seriam realizadas em nível de 2º Grau. E, nesse mesmo Decreto, podemos ler a perspectiva de adequação do Governo do Estado para os cursos a serem realizados nos novos “Centros Interescolares”:

Art. 5º – Na rede oficial do Estado, os Centros Interescolares serão, em princípio, os órgãos que ministrarão cursos de habilitações a nível de 2º grau.

§ 1º – Entende-se por habilitação a nível de 2º grau aquela que, no currículo, decorra de predominância da parte de formação especial sobre a de educação geral.

§ 2º – As demais unidades de 2º grau da rede oficial oferecerão, ao lado da educação geral, modalidades de habilitação, de preferência não ministradas nos Centros Interescolares (GUANABARA, 1973).

No geral, as habilitações de nível de 2º Grau correspondiam ao número de cerca de 130, segundo o Parecer do Conselho Federal de Educação, nº. 45/72<sup>148</sup>. A formação de professores para atuar no primário tornava-se mais uma no programa do governo dentre outras muitas habilitações como Auxiliar de Adubação, Classificador de Produtos Vegetais, Cadastrador de Agrimensura, Auxiliar Sanitarista, Auxiliar de Laboratório Têxtil em Fibras e Tecidos, Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Contabilidade, Promotor de Vendas, e muitas outras que, na época, tinham menor expressão social.

Nos Centros Interescolares Carmela Dutra, Heitor Lira e Ignácio Azevedo do Amaral, por exemplo, poderiam ser encontradas as especializações de tradutor, intérprete,

<sup>148</sup> Disponível em: [siaue.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/parcfe45\\_72.doc](http://siaue.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/parcfe45_72.doc). Acessado dia 29.08.17.



desenho publicitário, técnico de decoração, redator auxiliar, técnico de turismo e técnico de publicidade, além, claro, de habilitação específica para o magistério primário<sup>149</sup>.

A criação desses Centros Interescolares foi considerada de fácil instalação, devido a pouca necessidade de materiais técnicos em comparação a cursos como os de mecânica e eletricidade, que por sua vez, necessitavam de compras de recursos pedagógicos muitas vezes a serem importados. Embora, em ambos os casos a ideia dos Centros Interescolares, viessem ao encontro da política Federal de cunho tecnicista, no tocante às Escolas Normais, unidades de ensino com conteúdo historicamente humanístico, não houve uma imediata sobreposição do modelo de prevalência da técnica. Isso porque, além da evidência de que os Centros Escolares deveriam manter múltiplas habilitações, o programa não recebeu em um primeiro momento grande aporte financeiro do Governo Federal, que desde a CF/67 havia desvinculado as receitas da União aos investimentos a serem realizados em educação. O que ocorreu, de fato, foi a constatação dos governos estaduais de que os Centros Interescolares eram uma ‘boa notícia do governo’, mas que vinham sem estrutura financeira para se sustentarem. O melhor exemplo disso pode ser dado quanto a sua implementação, entre 1971 e 1973, sem a promoção pública do que seria a sua “filosofia”.

O Ministro Jarbas Passarinho prorrogou por sessenta dias, a partir de seis de fevereiro último prazo concedido a Comissão encarregada de elaborar o documento básico que definirá a filosofia do Centro Interescolar de Segundo Grau, compreendendo sua estrutura e seus meios operacionais. A medida visa possibilitar a implementação dos projetos específicos, relativos a esse tipo de estabelecimento e ensino, conforme os termos do segundo acordo MEC/USAID<sup>150</sup>.

Jarbas Passarinho referia-se à outra parte dos cursos e habilitação de 2º Grau que receberam maior aporte financeiro e técnico por meio do acordo MEC-Contap (Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso) e da *United States of Agency for International Development* (USAID), assinado ainda em 31 de março de 1965, que dizia respeito às promessas de desenvolvimento do ensino técnico no país (ALVES, 1968). Esse acordo também foi reiterado e ampliado nos convênios assinados em 30 de dezembro de 1966 (MEC-INEP-Contap-USAID), que visavam entrosamento entre o ensino primário,

<sup>149</sup> JORNAL DO BRASIL. Colégios de 2º Grau tem este ano 36.477 alunos. 04.03.73. p. 13. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 23.08.17.

<sup>150</sup> O FLUMINENSE. Prorrogação. 26.02.73. p. 12. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 31.08.17.

médio e superior, e em 17 de janeiro de 1968, que buscavam complementar a cooperação para o desenvolvimento do ensino médio (CUNHA; GÓES, 1985). O Planejamento do Ensino Secundário e Serviços Consultivos visava a assegurar a assistência técnica estadunidense no Brasil, além treinar técnicos brasileiros nos Estados Unidos e trazê-los para que aplicassem seus conhecimentos no sistema nacional de ensino.

No tocante às habilitações para o 2º Grau, vale ressaltar que a intenção do Governo Federal era diminuir a pressão da quantidade de alunos sobre as universidades dando ao antigo ensino médio um caráter de finalidade na formação profissional do seu estudante. Para esse sistema funcionar, o governo brasileiro fez entre os anos 1960 e 1970 exatamente o que o empresariado da educação já queria desde o final dos anos 1950: diminuiu sua atuação na área e ao mesmo tempo fomentou a participação da iniciativa privada por meio de facilidades econômicas.

A Guanabara poderá contar nos próximos quatro anos em recursos extras de 8 milhões e 400 mil dólares (cerca de Cr\$ 58 milhões e 800 mil) para desenvolver o Plano Estadual de Educação, de acordo com o convênio MEC-USAUD a ser assinado na próxima semana pelo Governo Chagas Freitas. (...) Definida pela chefe de gabinete do Secretário de Educação, professora Maria Teresa Sombra, como “a maior conquista política do Governo carioca”, a inclusão da Guanabara no convênio MEC-USAID permitirá a execução dos sete programas do Plano Estadual de Educação sem sobrecarregar o orçamento anual da Secretaria<sup>151</sup>.

O evento que melhor ilustra o caminho tortuoso que os investimentos estavam tomando, como escreveu Luiz Antônio Cunha (1985), foi que em 1976, a USAID preparava-se para cessar a ajuda financeira a projetos educacionais no Brasil. Para isso, além de alegar que o crescimento econômico do país agora deveria bancar os custos do sistema nacional, também apontava que a política educacional do governo brasileiro não visava à democratização das oportunidades educacionais. Constava que o governo civil-militar estava aumentando a seletividade da escola, diminuindo investimentos com recursos próprios e usando recursos externos para financiar a atuação das instituições particulares.

<sup>151</sup> JORNAL DO BRASIL. Plano Estadual de Educação receberá Cr\$ 58 milhões do Convênio MEC-USAID. 02.07.74. p. 11. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

1% do total de recursos alocados no 1º Grau, 40% do total de gastos com o 2º Grau [onde estavam as dezenas de Escolas Normais Particulares que abriram no Estado da Guanabara nesse período de fim do acesso automático Ginásial/ Normal e Normal/Rede pública de ensino] e 39% com o superior estariam sendo transferidos para estabelecimentos particulares (CUNHA; GÓES, 1985).

Assim, as Escolas Normais oficiais estacionavam em investimentos e crescimento de sua rede, algo facilmente verificável quando percebemos que até os anos 1980<sup>152</sup>, não foram inauguradas outras unidades desse modelo na Guanabara, enquanto que a quantidade de Colégios particulares que instalaram Cursos Normais em seus estabelecimentos cresceu enormemente, como já assinalamos.

Em tempo, também cabe ressaltar que o modelo de “Centros Interescolares” para as habilitações de 2º Grau das escolas públicas em muito se aproximava do modelo de “Unidades Integradas” já usado no Estado da Guanabara para os Ginásiais Orientados para o Trabalho, conforme descrevemos em tópicos anteriores, por meio do Decreto n.º 798, de fevereiro de 1967<sup>153</sup>. Não por acaso representantes do Estado se gabavam de estar na vanguarda quanto à instalação dos Centros Interescolares, enquanto o Secretário de Educação, professor Celso Kelly afirmava que, sob o ponto de vista social, a Reforma do Ensino ensejada pela Lei n.º 5.692/71 havia atendido a “inquietação espiritual” dos jovens que tiveram suas vidas alteradas pelo “excesso dos meios de comunicação”. Para Kelly,

(...) está-se a ver o sentido formativo da Reforma ao lado de suas preocupações de transmissão de conhecimento, ou seja, ao lado de sua missão erudita. Justamente a complexidade e a variedade do educando reclamam a ênfase formativa que foi dada pela Lei 5.692. (...) a Lei estabelece em caráter obrigatório a educação Moral e Cívica, artística e Física, a implantação de hábitos de saúde e ainda, o ensino religioso<sup>154</sup>.

Dentro desse contexto de transformações na nomenclatura das Escolas Normais, em março de 1973, as outras três unidades também serão atingidas de alguma forma. O Instituto de Educação, que apenas usou o nome de “Escola Normal” na época em que era ENDF (até 1932), continuou com a nomenclatura de “Instituto”, formando professores que

<sup>152</sup> Nos anos 1980, no Colégio Estadual Professor José Accioli, em Marechal Hermes, subúrbio do Rio de Janeiro, também começou a funcionar a habilitação para o magistério em nível de 2º Grau.

<sup>153</sup> O CRUZEIRO. A Educação Total. 22.12.70. p. 120-121. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 02.08.17.

<sup>154</sup> DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Primeiro Centro de Habilitação é da GB. 20.08.73. p.1 – 4. Disponível em <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 31.08.17.

atuariam nos primeiros anos do novo 1º Grau. Contudo, para essa instituição, foi montado sob sua estrutura um Curso de Formação de Professores para o Ensino Normal (CFPEN), homologado pelo Parecer CEE-RJ Nº 1.296/1972 (Ver RODRIGUES, 2017), bem como também foram implementados os chamados Estudos Adicionais (TONÁCIO, 2011), que visavam ampliar o âmbito de atuação dos professores e que funcionavam como uma espécie de cursos pós-médios, visando dirimir a pressão das massas por uma formação superior. Ambos os cursos, por fim, destinavam-se também a atender o crescente número de Escolas Particulares que precisavam de cada vez mais professores para atuar nas suas unidades de Habilitação Específica para o Magistério. Dessa maneira, como descrevemos, o Instituto de Educação, por meio do CFPEN, atuou nos anos seguintes a 1973 ofertando profissionais formados sob o seu ilustre nome as escolas normais públicas e privadas.

Já a Escola Normal Sarah Kubitschek tornou-se ‘Colégio Estadual’ também em março de 1973, com a implantação do Plano Estadual de Educação, que adequava o sistema educacional da Guanabara à Lei n.º 5.692/71. O novo Colégio Estadual Sarah Kubitschek, ainda formador de professores em Habilitação Específica para o Magistério do 1º Grau (HEM), foi incorporado pelo Instituto de Educação de Campo Grande em 1974, onde passaram a funcionar também a Escola Professora Deolinda Caldeira e o Jardim de Infância Professor Walemar Marques Pires e o Ginásio de Esportes Professor Helton Veloso. Conforme descrevemos, apenas mais tarde, a partir do ano de 1978, o IECG passou a responder pelo nome de “Sarah Kubitscheck”, tornando-se o IESK. E semelhante à ENSK, a Júlia Kubitschek, antes mesmo de ser instalada definitivamente, como já escrevemos, também foi transformada em Colégio Estadual Júlia Kubitschek também em março de 1973 (FARIA; BRAGA, 2016), dentro do contexto de implantação do Plano Estadual de Educação, mantendo como curso profissionalizante a Habilitação Específica para o Magistério.

Nessa perspectiva de enfraquecimento das Escolas Públicas e fortalecimento das Privadas, em concordância com o que também apontou Tanuri (2000), também não podemos atribuir o crescimento das Escolas Particulares à Lei 5.692/71, pois como nós escrevemos, mesmo antes dessa data, muito impulsionada pela quebra do privilégio no Estado da Guanabara, os Colégios solicitavam, de forma recorrente, a autorização do governo para instalar o Curso Normal em suas unidades. Assim, da mesma maneira que apontou Miriam Warde (1986), acreditamos que tal crescimento ajudou a desfazer a imagem de bom ensino das Escolas Normais, posto que as novas Escolas privadas,

surgidas aos montes e com inspiração mercantil, passaram, literalmente, a “vender diplomas” em cursos de final de semana.

A despeito do processo de descaracterização do Curso Normal, que, como apontamos, se desenvolveu antes mesmo da Lei 5.692/71, o termo ‘Escola Normal’ desapareceu no Rio de Janeiro oficialmente apenas em 1973. Porém, é importante ressaltar, que mesmo diante desse processo de descaracterização do Curso Normal entre os anos 1960 e 1970, o orgulhoso uso desse nome nas entradas das unidades ainda é lembrado pelas famílias cariocas que guardam nas suas memórias as saudades e as esperanças de voltarem a presenciar um ensino público de boa qualidade, mesmo que isso represente, em algum nível, restrições ao seu acesso. De fato, embora a nomenclatura ‘Escola Normal’ oficialmente tenha deixado de existir na rede Estadual de ensino, atualmente, apenas a fachada do Instituto de Educação Carmela Dutra ainda mantém uma grande placa de metal suja e desbotada, onde se pode ler: “Uma Escola Normal em defesa da Educação Brasileira”.



## CONCLUSÃO

---

### **As Normalistas do Rio de Janeiro – Um novo olhar atravessa o amanhã**

Ao decidir pelo recorte temporal que perpassa os últimos anos da década de 1920 e os primeiros anos da década de 1970, buscamos aprofundar nossos conhecimentos sobre três importantes fases da história do Curso Normal e das Normalistas na cidade do Rio de Janeiro. Tencionávamos compreender as falas e as memórias dos professores mais experientes que lecionam nas unidades mais tradicionais da cidade sobre o passado dessas Escolas Normais e o perfil identitário de suas antigas alunas.

Enquanto os docentes relatavam um passado idílico frente ao presente retratado como funesto, nossas indagações iniciais partiram de evidências mais concretas: uma farta observação de que as estruturas das unidades estão em estado de conservação precário, bem como há falta de recursos humanos em sala de aula, na administração e na manutenção das escolas. Partindo deste ponto para as investigações, logo no princípio, nos deparamos com o enfraquecimento dessas instituições, pois verificamos a diminuição do prestígio e o esquecimento dos símbolos das “Escolas Normais”, pontos que sustentavam a instituição Escola Normal e construção identitária das Normalistas do Rio de Janeiro.

Nesse processo de estudo tivemos contato com a pouca produção acadêmica sobre as Escolas Normais no Rio de Janeiro. Evidentemente, encontramos trabalhos sobre o Instituto de Educação, mas, ao pesquisarmos sobre cinco outras unidades, a ENCD, a ENSK, a ENHL, a ENIAA e ENJK, verificamos o quanto esse ainda é um campo de pesquisa aberto a novas investigações. Acreditamos que, por conta dessa carência de estudos, a cristalização da imagem das Escolas Normais e das Normalistas – identificada principalmente com os anos 1950 – e realizada pela mídia nos dias atuais, tenha sido tão bem aceita, atingindo até trabalhos acadêmicos. Consequentemente, tentando desviar de algumas perspectivas idealizadas e tentando escovar a história a contrapelo, buscamos jogar luz sobre as seis Escolas Normais indistintamente, algo que até o presente momento, não tinha sido feito por estudos acadêmicos.

Partimos, portanto, de uma curiosidade que alimentou nosso trabalho como pesquisador e causou o devido incômodo que nos moveu como professor, ambos servindo ao bem maior de reconhecer a realidade em que estamos vivendo. Com base nesse interesse introdutório, começamos a pensar a nossa hipótese, que deveria relacionar as instituições e as pessoas por elas transformadas: as Escolas Normais e as Normalistas. A partir daí formulamos uma grande questão que envolveu as tensões políticas, a integração de regiões suburbanas, a massificação da educação, o surgimento de novas Escolas Normais, as disputas pelos signos de prestígio, as vantagens e os privilégios de ser Normalista no Rio de Janeiro. Assim, ao longo de três Partes, divididas no total de seis Capítulos, desenvolvemos argumentos que buscaram provar nossa hipótese de que *A identidade das Normalistas do Rio de Janeiro não pode ser considerada uma construção oriunda apenas dos “anos dourados”, conforme apontam as formulações cristalizadas, mas, por outro lado, o resultado de um processo de tensões e mudanças na cultura política regional em um contexto de massificação da educação, de criação de novas Escolas Normais, de integração de áreas do subúrbio ao centro urbanizado da Cidade e de transições no que diz respeito aos privilégios e ao status social do professor primário entre os anos 1920 e 1970.*

Para isso, tratamos de tal identidade conformada nas instituições em diferentes momentos: a) do final dos anos 1920 a meados da década de 1950, quando ser normalista era privilégio de um pequeno grupo de pessoas favorecidas, tornando-se uma questão de status social; b) entre meados dos anos 1950 até 1961, com a expansão das unidades de ensino normal, o sonho das classes médias cariocas começou a se tornar realidade, ao mesmo tempo em que a estrutura física das instituições começou a se deteriorar; c) entre 1962 e 1973, quando os atrativos da profissão começaram a ser extintos e o Curso deixou de ser interessante para os estratos sociais mais favorecidos, embora ainda significasse um signo de ascensão social para classes mais pobres, permanecendo até os dias atuais como uma referência de ensino e garantia de formação profissional ao nível da educação básica.

Também exploramos as tramas políticas que envolveram as esferas federal, estadual e municipal constituindo a cultura política de uma cidade que havia sido Capital do país, bem como o sentimento que os cariocas experimentaram de abandono após a mudança para Brasília. Desvendamos a trama política que cercou a criação de mais unidades Normais, observamos a mudança da democracia para a ditadura e os seus efeitos na cultura política do país e na educação do Estado da Guanabara, por meio da atuação de

personagens da política nacional e local, além das relações do setor público com o setor privado. E ainda, estudamos os interesses dos donos de estabelecimentos particulares, sua atuação, a proximidade com os políticos, com a mídia e a sua relação com as famílias das estudantes que ansiavam por mais educação em um contexto de crescimento populacional e de transformações da cidade do Rio de Janeiro.

Além disso, aliamos a nossa hipótese uma série de questões que serviram para nortear e, ao mesmo tempo, delimitar nossa pesquisa. Procuramos *estudar como se deu a construção da imagem da normalista até a primeira metade do século XX e problematizar a ideia dos chamados “anos dourados”*, realizando, para isso, uma pesquisa que buscava conhecer as origens do Curso Normal e as influências no Brasil na tentativa de entender o porquê da ideia de messianismo estar tão arraigada ao ofício docente. Nessa perspectiva, articulamos as relações entre as expressões profeta, professora, professorinha, Normalista, bem como estudamos as interpretações populares por meio de música e outras representações feitas sobre as estudantes das Escolas Normais. Tratamos das origens das vantagens sociais que, segundo Ruy Barbosa, deveriam cercar o professor e, portanto, tornar a profissão atraente. Problematicamos a cristalização de que houve ‘anos dourados’ na educação, especialmente na formação de professores, abordando as adversidades do curso, as resistências, as oposições e as disputas entre diversos grupos que buscavam impor seus interesses quanto ao Curso Normal, às Escolas Normais e às Normalistas.

Intentamos também *compreender como esse modelo de formação de professores de nível médio se desenvolveu entre os anos 1930 e 1950, conhecendo os seus signos de prestígio, seus benefícios, os interesses dos grupos envolvidos, bem como a construção da imagem da Normalista*. Para isso, produzimos entrevistas com pessoas que viveram os anos 1940 e 1950 nas Escolas Normais, levantamos a história dos símbolos, dos logotipos e de outras características das Escolas Normais que se tornaram padrão das estudantes no período. Conhecemos a estrutura das unidades e o perfil das jovens que as frequentavam, da mesma maneira que exploramos as tensões que envolveram a quebra da exclusividade de ensino em apenas uma Escola. Seguindo esse caminho, estudamos a perspectiva de zoneamento da cidade carioca, considerando o uso desvirtuado do conceito de subúrbio, o crescimento populacional e importância do principal meio viário dessa região: o trem.

No desenvolvimento dessas questões e aprofundamento dos estudos, percebemos a necessidade do estabelecimento de novos parâmetros divisórios para o estudo do Curso

Normal no Rio de Janeiro. Sob a ideia de que a história da educação é uma especialização do grande campo de estudos da história, torna-se evidente que seus marcos são igualmente específicos, o que nos levou a usar a ideia de ‘arco temporal’ para estabelecer de forma *sui generis* três grandes fases do Curso Normal no século XX, a saber: o primeiro período, descrito na Parte I, em que as reformas educacionais e a decisão de se construir um prédio-monumento, em 1928, buscavam resumir em si os pressupostos escolanovistas desenvolvidos mais fortemente até o ano limite de 1955. São argumentos desenvolvidos nesse trabalho que sustentam essa periodização: o cercamento da profissão docente de vantagens e de prestígios a fim de tornar a profissão atraente, as disputas referentes a quebra da exclusividade de formação de Normalistas nos anos 1940 e a consolidação da representação da Normalista como modelo de ser e estar no mundo moderno tanto para a crescente massa de crianças em escolarização quanto para as jovens da sociedade brasileira.

O segundo período, descrito na Parte II, tem início com o lançamento do Plano de Metas em 1956, que tinha embutida e dissimulada a semente do que veio se tornar o modelo tecnicista de ensino, além do estabelecimento, posterior, da meta-síntese de construção de uma nova capital para o país e todos os seus efeitos sobre a população carioca até o estabelecimento da LDBEN de dezembro de 1961. Vale lembrar que todos esses fatos desenvolveram-se em uma ambientação francamente liberal da política nacional, com maiores efeitos no Distrito Federal, então, cidade do Rio de Janeiro. Esse período, em síntese, representou uma fase de transmutação para a educação brasileira e, mais especificamente, para as Escolas Normais Oficiais, que triplicou em número de unidades nesses anos. Argumentamos que tal ambientação possibilitou o estabelecimento de brechas nas leis que viriam transformar a educação nas décadas seguintes. Evidentemente, a fim de não nos perdermos, estabelecemos questões que nortearam nossos estudos dentro desse período: *reconhecer o contexto da atuação de políticos locais no avanço da rede de Escolas Normais na virada da década de 1950 para 1960 em direção ao subúrbio*, bem como *estudar as transformações da cultura política nacional entre os anos 1950 e 1960 e os efeitos nas Escolas Normais por meio das tensões sociais e da legislação promulgada*.

Tivemos, portanto, que nos aprofundar na história da Cidade-capital que se tornou Estado, sem nunca perder as vantagens da proximidade com as decisões políticas federais, que ora propunham intervenções em assuntos locais, ora evidenciavam regalias oriundas de

passado de grande concentração de poder. Dentro desse contexto, pesquisamos exaustivamente a atuação dos jornais e revistas nos interesses de expansão do ensino para o sertão carioca, bem como a instalação de unidades em possíveis pontos do seu interesse. Conhecemos as lideranças nacionais e locais, como eles lidavam com os anseios populares por mais educação e mobilidade social através dos meios de comunicação, fazendo com que seus governos, gestões, atuações ou doutrinas se tornassem políticas para as massas. Conhecemos quais líderes influenciaram na legislação educacional e os seus efeitos sobre as Escolas Normais e as Normalistas do Estado da Guanabara.

Por fim, a terceira grande fase, descrita na Parte III deste estudo, teve como princípio o ano de 1962, a nova legislação nacional educacional posta em prática, as novas leis que envolveram o funcionalismo público estadual da Guanabara, o estabelecimento do Conselho Estadual de Educação do Estado e a transição do ambiente francamente liberal amainado pela democracia, mas que, a partir de 1964, funcionava guardado por um regime ditatorial. Esse contexto evoluiu e culminou na legislação educacional de 1971, que em nível federal desconstruiu em essência o Curso Normal em favor de um ensino agora abertamente tecnicista, além da reforma e da legislação estadual na Guanabara de 1973 que extinguiu a nomenclatura ‘Escola Normal’. Sustentamos a definição desse período específico com os estudos sobre o arrocho salarial que atingiu fortemente os docentes da Guanabara e plano de carreira diferenciado com relação ao restante do funcionalismo estadual. Também focalizamos o jogo político que refletia o interesse de diferentes grupos em acabar com os privilégios das alunas das Escolas Normais oficiais, embora o sonho de se tornar Normalista continuasse a ser considerado um caminho de ascensão social, principalmente nos subúrbios do Rio de Janeiro.

Assim, por conta desses marcos internos utilizados, acreditamos ser essa nova periodização não apenas válida, mas também mais eficaz para o estudo do Curso Normal e das Escolas Normais enquanto instituições, como também do estudo do perfil identitário das Normalistas do Rio de Janeiro.

Aliás, depois, de 1973, as Escolas Normais e as Normalistas do Rio de Janeiro pareciam dar seus últimos passos no que dizia respeito à aura que havia se formado em torno delas desde os anos 1930. Mas, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei n.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996), o Ensino Normal voltou novamente a ser discutido. Desta vez, contudo, apenas para ressaltar que a preferência pela formação



profissional do docente das séries iniciais do ensino fundamental deveria ser obtida em nível superior. Surgiu daí a ideia de implementar o Curso Normal Superior com vistas a atender o ideário de uma formação superior para o professor primário. A ideia foi executada no IE, que passou a se chamar Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), em 1998. Mas a iniciativa não foi muito longe, uma vez que o ISERJ, seguindo parecer do Conselho Estadual de Educação (Parecer n.º 010/2009), mudou o Curso Normal Superior para a formação em Pedagogia.

O IESK, em Campo Grande, ainda mantém o seu nome nos dias atuais, enquanto as unidades da Zona Sul, da Penha e do Centro, tornaram-se depois da fusão da Guanabara com o Estado do Rio de Janeiro, respectivamente, Colégio Estadual Ignácio Azevedo do Amaral, Colégio Estadual Heitor Lira, Colégio Estadual Júlia Kubitschek. A ENCD foi transformada em Instituto de Educação Carmela Dutra em 2004 (Decreto n.º 36.820, 29 de dezembro de 2004), enquanto as demais unidades permaneceram com o mesmo nome, todas, oferecendo uma formação profissional de Nível Médio, embora a expressão “Escola Normal” houvesse, definitivamente, sumido da nomenclatura de suas unidades nas fachadas dos seus prédios. Mesmo sob essas condições, nos anos 1980, ainda foram instalados em outras unidades o Curso Normal, como aconteceu no Colégio Estadual Professor José Accioli (originalmente fundado nos anos 1950), que funciona no bairro suburbano de Marechal Hermes. Portanto, o Curso Normal continuou subsistindo após as leis de 1971 e 1973, ainda que a fachada de suas unidades não mais ostentasse a inscrição ‘Escola Normal’ e que sua filosofia tenha sido atingida fortemente em sua essência humanística.

Dessa maneira, ainda que a LDBEN de 20 de dezembro de 1996 marcasse a data limite de 2006 para que todos os professores primários tivessem formação superior, tal instrumento legal se mostrou inexecutável. Como herança dos anos 1960 e 1970, a profissão docente havia se tornado tão pouco atrativa social e economicamente que, em parecer sobre uma proposta de Emenda à Lei que ampliava o prazo para as Normalistas buscarem a formação superior, a Senadora Fátima Cleide (PT) afirmou:

Em primeiro lugar, pela ruptura de uma longa tradição no País, representada pelo curso Normal de nível médio, responsável desde 1834 pela habilitação pedagógica e legal das antes chamadas “professoras primárias” e mais recentemente dedicado ao momento inicial do itinerário formativo não somente delas como da maioria dos docentes de toda a educação básica. Não me parece – e foi também a opinião majoritária dos

que participaram da Conferência Nacional de Educação (CONAE) – que a sociedade brasileira esteja em condições de prescindir do Curso Normal para formação inicial dos professores, uma vez que é na idade da oferta do nível médio (de quinze anos em diante) que a maioria dos que são sensíveis ao trabalho docente junto a crianças está disponível para estudar e ser supervisionada em práticas pedagógicas nas escolas públicas (...)<sup>155</sup>.

Com isso, a exigência de formação superior foi postergada por mais cinco anos. Porém, diante da evidência de que sem as Normalistas os sistemas estaduais e municipais entrariam em colapso por falta de professoras primárias, a nova redação do artigo 62 da LDBEN/96, feita pela Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013, voltou a ressaltar a formação mínima em nível Normal para os professores das primeiras cinco séries do ensino fundamental. O mesmo foi feito para a nova redação do artigo pela Lei n.º 13.415 de 16 de fevereiro de 2017, mesmo diante da proposta do Plano Nacional de Educação (2014 – 2024), que apontou um novo prazo para formação superior de todos os professores: o ano de 2020. Contudo, é importante ressaltar que a profissão de professor segue desvalorizada econômica e socialmente.

Conforme apresentamos, os marcos legais que contribuíram para o fim da Escola Normal foram a Lei Federal n.º 5.692 de 1971, o Decreto Estadual “E” n.º 6.071 de 1973 e a implantação do Plano Estadual de Educação da Guanabara, mesmo que o Curso Normal, ainda nos dias atuais, continue subsistindo em uma condição de precariedade. Ou seja, com tudo isso, a força da história do Curso Normal ainda hoje pode ser sentida, pois as estudantes continuam se identificando como Normalistas, embora, as suas unidades não atendam mais pelo nome de Escola Normal.

O início dos anos 1970, entre 1971 e 1973, portanto, para nós, marca o ponto alto dos ‘anos de chumbo’ das Normalistas. Porém, apesar das grandes dificuldades, esse período iniciado em 1962 também foi marcado pelo tombamento e/ou conquista das sedes definitivas de cada uma das unidades. Dessa maneira, nem os ‘anos dourados’ reluziram tanto quanto querem refletir os pensamentos cristalizados sobre esse tema, nem os ‘anos de chumbo’ foram tão opacos para as seis tradicionais Escolas Normais. Como pudemos perceber, as transformações na identidade das Normalistas seguiram essa mesma trajetória, desde a época em que o Curso mais parecia um clube restrito a determinados grupos sociais, até a quebra de sua exclusividade na construção da segunda unidade na zona

<sup>155</sup> Parecer da Senadora Fátima Cleide. Comissão de Educação, Cultura e Esporte, sobre o Projeto de Lei da Câmara n.º 280, de 2009. Acervo da CEHL.

fronteira à região rural. Depois, com a instalação do grande complexo de prédios no que era considerado *sertão carioca*, que, mais tarde, viria a se chamar também de Instituto de Educação de Campo Grande, além das unidades da Penha e do Centro da Cidade que vieram a atender o crescente contingente populacional em busca dos bancos escolares públicos. E a unidade da Zona Sul, reservada de maneira geográfica e viária, mas, em verdade, aberta à frequência de jovens de todas as regiões da cidade.

Ao fim dessa pesquisa, retomamos a ideia com a qual iniciamos nosso trabalho. Por acaso ou não, nesses mesmos anos 1970, foram criadas as primeiras pedras sintéticas que imitavam o diamante, uma das importantes partes que compunham o anel de formatura das Normalistas. A Zircônia Cúbica, como ficou conhecida a pedra, pode ser produzida com o preço final muitíssimo inferior ao de um diamante com o mesmo quilate, embora a qualidade não seja, nunca, a mesma. Esses anos posteriores que definimos como limite desse estudo, tempos processuais de extinção da nomenclatura e da memória da Escola Normal, também foram os tempos em que a Estrela que simbolizava a luz do conhecimento desapareceu sobre a pedra ônix que representava as trevas da ignorância. Assim, os ‘anos sem a estrela’ ou os ‘anos de ônix’ representariam uma outra ‘era’ que valeria a pena ser investigada com o mesmo afinco com o qual pensamos ter realizado o presente estudo. Talvez esse seja o próximo desafio a ser enfrentado em outro momento de nossa carreira.

E para finalizar, acreditamos, por meio desse estudo, ter contribuído para o campo de pesquisas de história da educação, além de acreditarmos estar oferecendo aos colegas de magistério maior conhecimento sobre as unidades em que trabalham, para que no futuro possamos reivindicar mais atenção ao nosso ofício e a essa histórica modalidade de ensino que ainda forma professores para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental.

Em tempo: quando reexaminamos nossa hipótese, acreditamos também ter comprovado que não existe “a identidade”, mas, “as identidades”, sendo que os discentes das seis tradicionais Escolas Normais, rapazes ou moças, principiantes ou veteranas, abastadas ou pobres, moradoras da Zona Sul ou dos bairros suburbanos, todas elas foram – e continuam sendo – *As Normalistas do Rio de Janeiro*.

## **REFERÊNCIAS**

### **Bibliográficas**

- ABBAGNANO, Nicola. (2007). *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Ed. Martins Fontes.
- ABDALA, Rachel. (2003). *A fotografia além da ilustração: Malta e Nicolas construindo imagens da reforma educacional no Distrito Federal (1927-1930)*. São Paulo: [Dissertação de Mestrado], FEUSP.
- ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. (2009). *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Editora Paz e Terra.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. (2000). *O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim*. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks.
- ALMEIDA, Ana Luiza. (2009). *O pedagogo especialista em educação: origem e extinção na política educacional brasileira*. São Cristóvão: [Dissertação Mestrado], Universidade Federal de Sergipe.
- ALMEIDA, Jane Soares. (2009). Índícios do sistema coeducativo na formação de professores pelas escolas normais durante o regime republicano em São Paulo (1890/1930). *Educar*, Editora UFPR, Curitiba, n. 35, p. 139-152.
- ALVES, Márcio Moreira. (1968). *Beabá dos MEC-USAID*. Rio de Janeiro: Edições Gernasa.
- AREAS, Daiana. (2012). Imprensa e política na década de 1950: o caso do Correio da Manhã. *Anais do XV encontro Regional de História da Anpuh* – Rio de Janeiro.
- ASPAHAN, Sérgio; GODINHO, Márcio. (2013). *Mochileiros nos anos de chumbo: diário de viagem de dois estudantes de jornalismo no Brasil da ditadura militar*. Rio de Janeiro: Duplo ofício.
- ATTENTIO, Rebecca. (2014). *Memory's Turn: Reckoning with Dictatorship in Brazil*. Madison: University of Wisconsin Press; 1 edição.
- BARBOSA, Antonio. (2000). *Parlamento, Política Externa e o golpe de 1964*. Brasília: [Tese de doutorado], UnB.
- BENEVIDES, Maria Victória. (1991). O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento. IN: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.
- BOMENY, Helena. (1999). Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. IN: PANDOLFI, Dulce (Org.). *REPENSANDO o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- BRZEZINSKI, Iria. (1997). Faculdade de Educação da UnB: da utopia ao projeto real. *Caderno Linhas Críticas*. Brasília: UnB, n. 3 e 4, pp. 31 - 47.
- BUFFA, Ester. (1979). *Ideologias em Conflito: Escola Pública e Escola Privada*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- BURKE, Peter. (1992). Abertura: a Nova História, seu passado e seu futuro. IN: BURKE, Peter (Org.) *A escrita da História - Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp. pp. 07-37.
- BURKE, Peter. (2004). *Testemunha ocular: história e imagem*. Tradução Vera Maria Xavier dos Santos; revisão técnica Daniel Aarão Reis Filho. Bauru: EDUSC.

CAMPOS, Raquel Discini. (2012). No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, v. 12, n. 1 (28), jan./abr, pp. 45-70.

CANÁRIO, Rui. (2008). “A escola: das “Promessas” às “Incertezas””. *Revista Unisinos*, 12 (2), pp. 73-81.

CARDOSO, Ciro Flamarion. (2011). História e Paradigmas Rivais. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, pp. 1-23.

CARDOSO, Diogo. (2009). Reabilitação urbana e expansão comercial na era da cidade polinucleada: o re-ordenamento territorial no “bairro-região” de Campo Grande (RJ). *Revista geo-paisagem* (online). Ano 8, n.º 16, Julho/ dezembro.

CARDOSO, Luciana. (2015). “O Sarah”: entre memórias de uma instituição e a instituição destas memórias. Rio de Janeiro: [Tese de Doutorado], PUC.

CARDOSO, Luciana. (2007). *Somos Semeadores: Estratégias identitárias na Escola Normal Sarah Kubitschek (1963 – 1965)*. Rio de Janeiro: [Dissertação de Mestrado], UFRJ.

CARVALHO, Marília Pinto de. (2005). Gênero na análise sociológica do trabalho docente: um palco de imagens. IN: PEIXOTO, Ana Maria Casasanta; PASSOS, Mauro. (Orgs.). *A escola e seus atores: educação e profissão docente*. Belo Horizonte: Editora Autêntica/ CNPq, v. 1, p. 89-114.

CHAUÍ, Marilena. (1995). Cultura política e Política cultural. *Estudos Avançados*. vol. 9 no.23 São Paulo, Jan./Apr.

CHAUÍ, Marilena. (1980). *O que é Ideologia*. São Paulo: Editora Brasiliense.

CHAVES, Iduina. (2000). *Vestida de Azul e branco como manda a tradição: cultura e rituais na Escola*. 1. Rio de Janeiro: Editoras Quartet e Intertexto.

COSTA, Luiz Fernandes. (2009). *Curso Normal Médio: Representações sociais de formação por professores e alunos*. Rio de Janeiro: [Dissertação de Mestrado], Estácio de Sá.

COSTA, Wagner Cabral. (2013). “Eu vou pra Maracangalha, eu vou...”: JK e a Distopia Brasília na música popular e nas charges da revista *Careta* (1956-1960). *Revista Varia história*, vol.29 no.49 Belo Horizonte, Jan./Apr. pp. 303 – 332.

COUTINHO, Maria. (2007). As professoras primárias da Guanabara de Lacerda: a construção do tipo antropológico. *Revista Eccos*, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./jun., p. 136 – 157.

CUNHA, Luiz Antonio. (1991). *O Golpe na Educação*. Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro.

CYSNE, Rubens. (1993). A Economia brasileira no período militar. *Est. Econ.*, São Paulo: v. 23. N. 2, Mai-Ago, p. 185 – 226.

DUBAR, Claude. (2005). *A Socialização: Construção das Identidades Sociais e Profissionais*. São Paulo: Editora Martins Fontes.

DUBET, François. (2006). *El declive de la institución – profesiones, sujetos e individuos ante la reforma del Estado*. Tradución de Luciano Padilla. Barcelona: Gedisa Editorial.

ENÉAS, Zilá Simas. (1998). *Era uma vez no Instituto de Educação*. Rio de Janeiro: Sindicato Nacional dos Editores de Livros.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. (1998). A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. IN: FARIA FILHO, Luciano Mendes



de. (Org.). *Educação, modernidade e civilização: fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, pp. 89-125.

FARIA FILHO, Luciano; GONÇALVES, Irlen; VIDAL, Diana; PAULILO, André. (2004). A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139 – 159.

FARIA, Lia (2011). Chaguismo e Brizolismo: territorialidades políticas da escola fluminense. Rio de Janeiro: FAPERJ: Quartet.

FARIA, Lia; BRAGA, Rosa. (2016). A Escola Normal Júlia Kubitschek: percurso e memória de uma pesquisa de alunos e alunas de pedagogia. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, Vitória, v. 3, n. 2, pp. 53-66.

FÁVERO, Maria de Lourdes; LOPES, Sonia. (Org.). (2009). *A Universidade do Distrito Federal (1935-1939): um projeto além de seu tempo*. Brasília: Ed. Liberlivro/CNPq.

FÁVERO, Osmar. (2006). *Uma pedagogia da participação popular: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação e Base (1961/1966)*. Campinas: Autores Associados.

FERREIRA JR, Amarílio; BITTAR, Marisa. (2006). A ditadura militar e a proletarização dos professores. *Educação e Sociedade*. Campinas: vol. 27, n. 97, pp. 1159-1179, set./dez.

FERREIRA, Marieta de Moraes. (2004). Vozes da oposição: ditadura e transição política no Brasil. IN: *Seminário 40 anos do Golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*, Rio de Janeiro, 2004. Rio de Janeiro: 7 Letras. pp. 183 - 191.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MESQUITA, Cláudia. (2001). Os anos JK no acervo da Biblioteca Nacional. IN: BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *Brasiliana da Biblioteca Nacional-guia de fontes sobre o Brasil /Organização Paulo Roberto Pereira*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional; Nova Fronteira. il., pp. 329-368.

FONTOURA, Afro do Amaral. (1962). *Programa do Ensino Primário do Estado da Guanabara*. 6ª Edição [1965]. Rio de Janeiro: Editora Aurora.

FRANKFURT, Sandra Herszkowicz. (2011). *Da escola normal à habilitação específica para o magistério em 2º grau: práticas e apropriações (1961-1981)*. Rio de Janeiro: [Tese de Doutorado], PUC.

GOMES, Ângela de Castro (Org.) et al. (1991). Apresentação IN: *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/CPDOC.

GOMES, Ângela de Castro. (2001). O Populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: *O Populismo e sua História: debate e crítica*. FERREIRA, Jorge (Org.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra. (2008). *Educação, Poder e Sociedade no Império Brasileiro*. São Paulo: Editora Cortez.

GOUVEA, Fernando. (2013). O Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais: criação, intervenção e legitimação nos planos regional, nacional e internacional (1955-1964). *Ciências Humanas e Sociais em Revista*. Seropédica, v. 35 n. 2, jul. dez., pp. 191-213.

GRANATO, Carolina; LOPES, Sonia. (2004). O ensino da história através da memória: PROMEMO / ISERJ. *Fóruns contemporâneos de Ensino de História*. Quinto Encontro Perspectivas do Ensino de História.

GURAN, Milton. (2000). Fotografar para descobrir, fotografar para contar. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, 10 (1): 155-165.

HABERT, Nadine. (1992). *A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira*. Vol. 222. São Paulo: Ática.

HAHNER, June. (2011). Escolas mistas, escolas normais: a coeducação e a feminização do magistério no século XIX. *Rev. Estud. Fem.* vol.19 no.2 Florianópolis, Mai/Aug. pp. 467 – 474.

HALBWACHS, Maurice. (2003). *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro Editora.

HELIODORO, Affonso. (1996). *Memorial JK – Um Monumento e Centro de Cultura*. Brasília: Verano Editora e Comunicação Ltda.

HOBSBAWM, Eric. (2002). *A era dos extremos - O breve século XX: 1914 – 1991*. São Paulo: Companhia das Letras.

JOUTARD, Philippe. (2000). Desafios à História Oral do Século XXI. IN: ALBERTI, Verena, et al. (Orgs.). *História Oral: desafios do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz /CPDOC – FGV. p. 31 – 45.

JUPIASSÚ, Hilton; MARCONTES, Danilo. (2006). *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

KUSCHNIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. (1999). As dimensões subjetivas da política: cultura política a antropologia da política. *Revista Estudos Históricos*, v. 13, n.º 24.

LAFER, Celso. (1975). O Planejamento no Brasil: Observações sobre o Plano de Metas – 1956-1961). In: Mindlin Lafer, Beth. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Perspectiva.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. (1996). Imprensa Carioca nos Anos 50: os “anos dourados”. IN: *A Imprensa em Transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50*. Rio de Janeiro: FGV.

LE GOFF, Jaques. (1996). *História e Memória*. 4ª Edição. Campinas: Unicamp.

LIBÂNEO, José Carlos. (2012). O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*, vol.38, n.1, pp. 13-28.

LIMA, Fábio Souza. (2015). *As normalistas chegam ao subúrbio — A história da Escola Normal Carmela Dutra: da criação à autonomia administrativa (1946-1953)*. Rio de Janeiro: [Dissertação de Mestrado]. UFRJ.

LOPES, Nelson Ricardo Mendes. (2007). *Coronelismo e Chaguismo na zona oeste do Rio de Janeiro: clientelismo ou o coronel e o caso das bicas d’água no Mendanha*. Rio de Janeiro: [Dissertação de Mestrado], UERJ.

LOPES, Sonia de Castro. (2009). Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. IN: *Cadernos de Pesquisa*, V. 39, n. 137, maio/ago. pp. 597-619

LOPES, Sonia de Castro. (2009). Formação de professores no Rio de Janeiro durante o Estado Novo. *Cadernos de Pesquisa* [online]. vol.39, n.137, pp.597-619.

LOPES, Sonia de Castro. (2008). Imagens de um lugar de memória da educação nova: Instituto de Educação do Rio de Janeiro nos anos de 1930. *Rev. Bras. Educ.* vol.13 n. 37, p. 84-97, Jan./Abr.

LOPES, Sonia de Castro. (2013). Políticas de formação de professores na década de 1950: problematizando os 'anos dourados' do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. *Cadernos de História da Educação*, v. 12, p. 333-343.

LOPES, Sonia de Castro. (2013). Políticas de formação de professores nos anos 1950: Problematizando os “Anos dourados” do Instituto de Educação do Rio de Janeiro. *Revista Cadernos de História da Educação*. V.12, nº 1 Jan/Jun.

LOPES, Sonia de Castro. (2008). Um modelo autônomo e integrador de formação docente: a breve experiência da Universidade do Distrito Federal (1935-1939). *Revista Contemporânea de Educação*, v. 5, p. 147-164.

LOPES, Sonia de Castro. (1999). *Lourival Fontes: as duas faces do poder*. Rio de Janeiro: Ed. Litteris.

LOURO, Guacira. (2006). Mulheres na sala de aula. IN: PRIORE, Mary del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Editora Contexto.

LUCA, Tânia Regina. (2005). A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto.

MACHADO, Arlindo. (2006). *Os anos de chumbo: Mídia, poética e ideologia no período de resistência ao autoritarismo militar (1968-1985)*. Porto Alegre: Editora Sulina.

MACIEL, Laura. (2010). Outras memórias nos subúrbios cariocas: o direito ao passado. In: OLIVERIA, Márcio; FERNANDES, Nelson (org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Ed. UFF/Lamparina.

MARTINS, Ângela. (2000). Os anos dourados e a formação do professor primário no Instituto de Educação do Rio de Janeiro (1945-1960). Rio de Janeiro: *Revista Teias*, v. 1, n. 1. pp. 1 – 15.

MARTINS, Ângela. (1996). *Dos anos dourados aos anos de zinco: análise histórico-cultural da formação do educador no Instituto de Educação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: [Tese de Doutorado], UFRJ.

MATTOS, Romulo Costa. (2009). As “Classes Perigosas” habitam as Favelas: um passeio pela crônica Policial no período das Reformas Urbanas. *Desigualdade e Diversidade*. Nº 5, jul./dez. pp. 149 – 170.

MAZZUCHELLI, Frederico. (2009). *Os anos de chumbo: economia e política internacional no entreguerras*. Campinas: UNESP-FACAMP.

MEDEIROS, Benício. (2011). Nunca houve um jornal como ele. In: COSTA, Cecília (org.). *Diário Carioca – O jornal que mudou a imprensa brasileira*. Cadernos da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro.

MELO, Bruna. (2017). *Representações sobre normalistas do Instituto de Educação do Rio de Janeiro no início da década de 1940*. Rio de Janeiro: [Dissertação de Mestrado] UFRJ.

MENDONÇA, Ana Waleska. (2002). *Anísio Teixeira e a Universidade de Educação*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. (2007). Os arquivos e fontes como conhecimento da história das instituições escolares. IN: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; SANDANO, Wilson; LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). *Instituições Escolares no Brasil: Conceito e reconstrução histórica*. Campinas: Editora Autores Associados, pp. 31-38.

MONTEIRO, Norma de Góis. (2007). *O Brasil de Clóvis Salgado*. Belo Horizonte: Museu Histórico Abílio Barreto.

MONTESQUIEU. *Espírito das leis*. (2000). Coleção dos Pensadores. Vol. I e II. São Paulo: Editora Nova Cultural.

MONTI, Ednardo. (2016). Propostas pedagógicas de Oscar Lorenzo Fernandez para o ensino música nas escolas públicas brasileiras (1930 – 1931). *Revista Hist. Educ.* (online). Porto Alegre, v. 20, n. 49, Mai/Ago. pp. 227 – 238.

MOREIRA, Vânia. (2013). Os anos JK industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. IN: FERREIRA, Jorge (orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática*. V. 3. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. (1998). História e memórias. IN: MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *História: pensar e fazer*. Niterói: Laboratório Dimensões da História. pp. 74-89.

NAGLE, Jorge. (1985). A educação na primeira república. IN: FAUSTO, B. (Org.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: DIFEL, t.3, v.2.

NORA, Pierre. (1993). Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Revista do programa de estudos pós-graduados de história*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28.

NORONHA, Lina Maria Riberio de. (2009). O Canto Orfeônico e a construção do conceito de identidade nacional. *Simpósio Internacional Villa-Lobos*, São Paulo/USP.

NÓVOA, António. (1999). Os Professores na Virada do Milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas. *Educação e Pesquisa*, vol.25, n.º.1, São Paulo Jan./Jun.

NÓVOA, António. (1995). Para uma Análise das Instituições Escolares. IN: *As organizações escolares em análise*. Lisboa: Publicações Dom Quixote- Instituto de Inovação Educacional.

NUNES, Clarice & CARVALHO, Marta Maria Chagas. (2005). Historiografia da educação e fontes. IN: GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica; Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. (1982). *Estado Novo: ideologia poder*. Rio Janeiro: Zahar Ed.

ORLANDI, Eni. (2015). *Análise de discurso*. São Paulo: Pontes Editores.

PEREIRA, Luiz. (1969). *O magistério primário numa sociedade de classes*. São Paulo: Livraria Pioneira Editora.

PINSKY, Carla Bassanezi. (2014). *Mulheres dos anos dourados*. São Paulo: Ed. Contexto.

POLLAK, Michael. (1992). Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, vol. 5, nº 10.

PORTELLI, Alessandro. (1997). O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. São Paulo: EDUC, n. 14, fev., p. 25-39.

RÉMOND, René. (2003). *Por uma historia política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV.

RIBAS, Ana Maria. (2014). O Juscelino Kubitschek da pena autobiográfica: entre a memória e o mito político. *Encontros – ano 12 – Número 22 – 1º semestre*.

RIBEIRO, Darcy. (1995). *Carta': falas, reflexões, memórias*. A invenção da Universidade de Brasília. N. 14. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.

RODRIGUES, Fabiana Maia. (2017). *Quem ensina a ensinar?* Curso de formação de Professores para o Ensino Normal – CFPEN (1966-1976): entre indefinições e incertezas. Rio de Janeiro: [Tese de Doutorado], UFRJ.

SANTOS JÚNIOR, Nei Jorge; MELO, Victor. (2013). Violentos e desordeiros: representações de dois clubes do subúrbio na imprensa carioca (década de 10). *Revista Brasileira de Educação Física*. São Paulo, Jul./Set.; 27(3), pp.411-22.

SANTOS, Heloísa. (2013). Escola Normal do Distrito Federal: por trás da modernidade civilizatória da cidade do Rio de Janeiro (1911 - 1920). *Revista Contemporânea de Educação*, vol. 8, n. 15, jan./jul., pp. 133 – 153.

SANTOS, Heloísa. (2012). Praça d'Aclamação, 56: A Escola Normal Republicana. *Revista Democratizar*, v. VI, n. 1, jan./jul., pp. 17 – 27.

SARMENTO, Carlos. (1982). *Vozes da Cidade Pedro Ernesto, a Câmara Municipal do Distrito Federal e os impasses da política carioca (1935-1937)*. Textos CPDOC, n.º 24.

SAVIANI, Demerval. (1982). *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. São Paulo: Cortez Editora autores associados.

SAVIANI, Demerval. (2011). *História das ideias pedagógicas no Brasil*. Editora Autores Associados, Campinas, São Paulo.

SCARFONI, Eduardo. (2012). *Os Congressos Nacionais dos Estabelecimentos Particulares de Ensino – CONEPE (1944 – 1964): a construção do consenso pela continuidade dos subsídios do Estado ao ensino privado*. [Dissertação de Mestrado]. Universidade Católica de Santos. Santos.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. (2008). Escola normal: o projeto das elites brasileiras para a formação de professores. *Anais do I Encontro Interdisciplinar de Pesquisa em Artes*, Faculdade de Artes do Paraná–FAP, Curitiba.

SCHULTZ, Theodore W. (1973). *O Capital Humano*. Rio de Janeiro: ed. Zahar.

SCOTT, Joan Wallach. (1992). História das mulheres. IN: BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História*. São Paulo: Novas Perspectivas.

SILVA, Cristiane Oliveira. (2008). *Avanços e retrocessos no direito à educação em Santo André: um estudo de caso*. São Paulo: [Dissertação de Mestrado], USP.

SILVA, Rita de Cassia da. (2006). *Novas tendências do sindicalismo brasileiro: a formação do sindicato estadual dos profissionais de educação (Sepe – Regional V) no período de 1979 – 1990*. Rio de Janeiro: [Dissertação de Mestrado]. Fundação Getúlio Vargas – CPDOC.

SILVEIRA, Baltazar da. (1954). *História do Instituto de Educação*. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal.

SILVEIRA, João Batista da. (2008). *A política de formação de professores de história no Regime Civil-Militar: A criação da Licenciatura Curta em Estudos Sociais*. Campinas: [Mestrado em Educação], PUC.

SOUZA, Rolf Ribeiro. (2010). As representações subalternas dos homens suburbanos. In: OLIVERIA, Márcio; FERNANDES, Nelson (org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Niterói: Ed. UFF/Lamparina.

SUCUPIRA, Newton. (1969). Da Faculdade de Filosofia à Faculdade de Educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio e Janeiro, v. 51, n. 114, pp. 260-276.

TANURI, Leonor Maria. (2000). História da formação de professores. *Rev. Bras. Educ.* n.14, pp. 61-88.



TEIXEIRA, Anísio. (1955). Ciência e humanismo. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.24, n.60. pp.30-44.

TEIXEIRA, Anísio. (1969). Escolas de Educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v. 51, n. 114, pp. 239-259.

TEIXEIRA, Anísio. (1962). Notas para a história da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.37, n.85, jan./mar. pp.181-188.

TEIXEIRA, Anísio. (1954). O humanismo técnico. *Boletim CBAI*. Rio de Janeiro, v.8, n.2. pp. 1186-1187.

TEIXEIRA, Anísio. (1966). O problema de formação do magistério. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Brasília, v.46, n.104, out./dez. pp. 278-287.

TEIXEIRA, Anísio. (1961). Pronunciamento de Educadores sobre o projeto. In: RIBEIRO, Darcy. Carta' falas, reflexões, memórias. *A invenção da Universidade de Brasília*. N.14, 1995. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal.

TONÁCIO, Glória. (2011). *O processo de criação do curso normal superior no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro e a sua adequação em curso de pedagogia: a tradição como farsa*. [Tese de Doutorado], UFRJ.

VENZKE, Lourdes Helena Dummer. (2010). “Já não vos assistirá o direito de errar, porque vos competirá o dever de corrigir”: gênero, docência e educação infantil em Pelotas (1940 – 1960). Porto Alegre: [Tese de doutorado em Educação], UFRGS.

VICENTINI, Paula; LUGLI, Rosário. (2009). *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Editora Cortez.

VICENZI, Lectícia Josephina Braga de. (1986). A fundação da Universidade do Distrito Federal e seu significado para a educação no Brasil. *Fórum Educacional*. Rio de Janeiro, v.10, n.3, jul./set. s/p.

VIDAL, Diana Gonçalves. (1998). Da caligrafia à escrita: experiências escolanovistas com caligrafia muscular nos anos 30. *Rev. Fac. Educação*. São Paulo, V. 24, n. 1, pp. 126-140, Jan/Jun.

VIDAL, Diana. (2005). *Culturas escolares — Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados.

VIDAL, Diana; FARIA FILHO, Luciano. (2002). Reescrevendo a história do ensino primário: o centenário da lei de 1827 e as reformas Francisco Campos e Fernando de Azevedo. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, jan./jun, pp. 31-50.

VILLELA, André. (2005). Dos “anos dourados” de JK à crise não resolvida (1956-1963) IN: VILLELA, André. *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004)*, Rio de Janeiro: Editora Campus.

VILLELA, Heloísa. (1990). *A primeira escola normal do Brasil — Uma contribuição à história da formação de professores*. Rio de Janeiro: [Dissertação de Mestrado em Educação], UFF.

WARDE, Mirian Jorge. (1986). A formação do magistério e outras questões. In: MELLO, Guiomar N. at al. *Educação e transição democrática*. 4ª ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados.

XAVIER, Libânia Nacif. (2003). Educação, raça e cultura em tempos de desenvolvimentismo. In: Magaldi, A.M.; Alves, C.; Gondra, J.G. (Org.). *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: Edusf, p.487-504.

XAVIER, Libânia Nacif. (2007). Profissionalização do magistério no contexto de difusão do ideário da Escola Nova (Rio de Janeiro: 1920-1930). IN: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24, 2007, São Leopoldo, RS. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História – História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos*. São Leopoldo: Unisinos.

## **Digitais**

BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. (s/d). Disponível em: <https://bndigital.bn.br/>. Acessado dia 10/12/15.

BLOG DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO. (s/d). Disponível em: [http://institutoeducacao.blogspot.com.br/2006\\_03\\_01\\_archive.html](http://institutoeducacao.blogspot.com.br/2006_03_01_archive.html). Acessado dia 23/03/15.

BOMENY, Helena. A Universidade de Brasília. (s/d). Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Educacao/UNB>. Acessado dia 07.09.16.

BRASIL. Ato Complementar n.º 38, 13 de dezembro de 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ACP/acp-38-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ACP/acp-38-68.htm). Acessado dia 28.08.17.

BRASIL. Ato Complementar n.º 72, 15 de outubro de 1969. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/atocom/1960-1969/atocomplementar-72-15-outubro-1969-364715-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado dia 28.08.17.

BRASIL. Ato Institucional n.º 12, 1º setembro de 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/AIT/ait-12-69.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-12-69.htm). Acessado dia 28.08.17.

BRASIL. Ato Institucional n.º 5, 13 dezembro 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acessado dia 28.08.17.

BRASIL. Constituição Federal de 18 de setembro de 1946 a. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm). Acessado dia 8.8.16.

BRASIL. Decreto 12.171, de 31 de julho. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado dia 06/01/15.

BRASIL. Decreto 19.850 de 11 de dezembro de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado dia 7.01.17.

BRASIL. Decreto 19.852 de 11 de dezembro de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-publicacaooriginal-85620-pe.html>. Acessado dia 07.01.17.

BRASIL. Decreto 19.941 de 30 de abril de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19941-30-abril-1931-518529-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado dia 07.01.17.

BRASIL. Decreto 24.794 de 14 de julho de 1934. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24794-14-julho-1934-515847-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado dia 05.04.17.

BRASIL. Decreto Lei n.º 477, 26 de fevereiro de 1969. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del0477.htm). Acessado dia 03.09.17.

BRASIL. Decreto N.º 1.059, de 14 de fevereiro de 1916. Publicações da Câmara Municipal. p. 67. Disponível em <http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acessado dia 31.01.17.

BRASIL. Decreto N.º 1.190, de 4 de abril de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-publicacaooriginal-85620-pe.html>. Acessado dia 07.01.17.

BRASIL. Decreto n.º 26.876, de 12 de Julho de 1949. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-26876-12-julho-1949-343913-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado dia 21.01.17.

BRASIL. Decreto n.º 9.529 de 28 de dezembro de 1948. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado 08.01.15.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 2.874 de 19 de setembro de 1956. Cria a Companhia Urbanística da Nova Capital. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-urbanizadora-da-nova-capital-novacap>. Acessado 08.01.17.

BRASIL. Estatuto das Universidades Brasileiras. Decreto-lei 19.851, de 11 de abril de 1931. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-exposicaodemotivos-141250-pe.html>. Acessado dia 07.01.17.

BRASIL. LEI 3.752 DE 14 DE ABRIL DE 1960. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3752-14-abril-1960-354318-norma-pl.html>. Acessado dia 17.8.16.

BRASIL. LEI 3.752 de 14 de abril de 1960. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-3752-14-abril-1960-354318-norma-pl.html>. Acessado dia 29.08.17.

BRASIL. LEI 4.024. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1961. Mensagem de veto. p. 4. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4024.htm#art120](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm#art120). Acessado dia 22.8.16.

BRASIL. LEI N. 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L4024.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm). Acessado dia 13/09/2015.

BRASIL. LEI N.º 12.796 DE 4 DE ABRIL DE 2013. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1). Acessado dia 05.09.17.

BRASIL. LEI N.º 13.415 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art7](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art7). Acessado dia 05.09.17.

BRASIL. LEI N.º 4.224, DE 9 DE ABRIL DE 1942. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado dia 13.09.2015.

BRASIL. LEI N.º 5.540, DE 28 DE NOVEMBRO DE 1968. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acessado dia 13/09/2015.

BRASIL. LEI N.º 5.692, DE 11 DE AGOSTO DE 1971. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/CCiViL\\_03/LEIS/L5692.htm](http://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/LEIS/L5692.htm). Acessado dia 29.08.17.

BRASIL. Lei Orgânica do Ensino Normal. Decreto-lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 b. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8530-2-janeiro-1946-458443-publicacaooriginal-1-pe.html> . Acessado dia 29.08.17.

BRASIL. Parecer CFE N.º 45/72. Disponível em: [siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/parcfe45\\_72.doc](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/notas/parcfe45_72.doc). Acessado dia 29.08.17.

BRASIL. Resolução n.º 29, de 25 de novembro de 1969. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=94812>. Acessado dia 28.08.17.

CENTRO DE REFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. (s/d). Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/pat/pat.htm>. Acessado dia 05.07.17.

COUTINHO, Maria. (2006). “Carlos Lacerda e o Projeto e Educação nacional”. Goiânia: IV SBHE. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/apresentacao.htm>. Acessado dia 13/09/2015.

CUNHA, Luiz Antônio. (1999). 1997 repete 1937? Unificação e Segmentação no Ensino Brasileiro. In: Seminário "Um olhar sobre Anísio". Mesa Redonda "Política Educacional", Rio de Janeiro: UFRJ/CFCH/PACC, Fundação Anísio Teixeira. Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/LuizAntonio.htm>. Acessado dia 9.01.17.

GALERIA DO SAMBA. (s/d). Disponível em: <http://www.galeriadosamba.com.br/V41/>. Acessado dia 23/09/15.

GOMBATA, Marsílea. (2014 b). Comissão da Verdade quer responsabilizar empresas que colaboraram com a ditadura. Rio de Janeiro: Revista Carta Capital. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/comissao-da-verdade-quer-responsabilizar-empresas-que-colaboraram-com-a-ditadura-8874.html>. Acessado dia 21.07.17.

GOMBATA, Marsílea. (2014 a). EUA buscaram brecha para derrubar Jango antes de 1964. Rio de Janeiro: Revista Carta Capital. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/eua-buscaram-brecha-para-derrubar-jango-antes-de-1964-6587.html>. Acessado dia 21.07.17.

HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL. (s/d). Disponível em: [www.hemerotecadigital.bn.br](http://www.hemerotecadigital.bn.br). Acessado durante toda a pesquisa.

HÖLDERLIN, Friedrich. Der Gang aufs Land. (1800). Disponível em: <http://gutenberg.spiegel.de/buch/friedrich-h-262/146>. Acessado dia 18.07.17.

IBICT – Biblioteca Virtual Anísio Teixeira. (s/d). Disponível em: <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/>. Acessado durante toda a pesquisa.

INEPAC. (s/d). Disponível em [http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens\\_tombados/detalhar/352](http://www.inepac.rj.gov.br/index.php/bens_tombados/detalhar/352). Acessado dia 08.08.17.

KORNIS, Mônica. (s/d). Sociedade e cultura nos anos 1950. Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Anos1950>. Acessado dia 14/09/2015.

LEAL, Maria de Jesus. (s/d). *Os jornais do Rio de Janeiro nas décadas de 40 e 50*. Disponível em <http://www2.metodista.br/>. Acessado dia 30.08.16.

LOPES, Carlos. Anísio Teixeira contra os privatizadores do ensino. (2013). Disponível em: <http://www.horadopovo.com.br/2013/06Jun/3160-14-06-2013/P8/pag8a.htm>. Acessado dia 19.08.16.

LUNGARETTI, Celso. A imprensa nos anos de chumbo. Correio do Brasil. (s/d). Disponível em: <http://www.correiodobrasil.com.br/imprensa-nos-anos-de-chumbo/>. Acessado em 23/09/15.

MANIFESTO DOS EDUCADORES: Mais uma Vez Convocados. (1959). [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc2_22e.pdf). Acessado dia 30.09.16.

MAUGERI, Wagner, et al. (s/d). A taça do mundo é nossa. Disponível em <http://letras.mus.br/>. Acessado dia 13.09.15.

MEMORIAL JK. (s/d). Disponível em <http://www.memorialjk.com.br/pt/>. Acessado dia 02.02.17.

MORAES, Vinícius de e JOBIN, Antônio Carlos. Chega de Saudade. (s/d). Disponível em <http://www.viniciusdemoraes.com.br/>. Acessado dia 13.09.15.

MUNICÍPIO DA CORTE. Decreto Nº 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1954. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>. Acessado dia 21.07.17.

PAULA, Christiane. (s/d). O Instituto Brasileiro de Ação Democrática – IBAD. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O\\_Instituto\\_Brasileiro\\_de\\_Acao\\_Democratica](http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_Instituto_Brasileiro_de_Acao_Democratica). Acessado dia 21.07.17.

PIMENTA, Selma Garrido. (1992). Funções Sócio-Históricas da Formação de Professores da 1ª à 4ª Série do 1º Grau. São Paulo: Séries Idéias, n. 3, FDE. Disponível em: [http://www.crmariocovas.sp.gov.br/prf\\_a.php?t=002](http://www.crmariocovas.sp.gov.br/prf_a.php?t=002). Acesso em: 02.09.07.

PONTE, Carlos Fidelis. NASCIMENTO, Dilene Raimundo do. Os anos de chumbo: a saúde sob a ditadura. Disponível em [http://157.86.172.250/upload/d/cap\\_6.pdf](http://157.86.172.250/upload/d/cap_6.pdf). Acessado dia 19.07.17.

PORTAL AUGUSTO MALTA. (s/d). Disponível em: <http://portalaugustomalta.rio.rj.gov.br>. Acessado dia 08.02.17.

PORTAL DA PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO. (s/d). Disponível em: <http://www0.rio.rj.gov.br/>. Acessado dia 05.06.17.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto n.º 9.529, de 28 de dezembro de 1948. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado em 8 de janeiro de 2015.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 8.852. DOU, nº 127, Capital Federal, 4 de junho de 1947. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado em 6 de janeiro de 2015.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto-Lei n.º 10 8.548, de 22 de junho de 1946 b. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado em 6 de janeiro de 2015.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. Decreto-Lei nº 8.530, de 2 de janeiro de 1946 a. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado em 6 de janeiro de 2015.

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. DOU, Decreto nº 10.161, de 31 de janeiro de 1950, Seção II, Capital Federal. Disponível em: [www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br). Acessado em 8 de janeiro de 2015. Rio de Janeiro (Cidade).

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL. LEI N.º 906, de 16 de dezembro de 1957. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/>. Acessado dia 02.08.16.

PRIORI, Ângelo, et al. (2012). História do Paraná: séculos XIX e XX [online]. Maringá: Eduem. pp. 59 – 74. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/k4vrh/pdf/priori-9788576285878-06.pdf>. Acessado dia 18.05.17.

SCARFONI, Eduardo. (s/d). *A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação*. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA>



[%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/A%20PRIMEIRA%20LEI%20DE%20DIRETRIZES%20E%20BASES%20DA%20EDUCACAO%20NACIONAL.pdf](#). Acessado dia: 30.09.16.

SCARFONI, Eduardo. (s/d). Nacional, na ótica dos dirigentes de estabelecimentos particulares de ensino. VII Congresso Brasileiro de História da Educação. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe7/pdf/01-%20ESTADO%20E%20POLITICAS%20EDUCACIONAIS%20NA%20HISTORIA%20DA%20EDUCACAO%20BRASILEIRA/A%20PRIMEIRA%20LEI%20DE%20DIRETRIZES%20E%20BASES%20DA%20EDUCACAO%20NACIONAL.pdf>. Acessado dia 19.08.2016.

SCHWARTZMAN, Simon et al. (2000). Tempos de Capanema. Editora da Universidade de São Paulo e Editora Paz e Terra, 1984 - 2ª edição, Fundação Getúlio Vargas e Editora Paz e Terra. Disponível em: [http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/paim\\_rio.htm](http://www.schwartzman.org.br/simon/rio/paim_rio.htm). Acessado dia 30.05.17.

SCHWARTZMAN, Simon. (1982). Universidades e Instituições Científicas no Rio de Janeiro, Brasília, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/rio.htm>. Acessado dia 24.04.17.

SILVA, Suely Braga. (2015). Plano de Metas: os 5 anos de JK. Disponível em: <http://nossapolitica.net/2015/06/plano-de-metas-os-5-anos-de-jk/>. Acessado dia 30.09.16.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. (1969). Representação 776. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/visualizarEmenta.asp?s1=000109230&base=baseAcordaos>. Acessado dia 28.08.17.

TEIXEIRA, Anísio. (1954). O humanismo técnico. Boletim CBAI. Rio de Janeiro, v.8, n.2, p. 1186 – 1187. Disponível em <http://www.bvanisioteixeira.ufba.br/artigos/humanismo.html>. Acessado dia 24.04.17.

VALLE, Bertha. (2000). Salário do professor: da posse à aposentadoria. *Anais do Primerio Congresso Brasileiro de História da Educação*. SBHE. Disponível em [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033\\_bertha.pdf](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/033_bertha.pdf). Acessado dia 06.08.17.

VIDAL, Diana; et all (org.). (2000). Reforma da instrução pública no Distrito Federal (RJ) 1927-1930. Arquivo Fernando de Azevedo. CDROM. Disponível em: <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/REFORMA.PDF>. Acessado dia 10.10.17.

XAVIER, Libânia. (2001). Inovações e (Des) Continuidades na Política Educacional Fluminense (1975-1995). Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. Disponível em <http://24reuniao.anped.org.br/>. Acessado dia 10.08.17.

### **Acervos Documentais Pesquisados**

**Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**

**Biblioteca/ Setor de Iconografia/ Legislação da Guanabara**

**Colégio Estadual Heitor Lira – CEHL – Secretaria da unidade**

**Colégio Estadual Ignácio Azevedo do Amaral – CEIAA – Secretaria da unidade**

**Colégio Estadual Júlia Kubitschek – CEJK – Secretaria da unidade**

**Hemeroteca Digital – Fundação Biblioteca Nacional**

Pesquisa por décadas: 1920 – 1979.

Jornais: Jornal do Brasil, Correio da Manhã, Diário de Notícias e Última Hora.

**Instituto de Educação Carmela Dutra - IECD– Secretaria da unidade**

**Instituto de Educação Sarah Kubitschek – IESK** – Secretaria da unidade

**Instituto Superior de Educação do Estado do Rio de Janeiro – ISERJ** – Centro de Memória da Educação Brasileira – Cemeb

**PROEDES – Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade**

Pesquisa - Arquivo Universidade do Distrito Federal

### **Entrevistas**

ALVES, Duílio Ramiro. Entrevista concedida a Fábio Souza Lima em 06.11.13.

ARANHA, Silvia de Azevedo. Entrevista cedida a Fábio Souza Lima em 08.11.13.

ENÉAS, Zilá Simas. Entrevista concedida a Fábio Souza Lima em 20.11.13.

FREIRE, Dirce Montorfano. Entrevista cedida a Fábio Souza Lima em 27.11.13.

MOLINARI, Arlette. Entrevista concedida a Fábio Souza Lima em 22.11.13.

COSTA, Marília. Entrevista concedida a Sonia de Castro Lopes em 02.10.01.

### **Músicas**

NASSER, David e LACERDA, Benedito (1949). *Normalista*. Interprete: Nelson Gonçalves. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://dicionariompb.com.br/nelson-goncalves/dados-artisticos>. Acessado dia 22 de outubro de 2017.

LACERDA, Benedito; FARAJ, Jorge; CALDAS, Silvio (1938). Professora. Interprete: Alcides Gerard. Disponível em: <http://www.dicionariompb.com.br>. Acessado dia 10 de outubro de 2017.